INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

BRASIL AÇUCAREIRO

ANO IX — VOL. XVII MAIO — 1941 N.º 5

Paulo Werneck

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Criado pelos decretos ns. 22.789 e 22.981, respectivamente, de 1 de junho e 25 de julho de 1933

Expediente : nos dias uteis, de 9 horas às 11 e meia e de 13 e meia às 17 horas. Aos sábados, de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

Delegado do Banco do Brasil — A. J. Barbosa Lima Sobrinho, presidente.
Delegado do Ministerio da Fazenda — Alberto de Andrade Queiroz, vice-presidente.
Delegado do Ministerio do Trabalho — Otavio Milanez.
Delegado do Ministerio da Agricultura — Alvaro Simões Lopes.
Delegado dos usineiros de Pernambuco — Alde Sampaio.
Delegado dos usineiros de São Paulo — José Inacio Monteiro de Barros
Delegado dos usineiros do Estado do Rio — Tarcisio de Almeida Miranda.
Delegado dos usineiros de Alagoas — Alfredo de Maia.
Delegado dos banguezeiros e plantadores de cana — Moacir Soares Pereira.

CONSELHO CONSULTIVO

Delegado dos usineiros da Baía — Arnaldo Pereira de Oliveira, presidente.
Delegado dos plantadores de São Paulo — Romeu Cuocolo, vice-presidente.
Delegado dos usineiros da Paraíba — Luiz Veloso.
Delegado dos plantadores da Paraíba — Osvaldo Trigueiro.
Delegado dos plantadores de Pernambuco — Aderbal Novais.
Delegado dos plantadores de Alagoas — João Soares Palmeira.
Delegado dos plantadores de Sergipe —
Delegado dos usineiros de Sergipe — João Dantas Prado.
Delegado dos plantadores da Baía — José Augusto Lima Teixeira.
Delegado dos plantadores do Estado do Rio — Dermeval Lusitano de Albuquerque.
Delegado dos usineiros de Minas Gerais — Joaquim Azarias de Brito.
Delegado dos plantadores de Minas Gerais — José Pinheiro Brandão.

Sede: RUA GENERAL CAMARA, 19-4°, 6° e 7° ands.

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal, 420 — Endereço telegráfico: COMDECAR

Fones: Presidencia, 23-6249; Vice presidencia, 23-2935; Gerencia, 23-5189; Contabilidade, 23-6250; Secretaria, 23-0796; Almoxarifado, 23-6253; Alcool-motor, 23-2999; Estatística, 43-6343; Fiscalização, 23-6251; Publicidade, 23-6252; Jurídica, 23-6161; Funcionalismo, 43-6109; Gabinete Médico, 43-7208; Estudos Econômicos, 43-9717; Portaria, 43-7526.

Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.
Depósito de alcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico: SATELÇUCAR

PARAIBA — Rua Barão do Triunfo, 306 — João Pessoa.
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58 — 1.° — Recife.
ALAGOAS — Edificio da Associação Comercial — Maceió.
SERGIPE — Avenida Rio Branco, n.° 92, 1.° and. — Aracajú.
BAIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.° and. — São Salvador.
RIO DE JANEIRO — Edificio Lizandro — Praça São Salvador — Campos.
SÃO PAULO — Rua da Quitanda, 96 — 4.° — São Paulo.
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte.

DISTILARIA CENTRAL DE PERNAMBUCO : Cabo — E.F. Great Western — Pernambuco.
Endereços : Caixa Postal, 97 - Recife; Telegráfico - DICENPER - Recife.

DISTILARIA CENTRAL DO ESTADO DO RIO : Estação de Martins Lage — E. F. Leopoldina.
Endereços : Caixa Postal, 102 - Campos; Telegráfico - DICENRIO - Campos; Telefônico — Martins Lage 5.

SUMARIO

MAIO — 1941

POLITICA AÇUCAREIRA 3
DIVERSAS NOTAS — Revisão de quotas — Interpretação da resolução 5/39 — Produção extra-limite — Estoques de açucar — Inscrição de fábricas — Situação da safra 1940/1941 — Limitação e defesa de açucar bruto — Financiamento de açucar de engenho — Estatísticas sobre a cana de açucar — Financiamento de safra — Donativos — Não podem instalar novos engenhos — Carburante "Alcolina" — Engenho para produção de mel, alcool e aguardente — Ligação dos tanques do Brum às Docas do Recife — Distilaria Central da Baía — Retrovenda 4
O ABASTECIMENTO DA EUROPA EM 1941 13
PRECOS DO AÇUCAR EM NOVA YORK 14
SAFRAS AÇUCAREIRAS MUNDIAIS 15/16
OS ADUBOS NITROGENOSOS NA AFRICA DO SUL 18
LEGISLAÇÃO 20
DESPACHOS DO PRESIDENTE DO I.A.A. 21
DADOS ESTATISTICOS SOBRE A SAFRA AUSTRALIANA DE 1939 26
AS SAFRAS AÇUCAREIRAS NORTE-AMERICANAS 28
A SITUAÇÃO AÇUCAREIRA NO NORTE DA EUROPA 31
CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL 34
BALANCETE EM 31 DE MARÇO DE 1941 40
ORÇAMENTO PARA 1941 42
EXPERIENCIAS SOBRE A DETERIORAÇÃO DA CANA QUEIMADA — Valeriano C. Calma 43
CIGARRINHAS VERMELHAS DA CANA DE AÇUCAR 45
O SUPLICIO DOS LAVRADORES DE CANA NA TERRA GOITACA' NO SECULO XVII — Alberto Lamego 46
A LUZ — FATOR QUE INFLUENCIA O CRESCIMENTO DAS CANAS 49
O MERCADO DO AÇUCAR EM 1940 — E. Romolini 50
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 56
UM ITALIANO SENHOR DE ENGENHO — Francisco Pettinati 59
QUADROS DA SECÇÃO DE ESTATISTICA DO I.A.A. 64
A CANA DE AÇUCAR COMO FORRAGEM — D. Bento Pickel 68
PUBLICAÇÕES 71
COMENTARIOS DA IMPRENSA 74
TRATAMENTO DE SEMENTES POR AGUA QUENTE 76

ANUNCIOS

NOTICIAS DE PETREE & DORR 2
SOCIEDADE CONSTRUCTORA DE DISTILARIAS E INDUSTRIAS CHIMICAS LIMITADA 9
USINA SERRA GRANDE S/A 14
THE ALUMINIUM PLANT & VESSEL CO. LTD. 17
CIA. QUIMICA RHODIA BRASILEIRA 20
EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. 31
COMPANHIA GERAL DE MATERIAL RODANTE S.A. 39
CIA. DE SEGUROS SAGRES 47
FOSFOROS SOL E YPIRANGA 49
LES USINES DE MELLE 54/55
E. G. FONTES & CO. 63
LUIK & KLEINER LTDA. 68
BANCO DO BRASIL .... Capa
CIA. USINAS NACIONAIS .... "

Redação e Administração - RUA GENERAL CAMARA, N.º 19 - 7.º Andar — Sala 12 — Telefone: 23-6252 — Caixa Postal — 420
Diretor: MIGUEL COSTA FILHO
Redator principal: Joaquim de Melo
Redatores: Gileno Dé Carli, Teodoro Cabral, José Leite e Renato Vieira de Melo.

BRASIL AÇUCAREIRO

Orgão Oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO IX — VOL. XVII MAIO DE 1941 N.º 5

POLÍTICA AÇUCAREIRA

Organização eminentemente autárquica, o Instituto do Açucar e do Alcool não é, nem pode ser, a corporação das classes açucareiras do país, embora participem essas, pelos respectivos delegados, dos seus orgãos principais, que são a Comissão Executiva e o Conselho Consultivo. As suas funções são menos representativas que coordenadoras de tais classes, procurando atender aos legítimos interesses de cada uma e harmonizá-los com os da coletividade, numa larga ação de controle e defesa, dentro dos principios da economia dirigida.

Por isso mesmo, a existencia do I.A.A., longe de dispensar, reclama a organização dos produtores de cana de açucar e seus derivados, como o alcool, a aguardente e a rapadura, para os entendimentos indispensaveis aos estudos e solução de suas necessidades e aspirações. Aliás, essa é a propria base da legislação social do Brasil, que exige a sindicalização de todas as classes, como o melhor meio de conciliar e beneficiar as suas atividades, por solucionar pacificamente as desinteligencias que antes as cindiam, levando-as, não raro, a situações comprometedoras da ordem pública e da segurança nacional, legislação que acaba de ser coroada com a criação da Justiça do Trabalho.

A verdade é que, só depois de instalado o Instituto, os industriais e plantadores de cana entraram a organizar-se, fundando associações moldadas à legislação vigente, ainda que nem todas de carater sindical. Atualmente, estão em pleno funcionamento as seguintes, localizadas nos diversos Estados produtores: em Pernambuco, Sindicato dos Usineiros, Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, Sindicato dos Plantadores de Cana e Banguezeiros, Cooperativa dos Banguezeiros; em Alagoas, Comissão de Venda dos Usineiros, Cooperativa dos Banguezeiros, Sindicato dos Plantadores de Cana; em Sergipe, Sindicato dos Usineiros; Baía, Sindicato dos Usineiros, Sindicato dos Plantadores de Cana; Estado do Rio, Sindicato dos Industriais do Açucar e do Alcool, Sindicato Agrícola de Campos, Sindicato dos Lavradores de Carapebús; São Paulo, Sindicato dos Usineiros, Associação dos Pequenos Usineiros; Minas Gerais, Sindicato dos Plantadores de Cana de Ponte Nova.

Ultimamente se fundaram mais duas sociedades das classes açucareiras: uma é a Associação Profissional da Industria do Açucar do Estado de Minas, com sede em Belo Horizonte, e outra a Cooperativa dos Produtores de Rapadura, na chamada zona do "brejo" da Paraiba. E ambas representam brilhantes vitorias do espírito associativo nos centros produtores do país, porque tiveram de dominar serias resistencias dos elementos regionais e das proprias circunstancias geográficas.

Efetivamente, Minas Gerais oferece imensas dificuldades para a reunião dos industriais e lavradores de cana numa entidade social. O que supera na sua industria açucareira são os engenhos, dispersos por todos os municipios, em que se divide o grande Estado central. Sobre o total de 31.347 fábricas inscritas no territorio mineiro e o de 2.640.241 sacos de sua safra limitada, 31.198 são engenhos e 2.235.192 sacos da respectiva produção. As usinas, em número de 23, só fabricam 405.554 sacos.

Ora, numa sociedade destinada a congregar as duas classes, os proprietarios de usinas tendem a predominar sobre os de engenhos, porque aqueles estabelecimentos são mais importantes que esses, pela aparelhagem técnica e pelo valor econômico. Mas, se os engenhos são a grande maioria ou a quase totalidade, quer pelo número, quer pela produção, como admitirem a supremacia das usinas? Diante das cifras expostas, são evidentes os embaraços com que deveriam ter lu-

DIVERSAS NOTAS

REVISÃO DE QUOTAS

O presidente do I.A.A. recebeu o seguinte telegrama :

"Grupo de usineiros pernambucanos, impossibilitados de manutenção das suas industrias em face das diminutas limitações de inicio atribuidas à produção de suas fábricas, confiante no vosso elevado senso de justiça, vem apelar para vossencia como autoridade máxima da defesa açucareira nacional, em boa hora instituida pelo Presidente Vargas, para salvação da Industria do açucar brasileiro, no sentido de obter uma solução que atenue a situação verdadeiramente angustiosa em que se debatem os signatarios do presente. Pretendemos no momento unicamente direito de moagem máxima de 120 dias uteis ou seja autorização para trabalhar nossas industrias em Pernambuco, no período de 20 de setembro a 28 de fevereiro, cada ano. Não desejamos um absurdo nem defendemos a prática de moagens abusivas, uma vez que compreendemos sua significação e o perigo que representa para a propria defesa da industria açucareira. Todavia nossa situação positivamente calamitosa pois a maioria dos signatarios termina a moagem suas quotas nos meses de dezembro e janeiro, paralizando então suas fábricas com enormes prejuizos, apesar de incorporações de quotas realizadas por alguns produtores, com grande sacrificio, para permitir a moagem pelo menos até aqueles meses. Reconhecendo a dificuldade do Instituto organizar neste momento o reajustamento da limitação de quotas, enquanto aguardamos o acerto definitivo inspirado nos moldes da justiça, pedimos venia para lembrar que nossa pretensão é absolutamente razoavel, bastando fossem os signatarios como verdadeiros sacrificados os únicos com direito, a produzirem excesso dentro do período de 120 dias uteis de moagem máxima. Seriam os únicos e exclusivos excessos permitidos com financiamento mínimo, que garantisse integralmente o I.A.A. mesmo para conversão total em alcool anidro, podendo certa parte ainda ser liberada com sobre-taxa de acordo com as necessidades do consumo nacional, ainda pela falta de tempo para estudo por parte do I.A.A., apelamos a

---

tado os promotores da Associação recem-instalada em Belo Horizonte.

Não menores seriam os obstaculos com que se defrontaram os da Cooperativa dos Produtores de Rapadura, da Paraiba, à cuja frente se destacou o sr. Pimentel Gomes, diretor do Departamento de Assistencia ao Cooperativismo. A região brejosa da Paraiba é produtora por excelencia de rapadura. Nas fazendas que a exploram sobrepuja a monocultura canavieira. E o espírito dos fazendeiros, individualistas em extremo, é sempre contrario a quaisquer associações que envolvam as suas propriedades. Não obstante, estimulados pela propaganda da organização cooperativista, bem como pelo apoio do poder público, solidarizaram-se numa cooperativa de produção e crédito, cujas finalidades são assim resumidas pelo referido técnico, em recente artigo :

"A secção de crédito irá amparar financeiramente os senhores de engenho no custeio das entresafras, na compra de animais de tração, máquinas agrícolas, sementes selecionadas, adubos, fungicidas e inseticidas. Concederá prazos muito razoaveis — 18 meses, no máximo — e juros bem inferiores aos que são geralmente usados. A secção de produção cuidará da instalação de distilarias para o fabrico de alcool, no que serão aproveitados produtos de má qualidade e o excesso de produção que por acaso se verificar. Ainda procurará organizar a venda do produto e a defesa dos preços. Se preciso, disporá de entrepostos nos pontos que forem julgados convenientes."

O Instituto do Açucar e do Alcool acompanha com justificado regosijo esse movimento associativo, porque o mesmo demonstra que as classes ligadas à mais velha industria rural do Brasil, influenciadas pela sua orientação orgânica, evoluem no sentido das novas idéias sociais que triunfam por toda a parte. E' esse mesmo um dos resultados mais expressivos da política de ordem, disciplina e autoridade dominante no país, desde o advento do Estado Nacional.

vossencia para que toda a liberação possivel fosse preferencialmente distribuida àqueles que tivessem fabricado extra-limite, dentro do prazo de 20 dias, de moagem. Nossa pretensão fica pois muito distante da posição daqueles justamente amparados com quotas de produção trabalhando anualmente 120 dias e mais colocando os produtos pelos preços do mercado nacional. Aguardamos seguros vossas providencias e esperamos confiantes uma solução que nos assegure uma maior produção, reduzindo a distancia que nos separa de grande número de colegas, o que concorrerá para a elevação da sabia política açucareira sob vossa orientação. Em virtude da premencia do caso e certos do vosso amplo conhecimento do assunto, através de nossos mapas mensais de produção e das estatísticas do I.A.A., deixamos de elaborar memorial mais circunstanciado, demonstrando a justiça de nosso pedido que fica confiado às vossas excelsas qualidades de juiz e defensor das causas justas. Cordiais saudações — Luiz Inacio Pessoa de Melo, Usina Água Branca— M. C. Rego Barros, Usina São João — Antonio Cisneiros Cavalcanti, Usina Mercês — Diniz Perilo, Usina Nossa Senhora Maravilha — Mario Monteiro, Usina Aripibú — Leoncio Araujo, Usina Capibaribe — Siqueira Cavalcanti Irmãos, Usina Pedrosa — José Piauílino Gomes Melo, Usina Serro Azul — Irmãos Gouveia de Melo, Central Serro Azul — Viuva Luzia Pedrosa, Usina Treze de Maio — Brennand Irmãos, Usina Santo Inacio — Joaquim Bandeira, Cia. Usina Salgado — José B. Pessoa de Melo, Usina Santa Terezinha de Jesus — J. S. Pontual, Usina Bamburral — Silveira Barros, Cia., Usina Frei Caneca — A. F. Souza Cia., Usina Rio Una — Paulo Cabral de Melo, Usina Cachoeira Lisa — A. Oliveira, Usina Pirangi — Afonso Freire Irmãos, Cia., Usina Perí-Perí — Tancredo Costa, Cia., Usina Pumatí — Jaime Monteiro, Usinas Estreliana e Bom Jesus — Julio Maranhão, Usina Muribeca — H. Bandeira, Usina Mussurepe — Benjamin Azevedo, Usina Barra — Ezequiel Siqueira Campos, Usina Porto Rico — Hardman Tavares, Cia. Usina Olho d'Agua — José de Petribú, Usina Petribú — Christiano A. Falcão, Usina Siberia — Pessoa A. de Melo, Cia. Usina Aliança".

O assunto, que vem sendo objeto de estudos pelo I.A.A., para uma revisão de quotas de produção das usinas do país, não é, entretanto, de solução oportuna, principalmente para aplicação em um só Estado e quando a safra já se encontra quase em seu termo.

INTERPRETAÇAO DA RESOLUÇAO 5/39

Em carta de 18-11-1940, a Cia. Usina Cambaíba, de Campos, dirigiu ao Instituto uma consulta relativa à interpretação do item 5.º, da Resolução n.º 5-39, de 16-12-1939.

A Comissão Executiva, interpretando o parecer da Secção Jurídica, de 10-12-40, resolveu que não seria possivel nem prudente, que o Instituto, mediante uma interpretação genérica, sobre o modo de considerar os fatos referidos pela consulente, levantasse limites à liberdade de apreciação que a Resolução n.º 5-39, de 16-12-939, lhe faculta.

Comunicada a resolução da Comissão Executiva à Cia. Usina Cambaíba, volta a mesma, em memorial de 8-1-941, ao Instituto, para tratar do mesmo assunto.

A Secção Jurídica assim se pronunciou sobre o assunto :

"Renova a Cia. Usina Cambaíba, com o requerimento de fls. 6, o mesmo caso já devidamente apreciado pelo parecer desta Secção, e no qual se especificava que a presente consulta foge à configuração de um caso concreto e ao espírito da Resolução 5-39.

Senão vejamos.

A referida empresa, julgando-se prejudicada pelos trabalhos realizados pela Leopoldina Railway Cº. Ltda. na conservação da ferrovia que atravessa as terras de propriedade do interessado — trabalhos esses que afetaram as obras de represamento do rio Paraíba —, interpelou judicialmente a citada companhia, afim de se indenizar dos prejuizos decorrentes de tais serviços.

Vemos, assim, que já se encontra caracterizado o conflito judicial entre a Cia. Usina Cambaíba e a Leopoldina Railway Co. Ltda. sobre materia regulada pelo Código Civil, e para cujo desenvolvimento até solução final, as nossas leis processuais cominam os preceitos e os recursos adequados.

O proprio reconhecimento, por parte do Instituto, de um caso de força maior, exigiria, por certo, uma serie de providencias, à luz das quais se poderia então apreciar a natureza e a extensão dos danos sofridos. Não seria, portanto, elemento bastante para a configuração dessa situação de fato o sim-

ples articulado de uma justificação judicial. Mesmo porque na interpretação da lei se deve ter em vista a **ratio legis**, indispensavel ao conhecimento do espírito que verdadeiramente a anima (mens legis). E a norma em especie (Lei 178 e Resolução 5-39), regulando a transação de compra e venda entre lavradores e usineiros, só poderá ser aplicada aos casos em que exista identidade de razão. A Resolução 5-39, interpretando a lei n.º 178, comina a força maior como elemento capaz de modificar uma situação de fato, em relação ao direito de fornecimento de canas, desde quando condições alheias à vontade das partes venha alterar determinada situação, traduzida no inadimplemento de uma norma obrigacional.

Acresce, ainda, que a Cia. Usina Cambaíba solicita não propriamente a interpretação de uma lei, mas sim o pronunciamento oficial do Instituto sobre o caso em apreço, afim de que possa valer como argumento na ação judicial movida pelo consulente contra a Leopoldina Railway C°. Ltda., como claramente demonstra às fls. 8, ao afirmar sobre a necessidade do pronunciamento do Instituto afim de demonstrar judicialmente a liquidez de seu direito contra a causadora dos seus referidos prejuizos.

Atribuir ao Instituto essa qualidade de orgão consultivo, declarativo em materia de rítmo processual regulado pelo Código Civil, a simples requerimento de uma das partes, seria fugir ao campo de sua especialização orgânica, em detrimento de sua personalização propria, como autarquia econômica reguladora e controladora das relações entre fornecedores e recebedores de cana.

O proprio espírito da Resolução 5-39 revela o sentido e o alcance da interpretação do conceito de força maior, cabendo ao Instituto, quando chamado a estabelecer situações de fato, determinar e reconhecer, nos casos estritamente individualizados, a existencia de fatores alheios aos interesses em foco, criando assim a configuração jurídica do caso fortuito ou força maior.

Deve-se acentuar que ao caso presente não se pode emprestar o aspecto de interpretação da lei, pois que a interpretação pode nascer: 1.º — da obscuridade da lei; 2.º — da incoerencia ou contradição; 3.º — de alguma lacuna a preencher.

A simples leitura, porem, da Resolução 5-39, esclarece-nos sobre a sua aplicação e sua extensão. Aliás, a interpretação não se aplica sempre que a lei, nos casos sujeitos ao seu dominio, é "clara, viva e precisa". (Paula Batista).

Desse modo poderemos concluir que não basta ter uma lei a interpretar. E' indispensavel ter um caso a decidir.

A interpretação, portanto, a ser dada ao item 5.º da Resolução 5-39 só poderia ser eficiente em função de um caso a decidir por parte do Instituto".

Submetido o parecer à consideração da Comissão Executiva, na sessão ordinaria de 21 de fevereiro último, tomou a mesma, a respeito, a seguinte resolução:

"Não cabe ao Instituto pronunciar-se no caso em apreço, estranho de todo, às suas atribuições legais."

PRODUÇÃO EXTRA-LIMITE

Por intermedio da Delegacia Regional de Pernambuco, fez a Usina Catende S/A uma consulta ao I.A.A. sobre produção de açucar extra-limite, demerara, para transformação em alcool anidro.

Estimando a usina atingir uma produção extra-limite superior a 10% de sua quota, solicitou ao Instituto autorização para continuar a produzir açucar, do tipo demerara, alem dos referidos 10%, destinando-o à transformação em alcool anidro, no período de entre-safra.

O açucar em apreço ficará depositado, a granel, em armazens da usina, devidamente fechados, deles somente podendo sair, na ocasião de sua transferencia para a distilaria, mediante as medidas de fiscalização que determinar o I.A.A.

Com parecer favoravel da Gerencia do Instituto, por se tratar de operação que não acarreta inconvenientes para os planos de defesa da safra açucareira nacional, foi levado o caso à deliberação da Comissão Executiva, a qual resolveu, por proposta do sr. Barbosa Lima Sobrinho, deferir o pedido da Usina Catende, estabelecendo, a propósito, as seguintes condições:

1.º — A usina Catende terá direito a concorrer à distribuição do saldo que apresentarem as usinas deficitarias do Estado;

2.º — Se a Usina Catende produzir qualquer quantidade de açucar cristal extra-limite, acima do rateio, perderá direito à bonificação sobre o alcool proveniente dos excessos acima dos 10% de sua quota e ficará com o açucar em depósito, até que o Instituto lhe possa dar qualquer destino. Em nenhuma hipótese poderá esse açucar receber mais de 23$000 por saco, até 10% do limite da Usina ;

3.º — Fica ressalvado à Usina o direito de produzir açucar demerara extra-limite, para conversão em alcool, advertindo-se à mesma das dificuldades para a distribuição de uma produção excessiva do alcool anidro ;

4.º — Deve-se ainda dar conhecimento à usina de que o açucar extra-limite dos Estados do Sul está apreendido nos armazens das usinas, sem qualquer liberação, ou compensação, até o presente momento, pelas dificuldades da solução do problema do extra-limite no ano corrente ;

5.º — Às demais usinas de Pernambuco, que disponham de distilarias de alcool anidro, dever-se-á dar conhecimento da presente resolução.

ESTOQUES DE AÇUCAR

De ano para ano,apesar das providencias que o Instituto do Açucar e do Alcool tem tomado para exportar ou converter em alcool o máximo possivel dos excessos de produção sobre o consumo nacional, se avolumam os estoques de açucar nos mercados produtores brasileiros.

Ao passo que, em fins de fevereiro de 1939, o volume do estoque nacional era de 3.652.000 sacos, se elevou o mesmo a....... 4.335.000 e 5.407.000 sacos, respectivamente, em igual data de 1940 e 1941, em uma proporção de aumento, pois, de quase um milhão de sacos, por ano.

Os resultados dessa anormalidade, é bem sabido, são os mais desfavoraveis para o regular escoamento das safras, considerada a sua influencia no desequilibrio entre a produção e o consumo nacionais.

Impossibilitada, de todo, a exportação, para o exterior, dos excessos dos Estados do Sul, e não havendo capacidade suficiente para a sua transformação em alcool anidro, e não podendo, por outro lado, deixar de ser dado escoamento a esses extra-limite, cuja colocação é garantida nos mercados do interior de São Paulo, do Estado do Rio, e outros Estados tributarios, onde não chega economicamente o açucar de produção do norte, a liberação desse açucar não pode ser evitada.

A liberação deverá ser feita, contudo, em condições especiais, por meio de indenização aos produtores, de um valor que não exceda ao da sua aplicação em alcool anidro, acrescido da bonificação de 3$000, por saco; segundo os cálculos procedidos na Distilaria Central do Estado do Rio, esse valor integral será de 23$000, por saco de açucar cristal.

Para compensação do açucar extra-limite introduzido no consumo interno, serão exportados, de Pernambuco ou Alagoas, quantidades correspondentes, da respectiva produção intra-limite.

O pagamento da diferença, entre o preço do mercado normal interno e o apurado na exportação, será feito aos produtores de Pernambuco e Alagoas pelo Instituto com o resultado da venda de açucar liberado nos Estados do Sul, depois de deduzidas as importancias destinadas à indenização de 23$000 por saco, para os respectivos produtores.

Pertencendo, de acordo com a lei, ao Instituto, todo o açucar extra-limite, poderá ele proceder diretamente à sua venda, nos mercados nacionais, ou dela encarregar os proprios usineiros, aos quais será mais facil a operação, por terem já a sua freguezia feita e conhecida.

No primeiro caso, o Instituto arrecadaria a importancia total da venda do açucar e pagaria aos produtores a indenização prevista, de 23$000 por saco; no segundo caso, os produtores, mediante a devida comprovação, restituiriam ao Instituto a diferença entre o preço da efetiva venda do produto e os 23$000, destinados à indenização, que lhes faculta o Instituto.

Nessas condições, se manteria o equilibrio entre a produção legal e o consumo nacional, proporcionando a venda do proprio extra-limite os recursos necessarios para o reajustamento do preço do intra-limite exportado do norte.

Saldos que, porventura, sobreviessem, na liquidação das operações em apreço, seriam redistribuidos entre os produtores nacionais, nas condições, oportunamente assentadas pelo Instituto.

INSCRIÇÃO DE FABRICAS

Relativamente ao registro de engenhos de açucar bruto e rapadura, a Secção de Estatística apresentou ao sr. Presidente um relatorio propondo as medidas necessarias à retificação definitiva da especie de fabrico — açucar ou rapadura — dos engenhos banguês.

Encaminhados às Coletorias Federais os talões de cobrança da taxa devida pelos engenhos, têm sido muitos desses talões devolvidos, com declarações de fabrico de açucar, por parte de proprietarios de engenhos registrados como fábricas de rapadura, e de fabrico de rapadura, por proprietarios de engenhos registrados como fábricas de açucar.

A maioria dessas fábricas foi inscrita pelas fichas fornecidas ao Instituto, na fase inicial de sua instalação, apresentando, assim, falhas e imperfeições que ainda não foi possivel corrigir.

Propôs a Secção de Estatística que sejam tomadas como exatas as declarações agora inscritas no verso dos talões de cobrança de taxa, pelos produtores, modificando-se, de acordo com tais indicações, o registro dos engenhos — para tornar, desta forma, o cadastro do Instituto o mais aproximado possivel da realidade.

Sobre a proposta da Secção de Estatística manifestou-se o Gerente do Instituto favoravelmente, demonstrando, no seu parecer, a conveniencia de ser adotada a proposta questionada, como único meio de se conseguir regularizar, no cadastro de produtores, os registros dos engenhos de rapadura e de açucar bruto, adaptando-se à situação de fato, quanto à especie de produção dessas fábricas.

O assunto foi levado, pelo sr. Presidente, à consideração da Comissão Executiva em sessão de 12 de março, resolvendo esta aprovar a proposta da Secção de Estatística, para efeito de retificar as fichas de inscrição dos engenhos de açucar, classificando como "engenhos de rapadura" aqueles que assim o declararem nos talões de cobrança da taxa e como — "engenhos de açucar bruto" aqueles, cujos proprietarios declararem, nos talões de cobrança, que a sua produção é de açucar bruto.

As modificações feitas nas condições indicadas, terão caracter definitivo.

SITUAÇÃO DA SAFRA 1940/1941

Segundo as novas informações recebidas dos Estados produtores, a produção da safra 1940/1941 atingiu 13.125.543 sacos, até 31 de março último.

Considerando que os Estados, que ainda estão moendo, contam produzir, até o termo da safra, mais 350.000 sacos, estima-se o total da safra em cerca de 13.475.000 sacos, ou sejam cerca de 1.180.000 sacos, acima da limitação geral do país.

De acordo com os cálculos anteriormente feitos, considerando o consumo interno de 12.000.000 de sacos, durante o ano, as quotas de equilibrio e as de alcool, o remanescente da safra atingirá cerca de 600.000 sacos, cujo escoamento, por conta dos excessos dos Estados produtores, deverá ser promovido para o exterior.

LIMITAÇÃO E DEFESA DE AÇUCAR BRUTO

Na sessão efetuada a 2 de abril último pela C. E. do Instituto do Açucar e do Alcool, foi lido o relatorio em que a Secção de Estudos Econômicos trata da produção dos engenhos banguês de todo o país, em confronto com as respectivas quotas, fixadas pelo I.A.A.

Embora seja indubitavel a absorção dos engenhos pelas usinas, mostra a referida Secção que a superabundancia de açúcares de tipos baixos, à medida que as exigencias do consumo tendem a aumentar as saidas de açúcares de usinas, não deixará de influir nos preços, pela tendencia das cotações vis para os açúcares baixos, em virtude da propria falta de procura nos mercados internos.

Não houve, por ora, uma providencia seria para restringir os excessos de açucar de produção dos engenhos banguês, que já concorrem, nos mercados nacionais mais importantes, com a produção de alguns Estados, onde há um relativo respeito à limitação instituida pelo Instituto.

E' no Estado de Minas Gerais que mais se acentuam os excessos dessa produção e os baixos preços que atinge, naquele Estado, fazem com que procure ela outros mercados, como o do Distrito Federal, nele concorrendo vantajosamente, em preço, com os produtos similares de procedencia dos engenhos do Nordeste, que tiveram, no Distrito Federal, sempre um normal centro de consumo.

Nas safras 1939 e 1940 já se verificou, no mercado carioca, a influencia do açucar bruto de Minas Gerais na importação do açucar de engenho do Nordeste.

Um quadro apresentado pela Secção de Estudos Econômicos ilustra a situação dos excessos de produção de açucar bruto dos engenhos do Estado de Minas Gerais: dez engenhos daquele Estado, limitados em um total de 465 sacos, produziram, na última safra, 27.902, ou seja um aumento, na proporção de 6.000%.

Entende aquela Secção que se tornará perigoroso para a produção banguezeira do nordeste a progressão das entradas de açucar baixo de Minas no Distrito Federal, pois constituirá tal circunstancia a anulação de mais um mercado, sem nenhum beneficio para o padrão de vida da Capital do país.

Julga, finalmente, a Secção de Estudos Econômicos que deverá o Instituto proibir a remessa de açucar bruto mineiro para o Distrito Federal, até apurar a procedencia legal dessa produção, e, uma vez apurada, determinar uma quota correspondente às vendas durante o último trienio, para todos os Estados produtores.

A Comissão Executiva estudou o assunto minuciosamente, considerando-o digno do mais amplo exame e resolveu, em consequencia, mandar verificar as necessarias providencias para evitar a difusão de açucar clandestino produzido por engenhos.

FINANCIAMENTO DE AÇUGAR DE ENGENHO

Em telegrama de 23 de abril último, a Diretoria da Cooperativa dos Banguezeiros de Pernambuco deu conhecimento ao Instituto, de que mais um lote de açucar bruto foi retirado do financiamento; o lote referido é de 30.000 sacos, sendo o seu valor de Rs. 664:950$000.

O estoque de açucar bruto, financiado pelo Instituto, ficou, assim, reduzido a 110.000 sacos, nas condições previstas no respectivo plano de financiamento.

ESTATISTICAS SOBRE A CANA DE AÇUCAR

No número de janeiro do corrente ano do "Brasil Açucareiro", saiu à página 34 um quadro estatístico, com o título acima, de autoria de F. O. Licht, e no qual a conhecida autoridade realiza um estudo sobre rendimento por hectare, extração percentual e rendimento em açucar entre varios paises canavieiros. As cifras, evidentemente, expressam-se em função dos 100 quilos de açucar e de cana, como é de praxe nas estatísticas européias, circunstancia, todavia, que não está assinalada no Anuario de 1940, da firma magdeburguense. Aí fica a retificação, de maior valia, na verdade, para os menos entendidos em cifras açucareiras.

FINANCIAMENTO DE SAFRA

Em sessão realizada a 21 de fevereiro ultimo, foram lidos, perante a Comissão Executiva, os seguintes dados sobre o movimento de financiamento de açucar, na presente safra :

	Financiados
Pernambuco	1.872.421
Alagoas	208.198
Sergipe	20.829
	2.101.448

	Retornados
Pernambuco	76.256
Alagoas	6.546
Sergipe	1.000
	83.802

Saldo atual financiado — 2.017.646 scs.

No financiamento estão empregados fundos :

Do Banco do Brasil	59.733:448$600
Do Instituto	11.500:000$000
Total Rs.	71.233:448$600

b) — Em compras de açucar demerara da quota de equilibrio, em Pernambuco e Alagoas, tem o Instituto empregados Rs. 6.583:890$700, para 199.691 sacos.

c) — De açucar de engenhos, em Pernambuco e Alagoas, financiou o Instituto 220.885 sacos, aplicando na operação — Rs. 4.450:682$100.

d) — Alem das operações mencionadas, de curso normal, adiantou o Instituto Rs. 15$000 por saco de açucar do lote de exportação de Pernambuco para o Uruguai, em substituição à quota de alcool da safra corrente. O saldo desse adiantamento monta em Rs........... 600:630$000.

A propósito da resolução da Comissão Executiva do I.A.A., tomada em sessão de 20 de fevereiro último, sobre a indenização de despesas de financiamento de açucar de usinas, em Pernambuco e Alagoas, recebeu o sr. Barbosa Lima Sobrinho um telegrama da Diretoria da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, apresentando a s. s. e aos delegados àquela Comissão os mais expressivos e calorosos agradecimentos por esse ato de alta significação econômica para os produtores pernambucanos.

DONATIVOS

De monsenhor Pedro Massa, em nome das Missões Salesianas do Amazonas, no Rio Negro e Porto Velho, recebeu o presidente do Instituto uma carta, datada de 21-2-941, agradecendo o donativo de 5:000$000, que lhe foi concedido, para aplicação nas obras de assistencia que mantêm aquelas Missões nas referidas localidades.

NÃO PODEM INSTALAR NOVOS ENGENHOS

A Comissão Executiva do I.A.A., em sessão realizada a 2 de abril último, de acordo com a proposta da Secção de Estudos Econômicos, excluiu dos beneficios de que trata a Resolução n.º 23-40, relativa à instalação de novos engenhos de açucar e fábricas de aguardente, desde que não sejam estas anexas a engenhos já existentes, os seguintes municipios paulistas, servidos por estradas de ferro: Aguas da Prata, Amparo, Batatais, Cajurú,

Campinas, Casa Branca, Cravinhos, Franca, Guará, Igarapava, Itapira, Ituverava, Jardinópolis, Mococa, Mogí-Guassú, Mogí-Mirim, Orlandia, Palestina, Pedregulho, Pedreira, Pinhal, Porangaba, Ribeirão Preto, Santa Rosa, São João da Boa Vista, São Joaquim, São José do Rio Pardo, São Simão, Serra Negra, Sertãozinho, Socorro, Sorocaba, Tabatinga Tambaú, Tapiratiba, Vargem Grande, Agudos, Americana, Angatuba, Assiz, Avaré, Baurú, Bernardino de Campos, Boituva, Botucatú, Burí, Campinas, Cândido Mota, Capivarí, Cerqueira Cesar, Chavantes, Cotia, Iberá, Ipaussú, Itanhaem, Itapetininga, Itararé, Itatinga, Itú, Jundiaí, Laranjal, Lençois, Ourinhos, Palmital, Paraguasssú, Pereiras, Pirajú, Piramboia, Porto Feliz, Prainha, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Quatá, Rancharia, Regente Feijó, Rio das Pedras, Salto, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Manuel, São Paulo, São Pedro, São Roque, São Vicente, Taquarí, Tatuí, Tieté, Agudos, Anápolis, Araraquara, Araras, Barra Bonita, Barretos, Bebedouro, Brotas, Campinas, Colina, Descalvado, Dois Córregos, Duartina, Galia, Garça, Guariba, Itatiba, Itirapina, Jaboticabal, Jaú, Leme, Limeira, Marilia, Mineiros, Palmeiras, Pederneiras, Piracicaba, Pirassununga, Piratininga, Pitangueiras, Pompéia, Pontal, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Rio Claro, Santa Rita, São Carlos, Torrinha, Vera Cruz, Viradouro, Altinópolis, Serra Azul, Itaberá, Andradina, Araçatuba, Avanhandava, Giriguí, Cafelandia, Coroados, Glicerio, Guararapes, Iporanga, Lins, Penápolis, Pirajuí, Presidente Alves, Promissão, Valparaiso, Aparecida, Bananal, Bela Vista, Bocaiuva, Caçapava, Cachoeira, Cruzeiro, Guararema, Guaratinguetá, Jacareí, José Bonifacio, Lorena, Mogí das Cruzes, Paraibuna, Piedade, Pindamonhangaba, Piquete, Queluz, Rio Preto, Santa Bárbara, Santa Branca, São José dos Campos, São Paulo, Taubaté, Tremembé, Avaí Bragança, Campo Largo, Juquerí, Piracaia, Santo André, Santos, Barirí, Boa Esperança, Bocaina, Dourado, Ibitinga, Itápolis, Ribeibeirão Preto, Tabatinga, Monte Azul, Nova Granada, Olimpia, Itapecerica, Nazaré, Ribeirão, Catanduvas, Cedral, Fernando Prestes, Matão, Mirassol, Pindorama, Rio Preto, Santa Adelia, Taquaritinga, Espirito Santo do Pinhal, Santo Anastacio.

Igual providencia foi tômada relativamente aos seguintes municipios de Pernambuco, nos quais fica proibida a instalação de novas fábricas de aguardente :

Recife, São Lourenço da Mata, Páu d'Alho, Floresta dos Leões, Nazaré, Aliança, Timbauba, Limoeiro, Bom Jardim, Jaboatão, Morenos, Vitoria, Gravatá, Bezerros, Caruarú, São Caetano, Belo Jardim, Pesqueira, Rio Branco, Alagoa de Baixo, Cabo, Ipojuca, Escada, Amaragi, Ribeirão, Gameleira, Palmares, Catende, Maraial, Quipapá, Canhotinho, Bonito, Rio Formoso, Barreiros, Angelim, Garanhuns, Tacaratú e Petrolina."

CARBURANTE "ALCOLINA"

Por intermedio do sr. Marquez F. Canella, remeteu o sr. Henrique Retting, de Santiago do Chile, uma caixa, contendo duas latas do carburante sintético "Alcolina", ao Instituto Nacional de Tecnologia, nesta Capital, para proceder a uma análise do produto e, à vista dos resultados, saber da conveniencia, ou da possibilidade da introdução do seu uso no Brasil.

Em oficio de 19-3-941, dirigido ao I.A.A., o sr. Heraldo de Sousa Matos, no exercicio do cargo de diretor interino do Instituto Nacional de Tecnologia, apresentou as características da análise da "Alcolina" — 80% de alcool de 95° G. L. e 20% de gasolina, análise essa já anteriormente procedida e cujos resultados acompanham o oficio em causa.

Em oficio de 20-3-941, o engenheiro Rodrigues Vieira Junior, pela Secção Técnica do I.A.A. prestou informações detalhadas sobre o caso, concluindo por opinar que não lhe parece haver o menor interesse na utilização no Brasil, do carburante questionado.

A Comissão Executiva do I.A.A. à vista do resultado da análise procedida no produto "Alcolina" e do parecer da Secção Técnica, concluiu que não interessa ao Instituto o assunto, devendo ser encaminhado o parecer da referida Secção aos interessados, por intermedio da representação consular chilena, no Brasil

ENGENHO PARA PRODUÇÃO DE MEL, ALCOOL E AGUARDENTE

Doroteu, Araujo & Cia., proprietarios do Engenho "Altinho", sito no Municipio de Gameleira, em Pernambuco, cuja quota foi incorporada à Usina Cachoeira Lisa, tambem de sua propriedade, em requerimento

de 11-12-40, solicitou permissão para movimentar o referido engenho, com o fim exclusivo de produzir mel, alcool e aguardente.

Alegam os interessados a distancia que separa o engenho da usina, sendo oneroso o transporte das canas daquele para esta.

Sobre a pretensão em causa, informou a Secção de Estatística que o registro do Engenho Altinho foi cancelado, por motivo da incorporação de sua quota ao limite da Usina Cachoeira Lisa aprovada pela Comissão Executiva, em sessão de 8-4-940.

Em parecer de 4-3-941, a Secção Jurídica considerando a incorporação definitiva da quota do engenho ao limite da usina; considerando que tal incorporação foi subordinada ao expresso cancelamento do registro, desmontagem e lacramento dos maquinismos do Engenho; considerando que os interessados, nessa ocasião, não ressalvaram o direito de fabricantes de aguardente; considerando ainda que os interessados pretendem tambem fabricar mel no questionado engenho; concluiu pelo indeferimento do pedido de Doroteu, Araujo & Cia., no sentido de fazer funcionar o Engenho "Altinho", para fabricar aguardente, ou mel.

A Comissão Executiva, em face dos fundamentos do parecer da Secção Jurídica resolveu aprová-lo, para efeito de indeferir o pedido em apreço.

LIGAÇÃO DOS TANQUES DO BRUM AS DOCAS DO RECIFE

Estão em andamento as providencias para a consecução do transporte do alcool anidro de Pernambuco para o Rio de Janeiro e Santos, por meio de navio tanque.

Para a realização desse serviço, torna-se imprescindivel a ligação dos tanques do Brum às Docas do Recife, por meio da competente canalização e bombas.

Feito um primeiro orçamento do custo do material e mão de obra, apurou-se que poderia atingir o mesmo um máximo de Rs. 180:000$000, inclusive a aquisição e instalação de uma bomba, no valor de cerca de Rs. 31:000$000.

O custo do material e da instalação das canalizações propriamente ditas ascende a cerca de Rs. 140:000$000.

Considerando-se que a instalação desse serviço é de carater urgente e indispensavel, a Comissão Executiva do I.A.A., em sessão de 24 de abril último, resolveu autorizar a sua realização, procedendo a administração do Instituto a um previo exame das possibilidades da sua execução por preço menor.

DISTILARIA CENTRAL DA BAÍA

Devendo ser instalado, na Distilaria Central da Baía, o processo de deshidratação "De Melle", o Instituto do Açucar e do Alcool consultou, a respeito, o sr. Roberto de Araujo, representante das Usinas De Melle, detentores da respectiva patente.

Em telegrama com data de 2 de abril, do Recife, o sr. Roberto de Araujo informou que o preço para a licença de utilização do processo de deshidratação de "De Melle" será fixado na base de 1:200$000 por hectolitro de capacidade do aparelho, sendo as condições de pagamento a combinar.

Conforme os cálculos procedidos pelo sr. João de Lucena Neiva, o preço da patente será de Rs. 180:000$0000, no caso de uma distilaria de capacidade de 15.000 litros diarios, e de Rs. 240:000$000, no caso de ser a distilaria dotada de aparelhos, com capacidade diaria para 20.000 litros.

O assunto foi submetido à consideração da Comissão Executiva, que tomou conhecimento do mesmo e mandou encaminhar o parecer à Secção Técnica, para os devidos fins.

RETROVENDA

Em carta de 17 de março último, solicitou o Instituto ao Banco do Brasil que permitisse o mesmo a retirada semanal, adiantadamente, de uma quantidade até 100.000 sacos de açucar financiados no Recife.

A retirada desse açucar será realizada pela Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, devendo o pagamento se efetuar no decorrer dos oito dias seguintes, mediante a garantia integral do Instituto.

A operação em causa já se vinha realizando, desde a safra 1939-40, mas apenas sobre um volume de 50.000 sacos de açucar.

O aumento para 100.000 sacos foi agora solicitado, para atender à requisição, nesse sentido encaminhada ao Instituto, pela Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, por intermedio da Delegacia Regional do Instituto, no Recife.

O Banco do Brasil, em carta de 1.º de abril, comunicou ao Instituto ter concordado com a proposta, havendo já telegrafado à

O ABASTECIMENTO DA EUROPA EM 1941

Segundo se lê numa correspondencia da Europa, publicada em "Facts about Sugar", número de janeiro, os estatísticos F. O. Licht, de Magdeburgo, deram à publicidade uma nova estimativa da produção européia de açucar de beterraba, a qual, como a primeira estimativa da mesma fonte, não contem dados referentes à produção da Alemanha, incluindo a Boemia-Moravia e o Governo Geral da Polonia, nem sobre a produção da França. Na estimativa revista, está incluida uma cifra de 180.000 toneladas para a Hungria, país que anteriormente não aparecia nas estatísticas.

Para os demais países incluidos na estimativa revista, os dados não acusam modificações de importancia e no total somam..... 2.917.000 toneladas contra um total de...... 2.887.000 toneladas da primeira estimativa. A estimativa revista apresenta os seguintes números (em toneladas) : Bélgica, 280.000; Holanda, 285.000; Dinamarca, 245.000; Suecia, 300.000; Italia, 555.000; Espanha, 180.000; Suiça, 15.000; Eslovaquia, 66.000; Iugoslavia, 115.000; Rumania, 110.000; Bulgaria, 38.000; Turquia, 100.000; Finlandia, 8.000; Inglaterra, 520.000; Irlanda, 100.000. Como se disse acima, a Hungria foi incluida na estimativa revista com uma produção de 180.000 toneladas, o que dá um total para esses países de 3.097.000 toneladas contra 2.833.000 toneladas produzidas em 1938-39.

A única modificação importante nessas novas estimativas consiste em um aumento de 55.000 toneladas na cifra relativa à produção italiana. A estimativa da Iugoslavia foi reduzida de 15.000 toneladas e a da Turquia sofreu tambem uma redução de 10.000 toneladas.

ADEQUADO O SUPRIMENTO

A conclusão a tirar dessas cifras é que a maioria dos países europeus estará em condições de cobrir o proprio consumo este ano, sem recorrer a importações. Precisarão importar açucar a Noruega, que não produz, a Finlandia, a Espanha, a Suiça, possivelmente a Turquia, e a Grecia, que tambem não produz. Portugal igualmente se inclue na lista dos países que precisam importar açucar, mas adquire-o nas suas colonias.

Pode-se dizer que as estimativas de Licht estão, em geral, de conformidade com os resultados do inquérito levado a efeito em outubro pela Associação Internacional das Estatísticas do Açucar, o qual dá para a Bélgica a cifra mais baixa de 260.000 toneladas. Para atender aos países importadores, haverá excesso de açucar na Boemia-Moravia, Hungria, Slovaquia e Dinamarca.

Com relação à Alemanha, os únicos dados até agora conhecidos são os do Statistische Reichsant que indicam uma produção provavel de 21.200.000 toneladas métricas. Essa quantidade seria suficiente para satisfazer todas as necessidades atuais de açucar, mesmo que as fábricas destinem 15 por cento das suas quotas básicas ao fabrico de forragem. Na Boemia-Moravia e no Governo Geral, as informações conhecidas adiantam que as condições são boas e que se espera uma produção satisfatoria.

Outro grande país sobre o qual não se pôde reunir elementos foi a França, cuja situação é realmente dificil de avaliar. Os comunicados indicam, todavia, que as perspectivas de suprimento de açucar na França não são das mais favoraveis. Em muitos departamentos a condição das beterrabas é má, porque não foi possivel tratá-las convenientemente e no devido tempo. Em fontes não oficiais, estima-se que a produção francesa será este ano um terço apenas da sua produção normal, isto é, deverá oscilar entre 300 e 400 mil toneladas.

A GUERRA E AS INDUSTRIAS COLONIAIS

Relacionada com o problema da depen-

---

sua Agencia do Recife, no sentido de permitir a elevação, para 100.000 sacos, do volume de retiradas semanais de açucar do estoque financiado naquela praça, continuando em vigor as condições anteriores, estipuladas para a operação em apreço, inclusive a responsabilidade do I.A.A.

Em sessão realizada a 9 de abril, a Comissão Executiva tomou conhecimento do assunto.

dencia de alguns países europeus no que se refere ao abastecimento de açucar, está a questão de saber-se até que ponto a guerra e o bloqueio afetam os suprimentos que normalmente vêm das colonias. Essa questão tem importancia especialmente para Portugal e Bélgica, que produzem açucar nas suas colonias africanas. Portugal poderá, naturalmente, continuar a importar das suas colonias de Angola e Moçambique. Em 1938-39, esta forneceu à metrópole 38.658 toneladas e ainda vendeu a outros países...... 15.249 toneladas. A industria açucareira de Angola é mais nova que a de Moçambique; teve, porém, um rápido desenvolvimento nos últimos anos; a sua produção em 1939-40 foi estimada em 40.000 toneladas, das quais apenas 3.000 se destinavam ao consumo local. A industria açucareira do Congo belga, é mais nova e o inicio das suas atividades data de 1928-29. Uma fábrica localizada em Moerbeke-Kwilu e de propriedade da Companhia Sucrerie Congolaise produziu, na safra...... 1938-39, 14.547 toneladas, das quais cerca de 2.000 bastam para o consumo da colonia. Desde 1935 e no interesse da industria beterrabeira belga, a metrópole importa do Congo apenas 6.000 toneladas livres de direitos e mais uma quota adicional de 2.000 toneladas. Os rendimentos no Congo, que de inicio não iam alem de 20 toneladas por hectare, melhoraram bastante e já hoje alcançam 54 toneladas.

A situação do Egito deve tambem merecer atenção, pois esse país tornou-se ultimamente um grande exportador de açucar refinado. As exportações aumentaram de 56.135 toneladas em 1937-38 para 91.000 toneladas, aproximadamente, em 1938-39. Os principais compradores dos refinados egipcios são a Palestina, o Sudão e o Iraque. No mesmo período, o consumo de açucar no Egito foi de cerca de 150.000 toneladas por ano.

Dos outros países que têm colonias na Africa, a Inglaterra, naturalmente, importa grandes quantidades da União Sul-Africana e de Mauricius e mais recentemente passou tambem a importar de Kenia (60.000 toneladas em 1938-39). As colonias italianas, francesas e espanholas da Africa não produzem açucar em escala comercial. Essas possessões são, ao contrario, abastecidas pelas suas metrópoles. No caso da Africa Francesa do Norte (Algeria, Tunisia e Marrocos), essas importações constituem a parte mais importante do comercio exportador da metrópole e por isso o suprimento dessas regiões, nas condições atuais, é um problema que apresenta dificuldades.

PREÇOS DO AÇUCAR EM NOVA YORK

A firma B. W. Dyer & Co., de Nova York, informa que o preço do açucar bruto disponivel naquela cidade, durante o mês de março, foi de 3,30 cents, na base do imposto pago, ou seja um aumento de 29 pontos, aproximadamente, sobre o preço vigente em fevereiro, que foi de 3,006. cents. e de 49 pontos sobre o preço medio em março de 1940. A media dos preços no primeiro trimestre deste ano foi de 3.081 cents contra 2,83 cents no mesmo período do ano passado e 2,963 cents em janeiro-fevereiro deste ano.

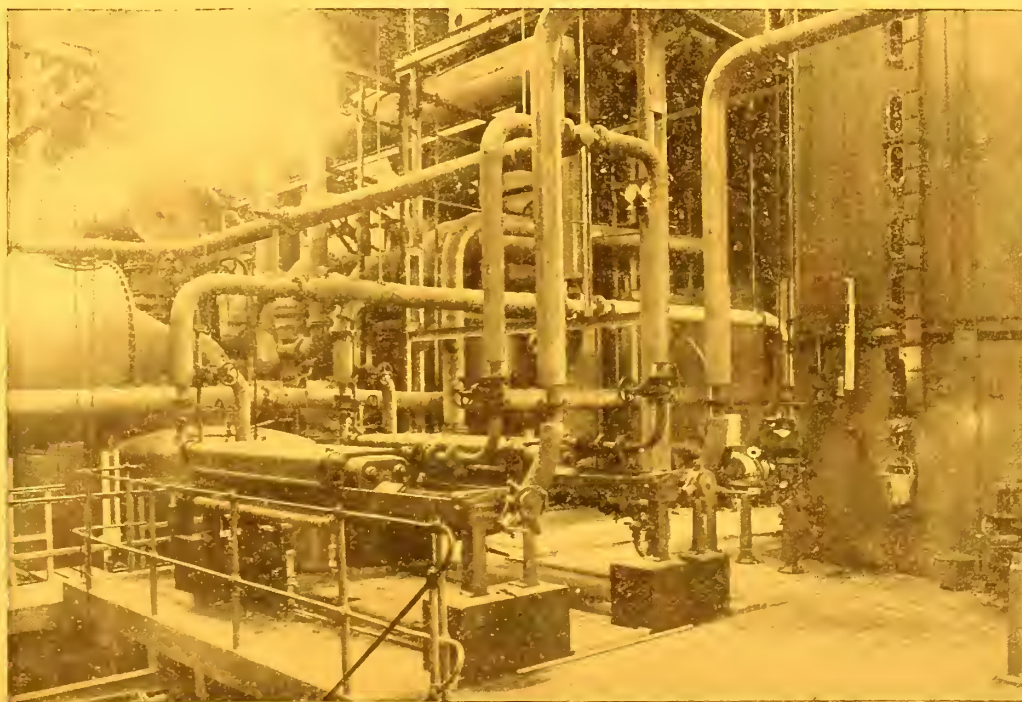
A mesma fonte informa ainda que a media dos preços de açucar refinado em março foi de 4,774 cents, cerca de 41 pontos acima da media de fevereiro, que foi de 4,361 cents, a media de março de 1940 foi de 4,41 cents. A media do trimestre janeiro-março foi de 4,489 cents contra 4,421 cents no mesmo período de 1940 e 4,334 cents em janeiro-fevereiro deste ano.

SAFRAS AÇUCAREIRAS MUNDIAIS

As cifras que se seguem foram tomadas do "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", de Willet and Gray, e representam as estimativas desses conhecidos especialistas norte-americanos para as novas safras mundiais.

PAISES	1940/41 tons.	1939/40 tons.	1938/39 tons.
Estados Unidos:			
Luisiana	210.229	400.814	439.029
Flórida	105.715	63.117	81.753
Porto Rico	810.325	909.646	760.678
Hawaí	865.000	850.000	864.636
Ilhas Virgens	7.500	6.461	5.300
Cuba	2.028.253	2.816.462	2.758.552
Indias Ocidentais Inglesas:			
Trinidad	122.000	92.187	128.455
Barbados	78.000	70.204	136.257
Jamaica	148.340	99.321	117.946
Antigua	24.250	14.113	22.517
St. Kitts	38.000	30.892	37.336
Outras possessões	9.500	8.374	8.682
Indias Ocidentais Francesas:			
Martinica	55.000	59.506	68.404
Guadalupe	53.000	50.000	46.658
República Dominicana	375.000	454.836	431.705
Haiti	30.000	39.746	40.665
México	295.000	291.999	326.753
América Central:			
Guatemala	36.000	34.843	33.648
Salvador	15.000	14.000	13.925
Outros países	42.000	40.000	45.500
América do Sul:			
Demerara	190.000	167.645	189.245
Colombia	42.000	45.000	44.912
Surinam	15.000	15.000	11.783
Venezuela	27.558	24.605	25.589
Equador	30.000	29.526	24.609
Perú	450.000	466.602	372.169
Argentina	500.000	521.584	465.630
Brasil	1.272.405	1.154.111	1.080.831
Total da América	7.875.075	8.770.194	8.583.167
India Inglesa (Gur)	3.100.000	3.180.972	2.890.476
(Branco)	1.212.000	1.401.100	786.800
Java	1.750.000	1.576.506	1.550.738
Japão	1.104.006	1.321.447	1.663.750
Filipinas	1.087.000	940.382	881.714
Total da Asia	8.253.006	8.420.407	7.773.478

PAISES	1940/41 tons.	1939/40 tons.	1938/39 tons.
Australia	808.000	932.825	822.744
Ilhas Fiji	120.000	114.312	134.578
Total da Aust. e Polinesia	928.000	1.047 137	957.322
Egito	167.000	155.000	162.053
Mauritius	326.000	229.000	321.310
Reunião	80.000	73.573	85.573
Natal	510.000	531.746	466.725
Moçambique	70.000	67.500	63.284
Total da Africa	1.153.000	1.057.279	1.099.107
Europa :			
Espanha	10.000	6.666	13.124
Total das safras de açucar de cana	18.219.081	19.301.683	18.426.198
Europa :			
Alemanha	2.400.000	2.303.812	2.145 141
Tchecoslovaquia	520.000	519.898	530.474
Hungria	165.000	130.283	127.288
França	238.000	1.033.200	858.892
Bélgica	250.000	262.585	194.852
Holanda	285.000	239.800	212 580
Russia e Ucraina	2.700.000	2.540 000	2.300.000
Polonia	500.000	430.000	540.378
Suecia	300.000	310.959	292.380
Dinamarca	245.000	251.992	190.957
Italia	475.000	450.000	398.778
Espanha	150.000	82.222	135.000
Suiça	15.000	14.100	13 000
Bulgaria	38.000	24.716	19.761
Rumania	110.000	145.513	155.446
Grã-Bretanha (1)	485.000	479.046	289.435
Irlanda (1)	90.000	57.680	53.891
Iugoslavia	100.000	119.246	85.869
Outros países	168.000	184.700	126.251
Total da Europa	9.234.000	9.579.752	8.670 373
Açucar de beterraba do Canadá (1)	90.000	75.573	63.883
Açucar de beterraba dos E. Unidos (1)	1.543.750	1.467.803	1.485.024
Total das safras de açucar de beterraba	10.867.750	11.123.128	10.219.280
Total geral: cana e beterraba	29.086.831	30.424.811	28.645.478

(1) — Açucar refinado.

OS ADUBOS NITROGENOSOS NA AFRICA DO SUL

Em todos os paîses que praticam a lavoura da cana, o nitrogenio é geralmente considerado como um dos mais importantes elementos de adubação. A Africa do Sul foge a esse modo de ver e alí os técnicos ainda manifestam dúvidas sobre se os fertilizantes nitrogenosos são realmente valiosos. O assunto foi há pouco, examinado pelos srs. H. H. Dodds e J. E. Colepoper em artigo lido perante o 14.º Congresso de Tecnologistas do Açucar da Africa do Sul. Esse artigo é interessante por dois motivos: primeiro, porque resume a experiencia obtida com os trabalhos que vêm sendo realizados desde 1912 nesse particular; segundo, porque examina a posição do nitrogenio em relação a outros elementos essenciais.

As dúvidas a que fizemos referencia parece que se originaram de duas fontes: a deficiencia natural e quase absoluta de fósforo nos terrenos da Africa do Sul e uma prática consagrada pelo tempo e decorrente da deficiencia apontada de aplicar um fertilizante completo por ocasião do plantio. Vamos discutir primeiramente essa última prática. E' sabido que a semente não pode utilizar o adubo, enquanto não possue um sistema radicular, embora a presença do adubo possa estimular o desenvolvimento das raizes. Os autores mencionam experimentos ainda não publicados, mostrando que quando se aumenta a aplicação de sulfato de amonia de 150 para 300 libras por acre, o desenvolvimento do sistema radicular retarda-se. Assim, enquanto se esperava alguma vantagem com a aplicação da menor quantidade, esta precisava ser reforçada por outras aplicações. Deve-se considerar tambem, nesse caso, o suprimento de agua, pela possibilidade de serem eliminados os sais soluveis e não fixos. Essa observação não se aplica ao fosfato, que é fixo. Com o fosfato, o que pode acontecer é que, aplicado em torrões, o acúmulo de raizes resulte no fenômeno da "queima".

Na Africa do Sul, um fator muito importante que influencia a situação do nitrogenio é a umidade. A seca, alí, não é uma experiencia infrequente, e, nessas condições, compreende-se que o solo responda mediocremente aos adubos nitrogenosos inorgânicos e que isso seja às vezes prejudicial. Por esse motivo é que algumas formas orgânicas de nitrogenio — aliás mais caras — têm se mostrado benéficas. As condições da Africa do Sul são de molde a permitir que um estudo das possibilidades dos adubos orgânicos dê bons resultados.

Depois de estudar a situação com relação aos adubos de curral e aos residuos de fábricas, o artigo passa a examinar, em detalhe, a dos adubos verdes. Citam os autores um experimento, no qual o sulfato de amonia foi aplicado superficialmente à cana planta; nos tratos onde havia sido aplicado adubo verde, o solo não respondeu; precisamente o contrario aconteceu nos tratos onde aquele tipo de adubo não foi usado. Naquele momento, todavia, a vantagem obtida não compensou o prejuizo da safra de cana que teria sido produzida. Mas surgem aqui questões de índole econômica. O que constituiu um prejuizo ao tempo da aludida experiencia sendo a variedade Uba a única existente e havendo mercado para todo o açucar que se produzisse, pode muito bem assumir uma feição diferente nas condições atuais, quando parecem atingidos os limites econômicos da expansão. O momento parece oportuno para que se procure constituir uma reserva de fertilidade no solo. A guerra atual pode perfeitamente ter invertido a situação desde que foi escrito o artigo a que nos temos referido.

O resumo das mais importantes experiencias realizadas com adubos parte das que foram iniciadas em 1912 por E. R. Sawer, em Natal, cujos resultados imediatos acusaram a posição dominante dos fosfatos nos planos de adubação. Essa conclusão foi amplificada, em vista da continuação, em três socas, com o fertilizante repetido depois de cada safra. Verificou-se ser o superfosfato a forma mais conveniente do adubo fosfatado, mas a sua aplicação repetida precisa ser reforçada pela potassa. Com relação ao nitrogenio, os resultados dessas experiencias não autorizaram o emprego de adubos nitrogenosos. O relatorio sobre a quarta soca, embora confirme os resultados anteriores, aludem à exaustão de nitrogenio.

Entre essas experiencias e as que foram estudadas a seguir, houve um intervalo de doze anos, quando o German Potash Syndicate publicou uma serie de três brochuras a respeito. Nessas novas experiencias, 25 li-

bras de nitrogenio por acre, sob a forma de sulfato de amonia, foram aplicadas no momento do plantio, e 60 libras sob a forma de nitrato de sodio, três e meio meses mais tarde, ou, alternativamente, o dobro dessas quantidades. Somente em um caso, contra nove, foi obtido um resultado satisfatorio e este com menor aplicação. Convem notar que somente nesse caso favoravel, houve precipitação adequada. Destaca-se, porem, um fato relacionado com essas experiencias: a precipitação durante todo o período foi extremamente baixa e o único resultado proveitoso foi obtido na estação que teve a mais alta media de precipitação.

Essas experiencias contribuiram poderosamente para que se generalizasse, na Africa do Sul, a convicção de que os seus solos não respondiam aos fertilizantes nitrogenosos, convicção que já estava bem estabelecida quando, em 1925, se fundou a Estação Experimental de Mount Edgecombe que desviou a atenção dos interessados na cultura canavieira para o problema da introdução de novas variedades.

Máu grado a opinião dominante de que pouco se podia esperar de outros adubos que não o fósforo e mais particularmente da inutilidade do nitrogenio, experiencias sobre adubos foram iniciadas pela Estação Experimental, nas quais o nitrogenio foi incluido. Embora algumas observações de interesse surgissem dessas experiencias com relação ao nitrogenio, as conclusões definitivas a que chegaram os especialistas confirmaram o que anteriormente se pensava a respeito do fósforo. Deste elemento, verificou-se que o melhor era o superfosfato. Nas series de experiencias com nitrogenio, este elemento foi oferecido à planta sob cinco formas — uréia, sulfato de amonia e cianamida, que não deram resultado — guano e nitrato de sodio, que deram bons resultados.

Ao mesmo tempo em que se realizavam essas experiencias a que nos temos referido, outras levadas a efeito em terrenos de algumas fazendas provaram que, em condições muito favoraveis de solo e precipitação, pode-se esperar bons resultados do sulfato de amonia. O efeito das chuvas foi demonstrado pelo fato de que o sulfato, aplicado superficialmente três meses depois, perdeu algumas chuvas favoraveis e foi menos vantajoso do que quando aplicado na época do plantio. Experiencias posteriormente realizadas na mesma fazenda, em período de seca, não deram bons resultados. Parece, assim, que a chuva é um fator dominante no problema do nitrogenio. O período de 1926 a 1931 foi um ciclo de seis estações secas e nesses anos os solos somente responderam ao nitrogenio orgânico. Em 1934, começou um ciclo bastante favoravel, que se prolongou até agora, com umidade adequada e bem distribuida. Durante esse período, notou-se que os solos respondiam melhor aos adubos nitrogenosos.

Uma dessas experiencias, compreendendo segundas a quintas socas, que foram repetidas anualmente entre 1936 e 1940 e realizadas na Estação Experimental, mostraram excelentes resultados com tratamentos de nitrogenio, sob varias formas, orgânicas e inorgânicas, sem que se notasse diferença apreciavel entre estas. Os autores ainda mencionam outras experiencias, em que o uso de fertilizantes nitrogenosos deram resultados satisfatorios.

Essas experiencias mais recentes são numerosas e não podem ser descritas uma por uma. Todas, porem, acusam uma feição que ainda mais complica o problema do uso dos adubos nitrogenosos. Na maioria delas, a antiga variedade Uba, que formava a base das primeiras experiencias, foi substituida pelas variedades CO 281, CO 290 e CO 301 e uma análise dessas experiencias mostra uma maneira diferente de responder ao adubo, resultante da substituição da cana. Não está bem esclarecida a natureza dessa maneira diferente de responder ao adubo, mas parece ser maior no caso da CO 301 do que nos das outras duas citadas.

(Adaptado de um artigo de "The International Sugar Journal").

LEGISLAÇÃO

BRASIL

FEDERAL

DECRETO N.º 7.071 — De 9 de abril de 1941

Prorroga até 1 de julho de 1941 o prazo para a obrigatoriedade de contadores automácos nas fábricas de aguardente e de álcool.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, até 1 de julho de 1941, o prazo estabelecido no art. 1.º do decreto-lei n. 1.981, de 26 de janeiro de 1940, e já prorrogado pelos decretos ns. 5.890 e 6.658, de 27 de junho e 31 de dezembro do mesmo ano, para a obrigatoriedade de contadores-automáticos nas fábricas de aguardente e de álcool.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1941, 120º da Independencia e 53.º da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Souza Costa.

(D. Of., 14-4-41).

DECRETO-LEI N.º 3.190 — De 10 de abril de 1941

Prorroga o prazo fixado no art. 4.º, alinea "a", do decreto-lei n.º 281, de 18 de fevereiro de 1938.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. único — Fica prorrogado, até 30 de junho vindouro, o prazo fixado no art. 4.º, alinea "a", de decreto-lei n.º 281, de 18 de fevereiro de 1938, para a remessa ao Departamento Nacional da Indústria e Comércio, pelos responsaveis por estabelecimentos industriais do país, do boletim de produção e movimento das respectivas fábricas, relativo ao ano findo.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1941, 120º da Independencia e 53º da República.

GETULIO VARGAS.
Valdemar Falcão.

(D. Of. 15-4-41).

DESPACHOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açucar e do Alcool, despachou mais os seguintes processos:

594/40 — Raul Lacerda — Piracicaba — SP — Incorporação de quota — Foi deferido — 21-8-40.

3.333/38 — Vitorio Callegaro — Piracicaba — SP — Incorporação de quota — Foi deferido — 21-8-40.

1.257/40 — Amaurí Fischer Nogueira — Piracicaba — SP — Incorporação de quota — foi deferido — 11-9-40.

3.985/39 — Custodio Ribeiro de Arantes Junqueira — Queluz — SP — Incorporação de quota — Foi deferido — 2-10-40.

1.517/40 — Agostinho Forti — Piracicaba — SP — Incorporação de quota — Foi deferido — 23-10-40.

4.201/39 — Pinto, Bouchardet & Cia. — Rio Branco — MG — Incorporação de quota — Foi deferido — 4-12-40.

4.207/39 — Pinto, Bouchardet & Cia. — Rio Branco — MG — Incorporação de quota — Foi deferido — 4-12-40.

2.414/40 — Vitor Leopoldino Mendes — Itajaí — SC — Incorporação de quota — Foi deferido — 4-12-40.

2.423/40 — João Reichert — Itajaí — SC — Incorporação de quota — Foi deferido — 4-12-40.

2.428/40 — Elisio João da Rocha — Itajaí — SC — incorporação de quota — Foi deferido — 4-12-40.

2.432/40 — Antonio Francisco Pereira — Itajaí — SC — Incorporação de quota — Foi deferido — 4-12-40.

2.434/40 — Alberto Jacó Schmitt — Itajaí — SC — Incorporação de quota — Foi deferido — 4-12-40.

2.452/40 — Fridolino Frierweiler — Itajaí — SC — Incorporação de quota — Foi deferido — 4-12-40.

2.479/40 — Valentim Hess — Itajaí — SC — Incorporação de quota — Foi deferido — 4-12-40.

3.448/36 — Antonio Nicacio da Silva — Ponte Nova — MG — Incorporação de quota — Foi indeferido — 10-12-40.

2.445/39 — Florentino Antonio Gomes — Viçosa — MG — Incorporação de quota — Foi deferido — 10-12-40.

3.282/39 — Raimundo Lopes — (Herdeiros) — Ponte Nova — MG — Incorporação de quota — Foi indeferido — 10-12-40.

3.933/39 — Manuel Pio Alves & Irmão — Mariana — MG — Incorporação de quota — Foi indeferido — 10-12-40.

1.051/38 — Vicente Evaristo Alves — Muriaé — MG — Incorporação de quota — Foi indeferido — 18-12-40.

1.087/38 — José de Sousa Lima — Leopoldina — MG — Incorporação de quota — Foi indeferido — 18-12-40.

1.137/38 — Zerio Antonio da Silva — Muriaé — MG — Incorporação de quota — Foi indeferido — 18-12-40.

1.189/38 — Custodio Alves Filgueiras — Muriaé — MG — Incorporação de quota — Foi indeferido — 18-12-40.

3.928/39 — Licinio Pastor Alves — Mariana — MG — Incorporação de quota — Foi exarado pela Comissão Executiva, deste Instituto, o seguinte despacho: "Efetivada a incorporação, comunicando-se ao dono do engenho 1) Que o Instituto não pode tomar em consideração as suas reclamações, em vista do reconhecimento de firmas; 2) Si prejudicado, deverá o interessado recorrer aos meios regulares para a anulação do ato deste Instituto — 18-12-40.

1.182/38 — Antonio Elisario da Silva — Muriaé — MG — Incorporação de quota — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que opina pelo arquivamento do processo, uma vez que a pretensão do requerente ficou prejudicada — 23-12-40.

2.435/40 — Francisco dos Santos Figueira — Sumidouro —RJ — Incorporação de quota — Foi deferido — 27-12-40.

2.436/40 — Horacio Fontes — Sumidouro — RJ — Incorporação de quota — Foi deferido — 27-12-40.

2.501/40 — Manuel Sousa de Jesus — Sapucaia — RJ — Incorporação de quota — Foi deferido — 27-12-40.

2.503/40 — Osvaldo Correia Gonçalves — Sapucaia — RJ — Incorporação de quota — Foi deferido — 27-12-40.

2.721/40 — José Piauílino Gomes de Melo — Palmares — PE — Incorporação de quota — Foi deferido — 27-12-40.

3.130/40 — Francisco Fernandes de Sousa — Sapucaia — RJ — Incorporação de quota — Foi deferido — 27-12-40.

4.635/39 — Sociedade Anônima Usina Laginha — União — AL — Incorporação de quota — Foi indeferido — 22-1-41.

2.500/40 — Galileu Machado Braga — Sapucaia — RJ — Incorporação de quota — Foi deferido — 22-1-41.

2.502/40 — Sebastião de Sousa — Sapucaia — RJ — Incorporação de quota — Foi deferido — 22-1-41.

5.379/35 — Antonio Soares Oliveira — Piunhi — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

389/36 — Benedito Ferreira da Silva — Itapemirim — ES — Inscrição de engenho — Foi indeferido — 30-1-41.

2.775/36 — Germano de Freitas — Areia — PB — Inscrição de fábrica de aguardente — Foi arquivado por haver o requerente desistido da sua pretensão — 30-1-41.

67/37 — Antonio Arnaldo Bezerra Cansanção — Murici — AL — Isenção de taxa — (3$000) — Foi deferido — 30-1-41.

18/38 — José Germano Schilinting — Palhoça — SC — Baixa de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

1.423/38 — Alice Muniz de Azevedo — Itaperuna — RJ — Registro de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

1.438/38 — Antenor José da Silva — Itaperuna — RJ — Registro de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

1.891/38 — Francisco Teófilo Rosa — Ponte

Nova — MG — Inscrição de engenho — Foi indeferido — 30-1-41.

2.363/38 — Angela Palha — Mar de Espanha — MG — Transferencia de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

2.499/38 — Francisco Martins de Rezende — Balsas — Maranhão — Transferencia de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

2.552/38 — Galdino Fortunato — Muniz Freire — ES — Inscrição de engenho — Foi indeferido — 30-1-41.

1.168/39 — José Ruela Senra — Rio Branco — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

3.640/39 — Francisco Duarte da Silva Junior — Palhoça — SC — Cancelamento de inscrição — Foi deferido — 31-1-41.

492/40 — Nestor Narciso de Sousa — Sto. Antonio da Alegria — SP — Transferencia de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

2.231/40 — José Luiz da Fonseca Sobrinho — Conceição — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

2.696/40 — Benedito Gregorio Rodrigues de Moura — Redenção — SP — Remoção de fábrica — Foi deferido — 30-1-41.

2.844/40 — Manuel Gomes da Silva — Campos — RJ — Inscrição de fábrica de aguardente — Foi deferido — 30-1-41.

3.281/40 — Joniniano Rodrigues de Morais — Bomfim — GO — Transferencia de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

3.637/40 — Jaques Augusto Morais — Cataguazes — MG — Transferencia de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

3.652/40 — José Alves da Silva — Cataguazes — MG — Transferencia de engenho e remoção de maquinario — Foi deferido — 30-1-41.

3.656/40 — José Vidal Ferreira — Cataguazes — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 30-1-41.

3.757/40 — Benedito Antonio Pacheco — Buenópolis — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

3.761/40 — João Francisco Pedrosa — Miraí — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 30-1-41.

3.913/40 — Patricio dos Santos Lopes — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

3.919/40 — Firmino José Ferreira — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

3.926/40 — Pacifico José da Silva — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

3.931/40 — Fulgencio Francisco de Sousa — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

3.933/40 — Pedro José dos Santos — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

4.020/40 — Claudino Soares Pereira — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-1-41.

120/38 — José de Paula Rodrigues — São João Nepomuceno — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 21-1-41.

2.084/35 — Virgilio dos Santos Nery — Lage — BA — Inscrição de engenho — Foi deferido — 1-2-41.

2.086/35 — Firmino de Jesus Leal — Lage — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

2.222/35 — Odilio de Sousa Andrade — Lage — BA — Inscrição de engenho — Foi deferido — 1-2-41.

3.407/35 — Plácido Eutichio de Jesus — Lage — BA — Inscrição de engenho — Foi deferido — 1-2-41.

1.015/37 — Antonio Lopes Nevoa — Boa Esperança — SP — Inscrição de engenho — Foi indeferido — 1-2-41.

716/38 — Francisco João & Irmão — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 1-2-41.

3.293/38 — Antonio Rodrigues Dias — Rio Branco — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

1.658/39 — Antonio Ribeiro da Costa Junior — Pirapetinga — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 1-2-41.

3.211/39 — Sete Lagoas — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

3.886/39 — José Silverio de Melo — Guarará — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 1-2-41.

4.321/39 — Agostinho Martins de Alvarenga — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

4.329/39 — João Vitorino da Silva — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

3.400/40 — Irmãos Biagi & Palhano — Sertãosinho — SP — Inscrição de fábrica de aguardente — Foi arquivado por já se achar registrado. — 1-2-41.

3.534/40 — Luiz Martins de Oliveira — Rio Casca — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 1-2-41.

3.535/40 — Vicente José de Oliveira — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

3.554/40 — João Antunes de Lima — Itajubá — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 1-2-41.

3.576/40 — Abilio de Sousa Bittencourt — Conceição — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

3.682/40 — Juvencio Nunes de Morais — Laranjal — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 1-2-41.

3.791/40 — Lanza & Cia. — Lage — BA — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 1-2-41.

3.916/40 — Mamede Antonio de Oliveira — — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

3.948/40 — Etelvino Fernandes Castro — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho de aguardente — Foi arquivado por já estar inscrito. — 1-2-41.

3.988/40 — Rotilio Chiles da Rocha — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

3.588/40 — Colatino Gonçalves — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

3.603/40 — Cassiano José Ferreira — Rio

Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

3.918/40 — Soter Carmo — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

3.942/40 — Vitorio Evangelista de Sousa — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

4.019/40 — Bertolino José da Mota — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 1-2-41.

1.666/38 — José de Paula Lanua — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 2-2-41.

4.010/40 — José Valerio — Taubaté — SP — Inscrição de engenho de aguardente — Foi arquivado por já estar inscrito — 2-2-41.

2.250/40 — Mario Perpetuo — Peçanha — MG — Incorporação de quota — Foi deferido — 4-4-41.

2.745/40 — Abilio Moroni — Leopoldina — MG — Fixação de quota — Foi indeferido — 4-2-41.

2.823/40 — Amandio Evangelista do Carmo — Petropolis — RJ — Baixa de registro — Foi arquivado por ter desaparecido o seu objeto — 4-2-41.

3.636/40 — Ana Lamas da Silva (viuva de Vitorino Gonçalves da Silva) — Cataguazes — MG — Transferencia de engenho — Foi deferido — 4-2-41.

3.645/40 — Belisario Pinheiro de Oliveira — Cataguazes — MG — Transferencia de engenho — Foi deferido — 4-2-41.

2.184/40 — Maria Eduarda Mayrink — Ponte Nova — MG — Incorporação de quota — Foi deferido — 5-2-41.

123/38 — Bertolina Filomena Malveira — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 6-2-41.

809/38 — João Monteiro Campos — Itaperuna — RJ — Inscrição de fábrica — Foi deferido — 7-2-41.

1.478/38 — João Morais — Penedo — AL — Transferencia de engenho — Foi deferido — 7-2-41.

2.817/39 — João Teodoro Rodrigues — Pontalina — GO — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-2-41.

1.748/38 — Virgilio M. de Mendonça — S. João Nepomoceno — MG — Transferencia de inscriação — Foi deferido — 7-2-41.

1.422/40 — Sebastião Gomes de Queiroz — Carangola — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 7-2-41.

1.944/40 — José Nery de Sá — Conceição — MG — Modificação de registro — Foi indeferido — 7-2-41.

3.374/40 — Aquiles Barreto — São Benedito — CE — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 7-2-41.

3.584/40 — Vitalino José da Silva — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-2-41.

3.585/40 — Severino Romualdo de Sá — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-2-41.

3.620/40 — Joaquim Antonio Moreira — Passa Tempo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi arquivado por já se achar inscrito — 7-2-41.

3.672/40 — Francisco de Paula Guimarães — Cajurú — SP — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 7-2-41.

3.694/40 — Tiburcio Felicio Marques — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-2-41.

3.714/40 — Gentil Francisco de Oliveira — D. Joaquim — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-2-41.

3.767/40 — Sebastião da Silva Araujo — Viçosa — MG — Transferencia de engenho — Foi deferido — 7-2-41.

3.828/40 — Joaquim José Braga — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-2-41.

3.923/40 — Tito José de Amorim — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-2-41.

3.924/40 — José Batista de Sousa — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-2-41.

4.005/40 — Lincoln Henrique de Mendonça e Jorge Faylum — S. João Nepomuceno — MG — Transferencia de engenho — Foi deferido — 7-2-41.

4.100/40 — Leopoldo Ziech — Montenegro — RS — Inscrição de engenho de aguardente — Foi arquivado por já se achar inscrito — 7-2-41.

4.702/39 — José Gomes de Pinho — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-2-41.

653/36 — Julio Domingues de Sousa — Paramirim — BA — Baixa de engenho — Foi arquivado por ter desaparecido o seu objeto — 19-2-41.

1.836/38 — João José da Costa — Prata — MG — Baixa de engenho — Foi arquivado por ter desaparecido o seu objeto, visto ter o interessado desistido do pedido de cancelamento — 19-2-41.

96/39 — João Batista Pinheiro — Frutal — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 19-2-41.

2.027/39 — Joaquim Correia Lima — Guanhães — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 19-2-41.

2.039/39 — João de Sousa Barreto — S. Antonio de Jesus — BA — Inscrição de engenho — Foi deferido — 19-2-41.

2.530/39 — José Matias Moreira — Siqueira Campos — ES — Inscrição de engenho — Foi deferido — 19-2-41.

3.263/39 — Ulisses Alves de Morais — Morrinhos — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 19-2-41.

3.334/39 — Luiz Gonzaga de Lima — Triunfo — PB — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 19-2-41.

4.703/39 — Pedro Augusto Bides — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 19-2-41.

717/36 — Joaquim Maciano da Silva — Paramirim — BA — Baixa de engenho — Foi arquivado por ter desaparecido o seu objeto — 19-2-41.

435/38 — Alfredo de Sousa Bastos — Sapucaia — RJ — Limite de fabricação — Foi arquivado por ter o interessado desistido do seu pedido — 19-2-41.

926/38 — Joaquim Angelo — Pedra Branca —

MG — Transferencia de engenho — Foi deferido — 19-2-41.

2.865/38 — Agnelo José de Miranda — Brejo — MA — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 19-2-41.

3.549/39 — José Pfleger — Palhoça — SC — Baixa de inscrição — Foi deferido — 19-2-41.

151/40 — Antonio Mauricio de Oliveira — Conceição das Alagoas — MG — Restabelecimento de inscrição — Arquivado por não haver o que deferir, uma vez que o requerente ainda continua devidamente registrado no Instituto — 19-2-41.

1.295/40 — João do Carmo — Pirapora — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 19-2-41.

1.971/41 — David Lopes Abelha — Raul Soares — MG — Informação s/registro de engenho — Deferido — 19-2-41.

2.076/40 — João José da Cruz — Caratinga — MG — Transferencia de inscrição — Deferido — 19-2-41.

2.208/40 — Plinio da Silva Costa — Conceição — MG— Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 19-2-41.

2.221/40 — José Francisco Cardoso — Bom Jesus de Itabapoana — RJ — Instalação de maquinario — Deferido — 19-2-41.

2.371/40 — Francisco Antonio Rodrigues — Piranga — MG — Aumento limite de produção — Deferido — 19-2-41.

2.379/40 — José Ribeiro Ferreira — Alvinópolis — MG — Transferencia de engenho — Deferido — 19-2-41.

2.493/40 — Cordovil Pinto Coelho — Manhuassú — MG — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido — 19-2141.

2.511/40 — Pedro Lopes — Atalaia — AL — Transferencia de fabrica — Deferido — 19-2-41.

2.655/40 — Walter Wolf Saur — Lavras — MG — Montagem de engenho de aguardente — Indeferido — 19-2-41.

2.679/40 — José Benedito Cursino — Jambeiro — S. Paulo — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

2.773/40 — Manuel José Machado — Leopoldina — MG — Fixação de quota — Indeferido — 19-2-41.

2.932/40 — Joaquim Monteiro — Ubá — MG — Transferencia de engenho — Deferido — 19-2-41.

2.934/40 — José Herculano de Sousa — Padua — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 19-2-41.

3.102/40 — José Pereira Gonçalves — Paracatú — MG — Transferencia de engenho — Deferido — 19-2-41.

3.107/40 — José Francisco Gomes — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — 19-2-41. — Deferido.

3.128/40 — João de Matos Melo — Castelo — PI — Transferencia de engenho — Deferido — 19-2-41.

3.539/40 — José Lucas — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

3.583/40 — Benevides Francisco Ribeiro — — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

3.604/40 — Ramiro Simões de Oliveira — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

3.617/40 — José Madureira da Silva — Conceição — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

3.722/40 — Pacífico José da Silva — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

3.792/40 — Virgilio Caetano e outros — Santa Catarina — MG — Transferencia de engenho — Deferido — 19-2-41.

3.820/40 — João Garcez de Araujo — Itaberaí — GO — Transferencia de inscrição — Deferido — 19-2-41.

3.846/40 — Manuel Fernandes de Carvalho — Carmo — RJ — Transferencia de inscrição — Deferido — 19-2-41.

3.862/40 — Rodolfo Geiser — Indaial — SC — Transferencia de inscrição — Deferido — 19-2-41.

3.865/40 — João Santin — Piracicaba — SP — Transferencia de engenho — Deferido — 19-2-41.

3.932/40 — Raimundo Dias Filho — Conceição — MG — Transferencia de inscrição — Deferido — 19-2-41.

3.935/40 — Mariano Rodrigues de Carvalho — Corumbaíba — GO — Transferencia de inscrição — Deferido — 19-2-41.

3.938/40 — Ronan Dias de Freitas — Sta. Rita do Parnaiba — GO — Transferencia de engenho — Deferido — 19-2-41.

4.009/40 — Antonio Zampier — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

4.022/40 — Joaquim Inacio Policiano — Nova Rezende — MG — Transferencia de inscrição — Deferido — 19-2-41.

4.047/40 — Antonio Moreira de Souza — Conceição — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

4.048/40 — Manuel Luiz da Silva — Conceição — MG — Transferencia de inscrição — Deferido — 19-2-41.

4.049/40 — Antonio Soares Pereira — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

4.050/40 — João de Miranda e Sousa — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

4.051/40 — Antonio José Pereira — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi indeefrido — 19-2-41.

4.062/40 — Sebastião Nunes de Faria — Siqueira Campos — ES — Inscrição de engenho — Deferido — 19-2-41.

4.067/40 — José Antonio da Silva — Campina Verde — MG — Transferencia de inscrição — Deferido — 19-2-41.

4.068/40 — José Correia de Faria — Caratinga — MG — Transferencia de engenho — Deferido — 19-2-41.

4.090/40 — Luiz Dai Prá — Montenegro — RS — Inscrição de fábrica de aguardente — Arquivado por já estar inscrito — 19-2-41.

4.091/40 — Amando Müller — Montenegro — RS — Inscrição de engenho de aguardente — Arquivado por já estar inscrito — 19-2-41.

4.120/40 — Manuel Dias Guimarães — Rio

Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

4.121/40 — João José de Sá — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

4.157/40 — Manuel Eduardo de Oliveira — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

4.048/39 — José Rabelo de Carvalho — Campestre — MG — Inscrição de engenho — Deferido — 19-2-41.

4.135/39 — Nagib José Sacre — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Deferido — 19-2-41.

4.700/39 — João Emilio Boechat — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 19-2-41.

4.245/35 — José Evangelista — Pirapora — MG — Inscrição de engenho — Deferido — 19-2-41.

2.655/39 — Antonio Lemos Barbosa — Siqueira Campos — ES — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

3.508/39 — João Luiz de Faria — Formiga — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

3.546/39 — João Adão Correia — Cabo Verde — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

3.582/39 — Pedro Ferreira de Andrade — Divinópolis — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

4.672/39 — Arthur Boechat — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

242/40 — João Batista de Paula — Passa Tempo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado por já estar inscrito — 4-3-41.

357/40 — João Batista Lara — Passa Tempo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado por já estar inscrito — 4-3-41.

1.058/40 — Sebastião Prudencio da Silva — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

1.145/40 — Joaquim Pereira da Silva — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

1.146/40 — Joaquim Ribeiro Alves — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

1.161/40 — Santos Leite — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

1.169/40 — João Gonçalves Silva Máximo — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

1.170/40 — João Pereira Leite — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

1.351/40 — João Augusto Vieira Braga — Conceição — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

1.352/40 — João Rodrigues do Prado — Morrinhos — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

1.355/40 — João Madureira — Conceição — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

1.430/40 — Joaquim José de Santana — Conceição — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

1.943/40 — Joaquim Madureira Machado — Conceição — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

2.101/40 — João Evangelista de Campos — Bom Sucesso — MG — Transferencia de inscrição — Deferido — 4-3-41.

2.179/40 — João Joaquim de Figueiredo — Paramirim — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

3.095/40 — Euclides Antonio de Oliveira — Monte Alegre — MG — Transferencia de inscrição — Deferido — 4-3-41.

3.384/40 — Pedro Correia Lima — Areia — PB — Transferencia de inscrição — Deferido — 4-3-41.

3.401/40 — José Lopes Hidalgo — Biriguí — SP — Transferencia de inscrição — Deferido — 4-3-41.

3.526/40 — Cassiano Dias da Rocha — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido — 4-3-41.

4.155/40 — Osvaldo Alves — Bambuí — MG — Transferencia de inscrição — Deferido — 5-3-41.

1.530/40 — Luiz Gomes da Fonseca — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho — Deferido — 7-3-41.

5.938/35 — Nazareno Teles de Amorim — Santa Luizia — GO — Cancelamento de inscrição — Deferido — 11-3-41.

637/36 — Francisco Joaquim de Oliveira — Paramirim — BA — Cancelamento de inscrição — Arquivado por não ter óbjeto, uma vez que o engenho em questão nunca esteve inscrito neste Instituto — 11-3-41.

728/37 — Ataliba Martins Mudim — Monte Carmelo — MG — Cancelamento de inscrição — Deferido — 11-3-41.

1.026/37 — Pascoal Meschiatti & Irmãos — Piracicaba — S. Paulo — Substituição de maquinario — Arquivado por estar prejudicado o pedido dos interessados desde que foi feita a incorporação de quota de seu engenho à Usina Costa Pinto — 11-3-41.

1.010/38 — João França Abreu — Sete Lagoas — MG — Cancelamento de inscrição — Arquivado por desistencia do interessado, uma vez que se declarou o propósito de vender o seu engenho — 11-3-41.

1.358/38 — Olivio Gomes de Oliveira — Carangola — MG — Transferencia de inscrição — Arquivado por não haver o interessado atendido a intimação que lhe foi feita para instruir o processo — 11-3-41.

O professor Priestly, da Universidade de Sidney, condenava o hábito dos jogadores de "foot-ball" de chupar limões durante os intervalos do jogo. O de que o jogador cansado precisa é de alguma cousa que lhe reponha as energias perdas sem perturbar o sistema nervoso e para esse fim indicava o uso do café com muito açucar. — Dr. Adrião Caminha Filho.

DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A SAFRA AUSTRALIANA DE 1939

No seu número de janeiro, o "Australian Sugar Journal" resume os dados de um boletim estatístico oficial sobre a safra açucareira de Queensland em 1939. Essas Estatísticas, informa o boletim, foram compiladas dos elementos recebidos de 33 usinas, juntamente com os dos plantadores e elementos de outras fontes.

PLANTADORES, AREAS, RENDIMENTOS, EM VARIOS PERÍODOS

PERÍODO	Fazendas que cultivam cana	Area cultivada para açucar (a)	Area em que se fez colheita para moagem	Cana moida	Açucar fabricado
		Acres	Acres	Tons	Tons.
1911/15 (b)............	N	146.799	95.837	1.537.880	179.107
1916/20 (b)............	N	162.921	94.042	1.711.354	200.840
1921/25 (b)............	N	225.962	151.933	2.668.161	346.776
1926/30 (b)............	7.255	282.513	209.132	3.465.545	486.187
1931/35 (b)............	7.395	306.298	222.689	4.147.921	591.021
Ano 1935..............	7.538	314.700	228.515	4.220.435	610.080
" 1936..............	7.784	338.686	245.918	5.170.571	744.676
" 1937..............	7.875	348.840	245.131	5.132.886	763.242
" 1938..............	7.855	347.199	251.847	5.342.193	778.064
" 1939..............	7.820	353.936	262.181	6.038.281	891.738

(a) — Excluida a area plantada para forragem.
(b) — Medias anuais.
N — Não há dados.

A produção de açucar em 1939 foi de..... 891.738 toneladas contra 778.064 em 1938, ou seja um aumento de 113.674 toneladas; 1939 foi o primeiro ano em que a produção australiana excedeu a casa das 800.000 toneladas. De 1936 a 1938, a produção anual variou de 700 a 800 mil toneladas; de 1933 a 1935, oscilou entre 600 e 700 mil; em 1928, pela primeira vez, ultrapassou-se a casa das 500 mil toneladas; em 1924 foi o primeiro ano em que a produção do país foi alem de 400 mil toneladas.

Para alcançar a produção obtida em 1939 foram moidas 6.038.821 toneladas de cana, ou seja um aumento de 696.628 toneladas em relação à tonelagem de cana moida em 1938 e de 905.935 toneladas em relação a 1937. A area de cana cortada para moagem em 1939 foi de 262.181 acres; as areas de cana em 1938 e 1937 foram inferiores, respectivamente, em 10.334 e. 17.050 acres. A area canavieira total de 1939 foi de 353.936 acres, cifra que representa um aumento de 6.737 acres sobre a area total de 1938. No referido ano,

os fazendeiros comunicaram que a area plantada para forragem (somente nos distritos canavieiros) foi de 3.755 acres. Esta cifra não está incluida na que demos acima para a area sob cultivo, que é formada das seguintes parcelas: 262.181 acres colhidos para moagem, 10.880 acres destinados à colheita de sementes e 80.875 acres de canas deixadas em pé e de canas que não estavam em condições de ser colhidas. Segundo os dados fornecidos pelas usinas cerca de 19.000 acres desta última area foi de cana deixada em pé, quase toda localizada nos distritos de Bundaberg, Maryborough e Moreton.

A produção de cana na area destinada à colheita de sementes foi de 192.000 toneladas, segundo as cifras fornecidas pelos plantadores, e a produção da area colhida para forragem foi de cerca de 41.000 toneladas. Adicionadas essas quantidades à tonelagem de cana moida, obtem-se uma produção total de cana utilizada de cerca de 6.272.000 toneladas, à qual é preciso acrescentar ainda..... 380.000 toneladas de canas maduras não cortadas. A safra total de cana de Queensland em 1939 foi, portanto, de 6.650.000 toneladas aproximadamente.

Na area colhida para moagem em 1939, mostram os dados compilados pelo Bureau das Estações Experimentais que 103.000 acres foram de cana planta, 138.000 acres de soca e 21.000 acres de cana que não havia sido colhida em 1938.

Foram registradas 7.820 fazendas que cultivaram cana em 1939, praticamente o mesmo número de 1938. O número de fornecedores individuais de cana é, todavia, maior porque se verifica o fato de dois ou mais fornecedores cultivarem as suas canas numa area, considerada para fins estatísticos como uma fazenda.

A expansão da industria nos últimos 30 anos tem sido consideravel. O rendimento de açucar aumentou em muito maior proporção do que as areas e a produção de cana. Isso se deve aos melhoramentos técnicos tanto na parte industrial como na agrícola. Foram introduzidas melhores variedades de cana e tambem passou-se a fazer mais largo uso dos adubos, praticando-se tambem a irrigação. Em relação às medias anuais no período de 1911-15, os aumentos em 1939 foram: açucar fabricado, 398 por cento; cana moida, 293 por cento; area colhida para moagem, 174 por cento; area cultivada, 141 por cento.

RENDIMENTOS MEDIOS DE CANA E AÇUCAR EM VARIOS PERÍODOS

PERÍODO	CANA POR FAZENDA			Cana cortada para moagem por acre	Rendimento de açucar por acre cortado para moagem	Cana necessaria para fabricar uma ton. de açucar
	Cultivada	Cortada para moagem	Moida			
	Acres	Acres	Tons.	Tons.	Tons.	Tons.
Media 1911/15..........	N	N	N	16,05	1,87	8,57
" 1916/20..........	N	N	N	18,20	2,14	8,52
" 1921/25..........	N	N	N	17,56	2,28	7,69
" 1926/30..........	38,9	28,8	478	16,57	2.32	7,13
" 1931/35..........	41,4	30,1	561	18,63	2,65	7.02
Ano 1935.............	41,7	30.3	560	18,47	2,67	6,92
" 1936.............	43,5	31,6	664	21,03	3,03	6,94
" 1937.............	44,3	31,1	652	20,94	3,11	6,73
" 1938.............	44,2	32,1	680	21,21	3,09	6,87
" 1939.............	45,3	33,7	772	23,03	3,40	6,77

N — Não há dados.

AS SAFRAS AÇUCAREIRAS NORTE-AMERICANAS

No seu número de janeiro, "Facts about Sugar" publicou a seguinte correspondencia de Washington:

"Como se esperava, desde que se tornou evidente que a safra de açucar de beterraba de 1940, atingiria proporções jamais registradas — depois das duas excelentes safras que a precederam — o Departamento de Agricultura resolveu reduzir a area destinada este ano ao cultivo da beterraba. A Divisão do Açucar já anunciou que a area beterrabeira sobre a qual serão pagos auxilios condicionais será de 820.000 acres, ou seja uma redução de 17 por cento aproximadamente em relação aos 990.000 acres plantados em 1938, 1939 e 1940. Foi essa a primeira vez, desde que se instituiu o regime de quotas, que o governo achou necessario limitar a area beterrabeira.

A declaração da Divisão do Açucar, depois de anunciar a cifra em que se fixara a area beterrabeira, diz o seguinte: "Estima-se que um total de 805.000 acres produzirá uma quantidade de açucar suficiente para atender às necessidades do país, mas em vista da redução que sempre se verifica na distribuição da area total entre os plantadores, achou-se conveniente estabelecer a cifra de 820.000 acres". O total da redução foi demonstrado com os dados das duas safras anteriores, os quais mostram que em 1940 dos 979.000 acres plantados foram colhidos apenas...... 921.000.

Diz mais a declaração: "A redução de 1941, a primeira a ser feita na area beterrabeira desde que se iniciaram os programas açucareiros em 1934, resulta dos proprios termos da lei açucareira de 1937. As altas produções na area beterrabeira continental nos três últimos anos fizeram que se acumulassem vultosos estoques. Ora, a lei açucareira exige que se mantenha equilibrio entre a produção de uma area, a sua quota de venda e o "carryover", isto é, a quantidade de açucar a ser transportado para a safra seguinte. O total da area fixado para 1941 não afetará a quantidade de açucar de beterraba que os produtores poderão lançar no mercado. Conforme se estabelece na lei de 1937, a quota de venda inicial para 1941 é de...... 1.549.898 toneladas, valor bruto, isto é, a mesma quantidade que foi fixada para 1940. As partes da quota açucareira dos Estados Unidos concedidas a cada uma das areas é determinada por uma fórmula de percentagem na lei. E como esta exige uma quota mínima não se pode fixar para todas as areas do país uma quantidade inferior a 3.715.000 toneladas, obrigando tambem a que se estabeleça uma quota mínima para o açucar de beterraba. Por isso a quota de venda de 1940 da area beterrabeira foi mantida em....... 1.549.898 toneladas, quantidade que será conservada este ano". A maneira por que será distribuida a area geral fixada para 1941 entre os diversos plantadores será assentada depois de devidamente considerados os debates que a propósito se realizaram em varios pontos da zona beterrabeira.

Com o evidente intuito de responder antecipadamente aos críticos, a Divisão do Açucar aponta os beneficios decorrentes do sistema de quotas e alude tambem ao fato de que outras areas produtoras já haviam redu-

---

As areas medias cultivadas e colhidas para moagem por fazenda foram, respectivamente, 45,3 e 33,7 acres, ambas superiores em 1 acre às medias de 1938. A tonelagem de cana moida por fazenda foi de 772 contra 680.

A tonelagem de cana moida por acre elevou-se a 23,03 contra 21,21. A qualidade da cana foi boa e por isso a tonelagem de açucar, por acre, foi de 3,40 contra 3,09 em 1938 e 3,11 em 1937. A media de 1939 foi um "record". Foram necessarias 6,77 toneladas de cana para fabricar uma tonelada de açucar contra 6,87 toneladas em 1938 e 6,73 toneladas em 1937, cifra esta que foi a mais baixa. Durante seis anos sucessivos o fabrico de uma tonelada de açucar exigiu menos de 7 toneladas de cana. O rendimento de açucar por acre aumentou de 1,87 — media do período 1911-15 — para mais de 3 toneladas nos últimos quatro anos e a media de toneladas de cana por tonelada de açucar caíu de 8,57 para menos de 7. Na base da media obtida em 1911-15 para o rendimento de açucar por acre de cana moida, a area de 1939 teria rendido apenas 491.000 toneladas em vez das 891.000 toneladas efetivamente fabricadas.

zido as suas plantações. E diz: "O sistema de quotas e o financiamento garantiram aos lavradores, desde 1934, preços altamente compensadores para as suas beterrabas. E a eficacia do sistema, na defesa dos preços internos do açucar, vê-se bem no fator de que, enquanto o açucar de cana refinado é oferecido para exportação ao preço de 1,60 cents a libra, no mercado interno o preço de grosso se eleva a 4,35 cents. Outras areas produtoras norte-americanas já haviam, de acordo com outros programas governamentais, reduzido as suas plantações. A Luisiana e a Flórida, depois de terem produzido em 1938, as suas maiores safras, reduziram suas plantações de 25 por cento. Da mesma maneira em Porto Rico, onde depois de iniciado o primeiro programa açucareiro, a produção foi reduzida de 30 por cento, tendo-se feito desde então, quase todos os anos, novos ajustamentos. Uma redução de 10 por cento tambem se verificou na produção açucareira de Havaí".

PRODUÇÃO DE AÇUCAR

As primeiras estimativas da safra de 1940, indicando que o volume de açucar seria o maior de quantos já se produziram no país, foram confirmadas pelas cifras preliminares compiladas pelo Departamento de Agricultura. O "Crop Reporting Bureau" dá a cifra de 1.729.000 toneladas curtas, equivalentes a 1.803.000 toneladas, valor bruto. Em 1938 e 1939, a produção de açucar de beterraba foi, respectivamente, de 1.803.000 e 1.758.000 toneladas, valor bruto. A produção de beterrabas, no ano passado, é estimada em ..... 11.969.000 toneladas, que ultrapassa a safra "record" de 1938 em 354.000 toneladas. O rendimento medio por acre foi de 13 toneladas, contra 11,3 toneladas em 1939 e 11,3 toneladas em media para o decenio 1929-38. Entre o plantio e a colheita perderam-se 58.000 acres, ou 5,9 por cento da area total; em 1939, não foram colhidos 7,4 por cento da area de plantio; e no decenio 1929-38, a media de plantações abandonadas foi de 8,1 por cento.

O "Crop Reporting Bureau" comenta: "Em alguns aspectos, a safra de açucar de beterraba de 1940 é uma das mais notaveis que se produziram nos Estados Unidos. Altos rendimentos foram obtidos em Estados, onde, em agosto, havia apenas perspectivas de rendimentos medios; as chuvas pesadas que cairam no fim do verão, o sol e uma longa estação de crescimento foram fatores que ajudaram a transformar uma safra que parecia de proporções medianas em uma nova safra "record". Por outro lado, enquanto melhorava a tonelagem de beterraba, o teor de açucar não acompanhava o mesmo rítmo e no fim da safra o conteudo de açucar foi quase um desapontamento, especialmente com as beterrabas primeiramente colhidas. Os altos rendimentos obtidos em muitos dos grandes Estados cultivadores a oeste do Mississipi aproximaram-se muito dos excelentes rendimentos da estação de 1938. A media dos rendimentos na safra de 1940 foi de 13 toneladas, cifra que assinala um novo "record" de rendimento. Na California, o rendimento medio foi de 16,1 toneladas, isso porque o tempo favoravel no fim da estação permitiu que as beterrabas colhidas por último aumentassem de tamanho. Em Colorado, o rendimento elevou-se a 14,5 toneladas, quase 4 toneladas a mais que o de 1939; as pesadas precipitações de setembro e uma longa estação de crescimento ajudaram bastante a safra desse Estado, bem como a preparação do solo permitiu que as beterrabas amadurecessem cedo. Os rendimentos foram altos em Montana, Idaho e nas Dakotas, bem assim na região dos Grandes Lagos, onde foram melhores do que em 1939. O rendimento de açucar por acre colhido é indicado em 1,88 toneladas, contra 1,79 em 1939 e 1,81 em 1938, mas a recuperação de açucar foi mais baixa do que nesses dois anos". A melhoria no rendimento de açucar ressalta mais claramente quando se compara o de 1940 com o rendimento medio dos anos 1935-37, que foi de 1,64 toneladas. A produção de polpa de beterraba é indicada em 186.000 toneladas de melaços, contra 175.000 em 1939; 105.000 toneladas de polpa seca contra 98.000; e...... 2.019.000 toneladas de polpa úmida contra 1.711.000.

AÇUCAR DE CANA

A produção de cana nos Estados Unidos para açucar e semente, em 1940 — informa "The Weekly Statistical Sugar Trade Journal" — foi de 4.268.000 toneladas, ou seja quase um terço menos que a produção de 1939 — 6.244.000 toneladas; a produção do ano passado tambem é ligeiramente inferior à media do decenio 1929-38, que foi de...... 4.439.000 toneladas. Do total, 3.881.000 tone-

ladas foram utilizadas para o fabrico de açucar contra 5.783.000 em 1939 e 4.096.000 no decenio 1929-38.

Foram produzidas em 1940 336.000 toneladas de açucar, valor bruto, contra 504.000 em 1939 e 326.000 na media do decenio já referido.

LUISIANA

A safra açucareira da Luisiana, no ano passado, foi a menor que se produziu desde o ano de 1933, quando as fábricas desse Estado manufaturaram 209.000 toneladas. A produção final de 1940 foi de 235.000 toneladas curtas, muito inferior às estimativas feitas no começo do ano. Essa cifra representa apenas 54 por cento da produção de 1939 — 434.000 toneladas, e 82 por cento da media dos dez anos 1929-38 — 285.000 toneladas. A cana moida para o fabrico de açucar totalizou 2.925.000 toneladas curtas, sendo reservadas para semente da safra deste ano 360.000 toneladas. Na estação anterior, foram moidas 5.069.000 toneladas e reservadas para semente 430.000 toneladas.

A produção de melaços, inclusive melaços finais, elevou-se a 21.999.000 galões, ou seja uma redução de cerca de um terço em relação aos 32.400.000 galões produzidos em 1939, e cerca de 5 por cento inferior à media decenal 1929-38 — 23.262.000 galões. Estima-se em 19.293.000 galões a produção de melaços finais e em 2.706.000 galões a de melaços comestiveis. A safra de 1940 foi trabalhada em 65 fábricas.

A safra de 1940 foi cultivada em condições as mais desfavoraveis; o tempo variou extremamente. Tornou-se evidente, logo depois da época fria de janeiro, quando a temperatura nos distritos açucareiros cai abaixo de zero, que a safra de cana seria bastante reduzida. Períodos de frio e calor, seca e inundações, alternaram-se no curso da fase de crescimento. Em agosto, uma tempestade tropical de grande intensidade varreu os condados costeiros dos distritos produtores, causando serios danos às plantações. A colheita começou nos fins de outubro e não houve falta de braços para esse trabalho. Como era de esperar, em face da pequena produção de materia prima, a estação de moagem foi muito curta e algumas usinas foram forçadas a interromper as suas operações, até que houvesse cana em quantidade suficiente para assegurar a continuidade do trabalho. A colheita se fez em condições de tempo favoraveis, exceto nos meiados de novembro, quando foi preciso interrompê-la por causa de chuvas torrenciais, que foram seguidas por uma onda de frio, que fez a temperatura baixar a 25°; as canas congeladas não foram colhidas.

A area em que se colheu cana para açucar foi de 225.000 acres e o rendimento medio de cana foi de 13 toneladas por acre, 40 por cento menos que o obtido em 1939 — 21,5 toneladas; o rendimento medio de açucar foi de 161 libras, valor bruto, por tonelada de cana, que se compara com o rendimento da safra de 1939 — 171 libras.

FLÓRIDA

A safra 1940-41 na Flórida rendeu 956.000 toneladas curtas de cana para açucar e..... 27.000 toneladas para semente; a area colhida para açucar foi de 29.700 acres e o rendimento medio por acre foi de 32,1 toneladas.

Elevou-se a 101.000 toneladas curtas, valor bruto, a produção de açucar, cifra que estabelece um novo **record** para o Estado. A produção na safra anterior foi de 70.000 toneladas, recuperadas de 714.000 toneladas de cana, colhidas estas em uma area de 20.100 acres, o que dá um rendimento medio de 35,5 toneladas.

A produção de melaços finais foi de..... 5.315.000 galões, um aumento de 26 por cento sobre a de 1939 — 4.207.000 galões. As condições de tempo foram geralmente favoraveis, durante a fase de crescimento das plantas e durante a moagem tambem.

(Adaptado de "Facts about Sugar").

A SITUAÇÃO AÇUCAREIRA NO NORTE DA EUROPA

O "Frankfurter Zeitung", da cidade do mesmo nome na Alemanha, publica a seguinte correspondencia :

"Noticias recentes de Helsinki dizem ter o plano açucareiro proposto pela Noruega para os quatro países do norte europeu despertado grande interesse na Finlandia. Já era coisa conhecida a tentativa norueguesa para a organização de um grande comercio de açucar com a Dinamarca e a Suecia, que exportariam para a Noruega. Se a Finlandia supre suas necessidades internas com a importação, uma vez que a produção doméstica cobre parcela relativamente pequena do consumo local, está evidente seu interesse em receber açucar dos países exportadores aludidos. Até aí cifra-se o comunicado que recebemos. Mas que perspectivas reais oferece o tal plano, a ser executado com proveito ?

O ABASTECIMENTO NA SUECIA E NA DINAMARCA

Segundo o problema do abastecimento, dividem-se os países norte-europeus em dois grupos: a Noruega e a Finlandia dependem, ora mais ora menos, da importação de açucar, contrastando com a Dinamarca e a Suecia que, mantendo uma industria açucareira em excelentes condições, cobrem facilmente suas necessidades consuntivas internas. Apenas o último daqueles países importou espontaneamente, até 1932-33, grandes partidas de açucar. De lá para cá, oscilaram essas importações entre 5 e 11 mil toneladas anuais. Pode-se asseverar que não houve a rigor qualquer exportação de açucar da Suecia até então e que a industria local tem se preocupado em atingir as quantidades necessarias para o suprimento do país. Quer dizer, a exportação representaria para a economia açucareira sueca qualquer coisa de novo. A produção durante 1939-40 foi de 311.000 toneladas, contra 292.571, no ano anterior, o que evidencia que o açucar foi produzido no mesmo nivel dos últimos anos. Nos principios de 1940 o cultivo beterrabeiro alcançou 55.000 hectares, menor, portanto, que o do ano anterior: 57.750 hectares. As beterrabas sofreram no inicio do plantio os efeitos de uma estação seca, se bem que depois sobreviesse tempo propicio ao seu desenvolvimento, tudo indicando, mesmo assim, que se deva contar com uma colheita media. A produção açucareira, em 1940-41, não deverá, consequentemente, exceder as 300.000 toneladas, o que, aliás, para um consumo normal, será suficiente. Pensar agora em exportar açucar não parece razoavel, não obstante o consumo estar necessariamente diminuido, em virtude de medidas de racionamento de certa maneira algo severas. O "record" de produção se registou em 1937-38, quando foi atingida a cifra de 345.194 toneladas, fato não verificado desde a passagem do século; esses algarismos não ultrapassaram de muito, entretanto, os do consumo, que, no mesmo ano, totalizava 303.884 toneladas.

Damos a seguir um quadro comparativo da economia açucareira nos países referidos :

1 9 3 8 / 3 9	EM TONELADAS METRICAS			
	Suecia	Dinamarca	Noruega	Finlandia
Produção.	293	191	——	15
Importação.	11	2	118	122
Existencia até 1-9-1939.	171	60	7	15
Totais.	475	253	125	152
Estoques finais a 31-8-1939.	134	30	14	22
Entregas.	341	223	111	130
Exportação.	——	1	——	——
Consumo.	341	222	111	130

Na Dinamarca, as superficies plantadas com beterraba oscilaram no ano passado na casa dos 40.000 hectares e a produção açucareira variou sensivelmente, em função das condições atmosféricas nem sempre favoraveis, como a tabela seguinte esclarecerá :

ANOS	Superficie de cultivo — hectares	Produção de açucar — tons. méts.	Superficie de cultivo — hectares	Produção de açucar — tons. méts.
1933/34.	43.500	254.000	39.250	226.200
1934/35.	42.800	90.340	40.400	250.860
1935/36.	43.500	224.800	38.900	190.957

Tambem a industria açucareira dinamarquesa trabalha fundamentalmente para a cobertura do consumo local, visto que os baixos preços dominantes no mercado livre mundial não lhe oferecem qualquer possibilidade de concorrencia com os grandes produtores de açucar bruto. Somente em épocas de colheitas excepcionais, é que se exporta açucar alí, afim de aliviar o mercado interno dos perigos de excessos. De modo que as cifras de exportação, durante 1933-34, 1936-37 e 1937-38, somaram, respectivamente, 13.601, 24.275 e 40.709 toneladas de açucar. A exportação nos anos restantes careceu de importancia. A produção alcançou, em 1939-40, 252.000 toneladas, cifra que determinou ainda a saida de grandes partidas de açucar do país e, se bem que não existam dados concretos sobre o movimento açucareiro, sabe-se que 5.000 toneladas destinaram-se à Noruega. Esta produção só foi ultrapassada pela do ano anterior — 254.000 toneladas. Na prima-

vera de 1940, já estavam plantados com beterraba cerca de 43.000 hectares contra..... 38.900 no ano precedente. A situação da beterraba no corrente ano pode ser taxada de boa, esperando-se uma colheita satisfatoria e que não ficará muito abaixo da do ano passado. A Dinamarca poderá, assim, dispor de certas quantidades de açucar para exportar, a não ser que, por qualquer motivo, o excesso de beterrabas não dê para as necessidades ordinarias de alimentação e forragem.

FINLANDIA E NORUEGA

Não poderá a exportação dinamarquesa tão cedo cobrir as necessidades da Finlandia e da Noruega. Dispunha o primeiro país até há pouco de duas fábricas, uma das quais, a de Antrea, está hoje com os soviéticos. De certo tempo para cá, iniciara-se a construção de uma terceira fábrica, estando os trabalhos atualmente em rítmo acelerado. Foi constituida tambem a "Hämeen Raakasokerithedas O/Y", uma sociedade anônima, que levantará uma usina na Finlandia central, perto de Riihimäki. A produção de açucar da Finlandia registou em 1936-37, 1937-38 e 1938-39, respectivamente, os seguintes números: 10.997, 11.026 e 15.264 toneladas. Durante 1939-40, esperava-se que fossem produzidas cerca de 15.000 toneladas. As areas plantadas com beterraba da fábrica Salo, alcançaram, na primavera de 1940, cerca de 3 mil hectares, a produção devendo oscilar, mantida a atual situação da beterraba, entre 7 e 8 mil toneladas de açucar. O país terá de mandar vir de fora grandes partidas de açucar, pelo menos durante 1940-41. As importações de açucar, durante os anos de 1936-37, 1937-38 e 1938-39, acusaram, respectivamente, 84.456, 110.380 e 121.878 toneladas. Para 1939-40, não foram publicados ainda quaisquer dados estatísticos. Entre os exportadores, figura a Grã-Bretanha no primeiro lugar, seguindo-se o Protetorado da Boemia-Moravia e a antiga Polonia. O deflagrar da guerra atual determinou a cessação de tais fornecimentos, sem se falar no conflito com a Russia, fatores que levarão as cifras de importação, este ano, a nivel muito baixo. Como nos demais países da Europa, foi introduzido alí o racionamento. Com o desenrolar da atual conflagração, terá a Finlandia, em assuntos de açucar, de depender dos países da Europa central.

O que ficou dito em relação à Finlandia, deverá ser ampliado quando se chega à Noruega, que pertence à classe daqueles poucos países que não dispõem de qualquer industria açucareira. Depende exclusivamente da importação, como o quadro seguinte mostra, com os respectivos fornecedores :

PAISES	1936/37	1937/38	1938/39
Bélgica	2.533	1.525	2.257
Holanda	5.671	3.986	3.564
Inglaterra	45.037	44.331	54.142
Antiga Tchecoslovaquia	38.002	25.016	10.318
Cuba	——	4.337	17.013
Java	666	4.613	11.963
Importação total	94.643	86.677	106.509

Entre os fornecedores de açucar, até estalar a guerra de 39, figuravam tambem a Inglaterra e a antiga Tchecoslovaquia. Desde 1.º de setembro daquele ano, viu-se a Noruega na situação de restringir sua importação, pois a Grã-Bretanha suspendeu toda a

CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

ESPANHA

Assistentes da Faculdade de Ciencias fizeram diversos estudos em terras da provincia de Granada, dedicadas à cultura da beterraba, (no número anterior já tratamos do assunto), concluindo que poderá ser intensificada a produção beterrabeira, sem necessidade de estendê-la a outras terras, nem mesmo às dessa provincia ocupadas com outras culturas. A intensificação das culturas, segundo esses estudos, poderá ser feita com a utilização de certos fertilizantes, que ainda não são usados na Espanha, entre os quais os residuos das fábricas açucareiras. Esses fertilizantes poderão ser obtidos tambem das jazidas de potassa de Cardona e de frutas semelhantes à beterraba.

Todas essas medidas permitirão o aumento da industria nacional. A Usina de Nossa Senhora da Carmen começou já uma campanha divulgadora dos referidos estudos, que se consideram muito interessantes para a produção açucareira.

IRLANDA

Espera-se que a produção de açucar de beterraba na Irlanda, na safra de 1940/1941, atingirá o alto "record" de 101.000 toneladas, valor bruto, segundo informações recebidas de Dublin pela firma norte-americana Lamborn & Cia. A produção da safra anterior foi de 64.000 toneladas e a mais elevada até agora correspondeu a 1936/37, com 96.000 toneladas.

O consumo em 1939/1940 foi de 124.000 toneladas e a importação 85.000. Dessa cifra corresponderam a São Domingos 47.500 toneladas, a Cuba 24.000 e ao Perú 7.500.

Acredita-se que a importação no presente ano será reduzida consideravelmente, tendo-se em vista a quantidade da produção atual e a existencia de 36.000 toneladas no começo da safra.

IRAN

Segundo noticiou o "Journal de Téhéran", a cana de açucar existiu, há longo tempo, em Khouzestan, mas depois do advento do islamismo desapareceu, e ninguem se ocupou mais dessa plantação.

Em seguida à fundação das refinarias de açucar, o governo imperial pensou em poder aproveitar as terras de Khouzestan para a cultura de cana. Foram importadas estacas da India e do Egito, que deram bons resultados, sendo então iniciadas plantações em Ahou Dacht.

Ainda este ano foram enviados àqueles paises diversos funcionarios, para transpor-

---

exportação de refinados. Entraram no mercado, então, Java, Cuba e os Estados Unidos, mas desde a ocupação do país pelas tropas alemães, o açucar que vai para alí procede do Protetorado, o que é o mesmo que dizer que ele vem da Alemanha.

Do exposto, verifica-se que, pelo menos durante espaço de tempo apreciavel, terão a Finlandia e a Noruega de depender, em grande escala, do açucar de fora. Quanto às possibilidades da Suecia e da Dinamarca, no sentido de suprirem a contento as necessidades dos consumos finlandês e norueguês, parecem-nos bem precarias; outro ponto bem duvidoso é o relativo às perspectivas de ampliação das superficies beterrabeiras e um maior volume de produção açucareira em proporção a atender ao abastecimento dos aludidos países importadores. Há que contar igualmente com a questão dos preços: no momento em que a paz desça de novo sobre a terra, começarão a chover as propostas de ultramar, com as quais tanto a Suecia como a Dinamarca de nenhuma maneira poderão concorrer. Registe-se, ademais, a importancia que no assunto terá a nova disposição do espaço econômico europeu. A conclusão a tirar de tudo isso é que o plano de auto-suficiencia dos países escandinavos parece, encarado através dos fatos que expuzemos, de execução dificil, pelo menos tecnicamente, se bem que talvez em linhas gerais apresente exequibilidade; economicamente falando, a resposta a essa questão, num momento em que os fatos apenas estão decorrendo, pode ser taxada, pelo menos, de prematura".

tar novas estacas de diferentes especies. As que apresentarem melhores resultados serão plantadas em grande escala e, quando for julgada suficiente a quantidade da produção, será essa entregue às fábricas de açucar.

JAPÃO

A produção de açucar no Japão, incluindo a ilha Formosa, na safra de 1940/1941, está calculada em 1.176.000 toneladas longas (1.194.816 métricas), valor bruto, contra uma produção de 1.319.000 toneladas longas (1.340.014 métricas) da safra anterior, ou seja uma redução equivalente a 10,8%, segundo informações recebidas de Toquio pela firma Lamborn & Cia. De acordo com esse cálculo, a próxima produção será a mais reduzida desde 1935/1936, quando alcançou 1.090.000 toneladas longas (1.107.440 métricas).

Da produção estimada para 1940/1941, se espera que 35.000 toneladas corresponderão ao açucar de beterraba, enquanto que na safra anterior essa cifra foi de 28.000 toneladas.

O consumo do açucar no Japão, em 1938/1939, foi de 1.342.000 toneladas longas....... (1.363.472 métricas), mas para o próximo período se espera uma consideravel redução, devido ao programa de racionamento que se está implantando em diversas partes do imperio.

JAVA

No curso do mês de janeiro deste ano, segundo informa a firma B. W. Dyer & Co., de Nova York, Java exportou 74.118 toneladas de açucar. As últimas noticias dizem que os estoques em 1 de fevereiro se elevavam a 902.000 toneladas.

Os mercados açucareiros do Oriente Medio e do Extremo Oriente estão prontos a receber o produto de Java, mas a falta de navios e os altos fretes estão entravando os negocios. Informa-se que nos negocios realizados com a Grecia, o custo do transporte foi duas vezes mais alto que o preço do açucar FOB em Java.

Embora as taxas dos seguros contra riscos de guerra tenham diminuido para os portos do Mar Vermelho, Egito e Palestina, espera-se que a crescente falta de navios continuará a reduzir as exportações.

CUBA

Numa circular de 8 de março último, a firma Luiz Mendoza & Cia. escreve a propósito do problema da produção de melaços invertidos:

"Fala-se com insistencia na organização de planos destinados a regular a produção e venda de melaços invertidos. Sem pretendermos entrar a fundo na questão, acreditamos que o momento atual não é propicio para esquemas dos que se pretende fazer. Algumas centrais já estão fabricando melaços invertidos e dessa produção mais de 100 milhões de galões já foram vendidos a um preço que não excedeu de 63 cents por libra de açucar contida, no porto, que é equivalente a quase 6 cents por galão, ou um rendimento aproximado de $2.40 moeda cubana, no porto, por 100 arrobas de cana.

A pretendida regulamentação poderia justificar-se se os melaços fossem fabricados somente em Cuba e se o alcool somente pudesse ser derivado do melaço. Mesmo assim, a regulamentação poderia ser dispensada, porque, nesse caso, os produtores cubanos estariam apercebidos desses fatos e naturalmente exigiriam preços mais altos que os vigentes atualmente.

Mas não é isso o que acontece. Os melaços invertidos podem ser fabricados em Jamaica, São Domingos, Haiti, Perú e em todos os outros países produtores de açucar do continente. E esses países são de fato nossos competidores, pois que não encontram mercado para os seus açúcares e por isso procuram vendê-los a qualquer preço ou convertê-los em melaço. Por um lado, essa competição é demasiado severa para nós; e por outro, o preço das materias primas dependem, afinal, dos preços dos produtos manufaturados. Os melaços invertidos são usados na distilação do alcool e o preço do alcool não vai alem de 22,50 cents por galão. Ora, a quantidade de melaços invertidos necessaria para a fabricação de um galão de alcool custa ao distilador 15 cents; a distilação e desnaturação custa-lhe 7 cents. Por consequencia, seria ilógico esperar melhores preços para os melaços, enquanto o mercado não absorver toda a atual produção de alcool sintético. E qualquer alta violenta que se verificar terá o efeito desastroso de estimular a instalação de novas fábricas de alcool sintético, sendo a capacidade atual de produção de 50 milhões de galões e havendo ainda duas fábricas em cons-

trução, as quais irão produzir mais 35 milhões.

Desde que a materia prima para a fabricação de alcool sintético é constituida de subprodutos do petroleo, que eram antes abandonados, e sendo os custos mais baixos que os da distilação de alcool de melaço, o estímulo indireto à produção de alcool sintético pelo interesse de obter lucros temporarios poderia custar a Cuba a perda do mercado norte-americano, onde coloca os seus melaços finais.

A produção e a venda de melaços invertidos não deve ser regulada sem que se tome em consideração todos os fatores capazes de influir no negocio. E' assunto para demorado e minucioso estudo. E não nos parece oportuno que se deva empreendê-lo agora."

Em 29 de março último, a mesma firma informava :

"Segundo se dizia insistentemente em Nova York e Havana, a Inglaterra volta a interessar-se pelo açucar bruto cubano. E embora nada haja de positivo, falou-se tambem que a Inglaterra procurou informar-se sobre a possibilidade de embarque imediato de três ou quatro carregamentos. Dizia-se ainda que a Inglaterra está interessada em um total de cerca de 200.000 toneladas para embarque em futuro próximo, mas o governo de Londres estipulou que o pagamento seria precisamente em esterlinos registrados ou bloqueiados, na base de 4,03 dólares a libra. Há, atualmente, duas especies de esterlinos em circulação: livre e registrado ou bloqueiado. O esterlino registrado é usado nos pagamentos à Inglaterra pelos países do chamado "bloco esterlino", no qual se incluem as divisões políticas do Imperio britânico, os Estados Unidos, a Argentina, o Brasil e outros. E' natural, pois, que a Grã-Bretanha procure incluir o peso cubano nesse bloco. Mas, como a balança comercial anglo-cubana nos é favoravel, Cuba ficaria sem poder utilizar o esterlino registrado que recebesse pelo seu açucar, a menos que lhe fosse facultado vender os saldos a outra nação e isso com um desconto de dois e meio por cento, pois que o esterlino livre é cotado a $3,93 contra $4,03 do esterlino bloqueiado. Caso seja feita nessa base, a falada transação seria tão praticavel quanto desejavel. Comprando em esterlinos, a Inglaterra poderia pagar-nos melhores preços e o desconto a ser feito posteriormente não iria alem de dois pontos. Esse aspecto, todavia, segundo a nossa fonte informadora, está sendo estudado.

A ninguem escapa a extraordinaria importancia que esse negocio teria para Cuba. Temos cerca de 435.000 toneladas de açucar, sob certificados de identidade, à espera de transporte antes de 31 de agosto futuro. A menos que se realizem grandes vendas antes da referida data, o Instituto Cubano do Açucar terá de enfrentar este dilema: cancelar os certificados e transformar aquela vultosa partida de açucar em quota de consumo local — que, aliás, o comercio não pode tolerar, ou prolongar os certificados na esperança de que a procura se reanime. A venda de 200.000 toneladas permitiria a emissão de novos certificados de identidade por igual quantidade de açucar e assim ficaria aliviada a congestão de estoques na próxima safra e, embora o Instituto Cubano não disponha de um saco siquer de açucar para vender, parece-nos que se se oferecesse aos particulares um prolongamento dos seus certificados na medida das suas contribuições para as vendas que o Instituto realizasse, seria mais facil reunir açucar para qualquer venda. Por motivos sociais, fabricamos este ano cerca de 400.000 toneladas de açucar, para as quais não há mercado em perspectiva. Esse açucar foi separado para embarcar a partir de setembro — 100.000 toneladas antes de dezembro de 1941 e o resto antes de 31 de agosto de 1942; as 435.000 toneladas que sobraram da safra anterior somente serão colocadas, se possivel, depois de 31 de agosto deste ano.

Se razões de ordem social determinaram a acumulação de estoques tão avultados, as mesmas considerações devem promover a eliminação dos excessos acumulados, sempre que se ofereça uma oportunidade favoravel. Qualquer prejuizo que por ventura tivessem as centrais que contribuirem para as vendas seria limitado à quantidade em que participassem na quota mundial. Embora sejamos contrarios, por principio, à intromissão de organizações oficiais na venda de artigos de propriedade de particulares, achamos que no caso em apreço uma exceção nos parece inevitavel, em face das mais recentes experiencias".

ESTADOS UNIDOS

Segundo informa "The Sugar Journal", número de fevereiro último, os Estados Unidos importaram durante os primeiros 11 me-

ses de 1940, 252.918.000 galões de melaços não comestiveis, cujo valor se eleva a...... 9.985.000 dólares. No mesmo período do ano anterior, a importação desses melaços foi de 176.965.000 galões, no valor de 5.917.000 dólares.

Embora os Estados Unidos dependam em grande escala do produto estrangeiro para atender as suas necessidades internas, grandes quantidades de melaços não comestiveis podem ser obtidas como sub-produto da cana e da beterraba, cultivadas no país. A industria de açucar de cana do continente produz anualmente cerca de 75 milhões de toneladas, juntamente com a de açucar de beterraba e os refinadores de açucar de cana; Porto Rico e Havaí fornecem cerca de 50 milhões de galões.

No curso do ano fiscal que se encerrou em 30 de junho de 1940, as distilarias norte-americanas utilizaram 242.474.000 galões de melaços. Essa cifra representa um aumento de 62 milhões de galões sobre o ano fiscal terminado em 30 de junho de 1939. Os melaços empregados na produção de outros alcoois (acetona e butol, na maior parte) aumentaram de 18.841.000 galões no ano fiscal terminado em 30 de junho de 1939 para 43.544.000 galões em 1940. Na produção de alcool etílico foram usados no ano fiscal de 1940, 195.000.000 de galões, ou seja 36.000.000 de galões a mais que no ano fiscal anterior. A tendencia desde 30 de junho de 1940 continúa a ser no sentido do aumento das quantidades utilizadas sobre as do ano anterior.

MEXICO

A Associação de Produtores do Açucar do México forneceu, em principio de janeiro deste ano, a seguinte estatística de 1939/1940:

Area cultivada (hectares)..	68.157
Area colhida (hectares)..	59.889
Cana moida (ton. métricas).. ..	3.038.209
Açucar produzido (ton. liq.). ..	291.999
Consumo em 1940 (ton. met.). ..	364.180
Consumo por hab. (quilog.).. ..	18.800

Não houve exportação nem importação de açucar no mesmo período.

— A produção de açucar branco no México, na presente safra, é estimada em..... 330.000 toneladas. Espera-se que essa cifra seja superada nas duas próximas safras.

Alem do açucar branco, o país produz tambem um açucar de tipo baixo, denominado "piloncillo" ou "panela", que corresponde à nossa rapadura. A produção de "piloncillo" se eleva a cerca de 70.000 toneladas. Existem mais de 6.000 pequenas fábricas de açucar desse tipo.

SÃO DOMINGOS

Atingiu 447.60 toneladas longas (454.812 métricas) a produção de açucar na República Dominicana, em 1939/1940, ou seja o ano industrial terminado a 31 de agosto de 1940. No ano precedente, a produção foi de 424.884 toneladas longas (431.682) métricas).

Durante o último ano, a exportação foi de 387.664 toneladas longas (394.069 métricas) e o consumo de 21.855 toneladas longas (22.204 métricas). A exportação foi destinada principalmente ao Reino Unido, Canadá, Irlanda, França e Marrocos Francês.

O estoque, a 1º de setembro de 1940, era, segundo estatística de Lamborn & Cia., de 65.000 toneladas longas (66.040 métricas) contra 27.000 toneladas longas (27.432 métricas), na mesma data de 1939.

AUSTRALIA

O "Australian Sugar Journal" informava em 11 de janeiro :

"Antes do fim de novembro, quase todas as fábricas de Queensland tinham completado as suas moagens; as que não puderam encerrar a estação de moagem naquelle mês o fizeram no curso de dezembro. No que concerne, pois, às operações de colheita e transformação em açucar, pode-se dizer que a safra de 1940 já está encerrada. Uma grande quantidade do açucar produzido encontra-se ainda nas fábricas e nos portos, aguardando embarque, de sorte que não é possivel agora calcular com exatidão os resultados finais da safra. As informações de que atualmente dispomos indicam que a produção total de açucar de Queensland se aproxima de...... 763.000 toneladas, contra 891.422 em 1939, 776.810 em 1938 e 762.794 em 1937. Em New South Wales a produção açucareira de 1940, é estimada em 45.000 toneladas. No começo do ano passado, a fundação da safra na maioria dos distritos foi feita em condições favoraveis e naquela época estimava-se que a produção de 1940 não ficaria muito aquem da de 1939; no correr do ano, porem, modificaram-se as condições em sentido desfavoravel. Nos distritos do norte, uma estação úmida demasiado longa resultou no retardamento

do crescimento da safra, particularmente nas terras baixas. Em muitos dos distritos do sul, as safras sofreram as consequencias de uma seca verdadeiramente anormal, que prevaleceu em todos os meses, exceto em fevereiro e março. E nos distritos centrais, a estação úmida foi de curta duração, ao contrario do que ocorreu no norte, mas o crescimento da safra foi retardado por temporadas de seca. Ciclones causaram alguns prejuizos nos distritos situados no Lower Burdekin para o norte e em abril verificou-se uma formidavel inundação do rio Lower Burdekin, do que resultou a perda de varios milhares de toneladas de cana. Em face dessas circunstancias, a produção de 763.000 toneladas, apesar de não corresponder às espectativas do começo do ano, não pode ser considerada como um resultado pouco satisfatorio.

Logo depois de iniciada a guerra, em 1939, o Ministerio da Alimentação da Inglaterra entrou em negociações para a compra de todo o açucar disponivel dos dominios e colonias, a preço um pouco mais alto dos então vigentes. No que concerne a Queensland, esses preços eram mais altos que os de 1938, em £2 3s. 2d. por tonelada. Mais importante, todavia, foi o fato de que todo o excesso destinado à exportação encontrou mercado e a Australia poude vender 544.693 toneladas naquele ano. Se o Acordo Internacional do Açucar continuasse a dominar, é duvidoso que a quota básica de 412.000 toneladas pudesse ser excedida. Um acordo mais ou menos idêntico foi feito em relação aos excessos exportaveis de 1940, com um novo aumento sobre o preço básico. A produção estimada é inferior em 128.000 toneladas à do ano anterior e o açucar para exportação será em quantidade proporcionalmente menor. E a maior parte desse açucar, como se disse, aguarda embarque. As despesas de transporte que aumentaram consideravelmente vão de certo reduzir as vantagens dos preços mais altos. Em todo caso, se é possivel falar com segurança nestes tempos de guerra, pode-se dizer que os excessos de açucar da safra de 1940 encontrarão mercado no exterior. Não se pode negar que as circunstancias, nos dois últimos anos, favoreceram os produtores australianos na colocação dos seus açúcares de exportação, não sendo lícito, porem, presumir que essas facilidades se prolonguem.

Até o presente momento, o Ministerio da Alimentação não tornou públicas as suas intenções com relação à compra de açucar este ano. E enquanto não aparecem essas declarações, somente podemos especular quanto à colocação do esperado excesso deste ano. E se agora não existe um mercado de exportação, seria exagero afirmar que este ano não haverá possibilidades para exportar açucar, embora não se deva esquecer a possibilidade de que a Inglaterra não venha a precisar, em 1941, das mesmas elevadas quantidades de açucar que comprou nos dois últimos anos."

HAVAI

"Facts about Sugar" publica, no seu número de janeiro, a seguinte correspondencia de Honolulú, datada de 1 de dezembro do ano passado :

"Havai entrou no último mês do ano com a maior parte da sua quota embarcada ou pronta para embarcar com destino às refinarias do continente. A maioria das plantações já completou as suas quotas e a moagem continua apenas em um número reduzido de fábricas. Em 1940 a colheita prolongou-se por mais tempo do que se esperava; a pureza dos caldos não correspondeu às espectativas do inicio da estação, o mesmo acontecendo com os rendimentos, que foram baixos. O retardamento da colheita resultou em parte de algumas greves que se verificaram na ilha.

Ainda este mês, algumas plantações poderão iniciar as suas atividades da safra de 1941. Nas últimas semanas, os preços, com uma ligeira alta, animaram um pouco a situação e ajudaram as plantações que tardaram em entregar os seus açúcares ao mercado. Praticamente, porem, todas as plantações da ilha encerraram os seus negocios com prejuizo.

Durante quase todo o mês de novembro as condições de tempo foram favoraveis; choveu em varias zonas, de sorte que os reservatorios puderam ser novamente cheios, depois de um verão bastante seco. Em Honolulú e Oahu, nos meiados de novembro, cairam as chuvas mais fortes desde maio; em Waimanalo, a precipitação foi bastante forte para perturbar as operações de colheita. Na costa de Hilo da secção de Havai, uma forte ressaca causou serios prejuizos nos serviços de transporte, ficando inutilizados mais de cem pés do canal principal de Hakalau. Foi preciso recorrer a caminhões para transportar as canas, enquanto se faziam os reparos necessarios".

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

BALANCETE EM 31 DE MARÇO DE 1941

A T I V O

Ativo Fixo				
Biblioteca do Instituto		38:353$300		
Construção de Distilarias — Ponte Nova (Doc. I)		4.377:445$800		
Distilarias Centrais — Custo de Instalação:				
Estado do Rio (Doc. II)	19.574:352$050			
Presidente Vargas (Doc. II)	26.828:329$200	46.402:681$250		
Imoveis		2.942:350$500		
Laboratorios — Recife — Aparelhos e Utensilios		54:618$400		
Material Permanente — Secção do Alcool Motor		27:588$800		
Moveis e Utensilios		682:146$900		
Tanques, Maquinismos, Bombas, Accessorios e Instalações		708:713$220		
Vagões Tanques		500:000$000		
Vasilhames e Tambores		765:955$280		
Veículos		201:810$160	56.701:663$610	
Títulos e Ações			10.707:000$000	67.408:663$610
Empréstimos				
Caixa de Empréstimos a Funcionarios			129:011$000	
Custeio de Refinarias			2.750:000$000	
Empréstimos a Produtores de Açucar			1.189:863$700	
Financiamento a Distilarias (Doc. III)			13.792:578$050	17.861:452$750
Despesas Diferidas				
Açucar C/Despesas			3.519:387$700	
Aluguéis			33:904$000	
Comissões			148:147$900	
Despesas de Viagem			176:358$600	
Despesas Gerais			65:257$400	
Diarias			123:089$600	
Diversas Despesas			14:621$700	
Estampilhas			896$400	
Gratificações			9:844$000	
Laboratorios — Recife — Drogas e Materiais			53$000	
Material de Escritorio			128:159$200	
Portes e Telegramas			30:936$700	
Vencimentos			736:335$900	
Bonificação S/ Açucar-Quota de Excesso do Estado do Rio para a Distilaria Central do Estado do Rio — Safra 1940/41			237:654$000	5.224:646$100
Contas de Resultado				
Adiantamento S/ Açucar de Engenhos			4.490:772$500	
Alcool Anidro C/Depósito Geral			4:994$500	
Alcool Motor C/Fabrico			1.121:354$585	
Anuario Açucareiro:				
— Ano 1939		228$700		
— Ano 1940		5:308$700	5:080$000	
Arrecadação de S/ Taxa S/ Produção de Açucar			72:726$000	
Compras de Açucar			8.952:212$200	
Compras de Açucar C/Retrovenda:				
— Financiamento do Banco do Brasil		65.346:912$800		
— Financiamento n/Disponibilidade		703:824$000	66.050:736$800	
Compras de Gasolina			10:689$620	
Despesas do Alcool Motor (Doc. V)			146:530$725	
Distilarias Centrais — Despesas de Fabricação:				
Estado do Rio (Doc. VI)	1.639:593$750			
Presidente Vargas (Doc. VI)	67:110$400	1.706:704$150		
Distilarias Centrais — C/ Depositos Especiais:				
Presidente Vargas		9:000$000	1.697:704$150	
Livros e Boletins Estatísticos			26:677$100	
Materia Prima			15.165:261$350	97.744:739$530
Devedores Diversos				
Adiantamento para Compras de Alcool			1.777:882$600	
Cobrança do Interior			36:856$800	
Contas Correntes (Saldos Devedores) (Doc. VII)			7.341:594$516	
Letras a Receber			779:648$600	9.935:982$516

Caixas e Bancos			
Caixa — Sede do Instituto	115:075$600		
Banco do Brasil — Rio:			
— C/Arrecadação	23.610:674$000		
— C/Taxa S/Açucar de Engenho	2.411:765$600		
— C/Movimento	12.030:211$400		
— C/Com Juros — Caixa de Empréstimos a Funcionarios	112:777$300		
— C/Depósitos Especiais	1.518:614$000	39.799:117$900	
Delegacias Regionais C/ Suprimentos		7.448:178$650	
Distilarias Centrais C/Suprimentos		1.748:291$700	48.995:588$250
Contas de Compensação			
Açucar Caucionado		65.346:912$800	
Açucar Depositado em Penhor		3.000:000$000	
Banco do Brasil C/Créditos		6.422:800$300	
Depositarios de Títulos e Valores		2:001$00	
Operações a Termo		2.885:985$500	
Títulos e Valores Apenhados		1.003:000$000	
Títulos Depositados em Garantia		300:000$000	
Valores Caucionados		129:728$000	
Valores em Hipoteca		27.078:054$400	106.168:482$000
			353.339:554$756

PASSIVO

Fundos Acumulados			
Sobre Taxa de Açucar		1.280:921$600	
Taxa Complementar de Açucar de Engenho Beneficiado ou Refinado.		6:332$700	
Taxa de Açucar de Usinas		168.845:429$760	
Taxa de Açucar de Engenhos		2.917:101$020	
Taxa de Açucar de Refinarias		57:111$600	
Taxa de Estatística		130:604$300	173.237:500$980
Reservas			
Juros Suspensos		232:338$400	
Reserva do Alcool Motor		3.533:886$621	3.766:225$021
Contas de Resultado			
Alcool Aldeído — Producão de Distilarias Centrais		3:453$400	
Alcool Anidro — Producão de Distilarias Centrais		1.337:136$500	
Juros		104:871$300	
Multas		195:525$400	
Oleo de Fuzel — Produção de Distilarias Centrais		12:053$900	
Rendas do Edificio Taquara		139:673$200	
Revista Brasil Açucareiro		5:874$300	
Sobras e Vasamentos		1:942$280	
Vendas de Alcool Motor		1.132:729$795	
Vendas de Alcool S/Mistura		521:615$400	3.454:875$475
Obrigações			
Banco do Brasil C/Financiamento		53.577:199$700	
Contas Correntes (Saldos Credores) (Doc. VIII)		8.569:736$100	
Depósitos Especiais		2.033:707$500	
Depósitos de Engenhos		50:500$000	
Depósito de Taxa S/Rapadura a Restituir		358:074$600	
Fundos para Propaganda		74:475$300	
Instituto de Tecnologia C/Subvenção		2:909$374	
Ordens de Pagamento (Doc. IV)		1.606:549$900	
Vales Emitidos S/Alcool Motor		419:502$900	
Vales Emitidos S/Alcool Motor em Liquidação		19:815$906	66.712:471$280
Contas de Compensação			
Açucar Vendido a Entregar		2.885:985$500	
Banco do Brasil C/Caução de Açucar		65.346:912$800	
Créditos à N/Disposição		6.422:800$300	
Depositantes de Títulos e Valores		129:728$000	
Depósitos de Títulos em Garantia		300:000$000	
Outorgantes de Hipoteca		27.078:054$400	
Penhor Mercantil :			
Usina Brasileiro S/A	1.003:000$000		
Cia. Usinas Nacionais	3.000:000$000	4.003:000$000	
Títulos e Valores Depositados		2:001$000	106.168:482$000
			353.339:554$756

Rio, 31-3-41.

LUCIDIO LEITE
(Contador)

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ORÇAMENTO PARA 1941 — POSIÇÃO EM 31 DE MARÇO DE 1941

Nos.	VERBAS	Duodécimo	Saldo anterior	Quota mensal	DESPESAS Mês de Março	Total despesas	Media mensal	Crédito anual	Saldo do crédito anual
	PESSOAL:								
1	COMISSÃO EXECUTIVA.	19:400$000	13:800$000	33:200$000	11:900$000	36:900$000	12:300$000	232:800$000	195:900$000
2	CONSELHO CONSULTIVO.	3:600$000	1:800$000	5:400$000	2:400$000	7:800$000	2:600$000	43:200$000	35:400$000
3	SEDE DO INSTITUTO.	138:055$000	17:852$900	155:907$900	123:762$300	382:019$400	127:339$800	1.656:660$000	1.274:640$600
4	SECÇÃO TÉCNICA.	21:594$500	15:522$500	37:117$000	21:233$500	48:900$000	16:300$000	259:134$000	210:234$000
5	FISCALIZAÇÃO TRIBUTARIA.	99:320$000	107:851$200	207:171$200	99:397$100	190:185$900	63:395$300	1.191:840$000	1.001:654$100
6	DELEGACIAS REGIONAIS.	55:950$000	99:246$700	155:196$700	57:877$300	70:530$600	23:510$200	671:400$000	600:869$400
7	DESPESAS DE TRANSPORTE.	96:966$666	89:109$332	186:075$998	71:534$600	176:358$600	58:786$200	1.163:600$000	987:241$400
8	DIARIAS.	63:744$166	59:103$732	122:847$898	54:705$000	123:089$600	41:029$866	764:930$000	641:840$400
9	GRATIFICAÇÕES:								
	— Pró Labore Semestral.	56:666$666	113:333$332	169:999$998	— $ —	— $ —	— $ —	680:000$000	680:000$000
	— Diversos.	9:912$000	13:862$000	23:774$000	3:882$000	9:844$000	3:281$333	118:944$000	109:100$000
	MATERIAL:								
1	MATERIAL PERMANENTE.	13:000$000	11:450$300	24:450$300	8:543$000	23:092$700	7:697$570	156:000$000	132:907$300
2	MATERIAL DE CONSUMO.	14:416$666	12:785$032	27:201$698	13:282$800	29:331$100	9:777$033	173:000$000	143:668$900
3	DIVERSAS DESPESAS.	68:163$666	86:853$632	155:017$298	50:637$100	100:110$800	33:370$266	817:964$000	717:853$200
		660:789$330	642:570$660	1.303:359$990	519:154$700	1.198:162$700	399:387$568	7.929:472$000	6.731:309$300

LUCIDIO LEITE
Contador

EXPERIENCIAS SOBRE A DETERIORAÇÃO DA CANA QUEIMADA

Valeriano C. Calma

Propositada ou acidentalmente a cana de açucar muitas vezes é queimada e algumas vezes passam-se duas semanas antes que se possa apanhar toda a cana comburida. Queimar a cana antes do corte facilita a colheita e diminue o custo da operação; para variedades ricas de palhiço, então, quase que se torna uma necessidade aquela conduta. E' crença geral que a queima não provoca a deterioração da cana desde que esta entre na moenda dentro de 24 a 48 horas. Algumas centrais aqui nas Filipinas, todavia, descontam de 4 a 5 por cento nas canas queimadas alegando a perda no açucar e os transtornos advindos no tratamento subsequente do caldo.

Pessoas entendidas no açucar creem que tal deterioração se processa com maior lentidão desde que se deixe a cana no campo, somente se procedendo ao corte quando haja possibilidade de transporte imediato para a usina; outros são do pensar que, deixada no campo, a cana perde parte de seu teor em açucar pela diluição dos caldos que contem, através de uma absorção da umidade do solo e desenvolvimento de brotos como um esforço para a manutenção da propria vida.

O incendio ocorrido por palhiço comburindo numa plantação de cana da Estação Experimental do Colegio de Agricultura, a 16 de março de 1940, à 14 horas, e onde foram queimadas cerca de 90 toneladas de cana, deu ensejo ao estudo, ora apresentado, colimando-se: a) determinar a proporção de deterioração de cana queimada, desolhada e cortada; cana queimada, desolhada e deixada no campo; cana queimada e deixada no campo; b) idem quanto à cana nas condições de: deixada no campo e no pateo da usina; c) idem quanto à perda de peso da cana queimada, desolhada, cortada e deixada no campo.

MATERIAL E METODOS

Foram utilizados no presente estudo dois campos de cultivo de cana de açucar, o primeiro com cerca de 1 hectare de area, tendo sido dividido em diversos pedaços, cada um dos quais foram plantados com as variedades florescentes C.A.C. 117, C.A.C. 126, C.A.C. 128 e POJ 2878. O segundo campo, com uma area de cerca de um quarto de hectare, foi plantado com P.S.A. 14, variedade de cana de açucar que não dá flores. As variedades florescentes foram divididas em dois grupos e tratadas da maneira seguinte: no grupo A, a cana foi desolhada e cortada em 17 de março de 1940 e deixada no campo; no B, foi deixada no campo sem qualquer tratamento até a colheita; procedeu-se depois à respectiva análise. A variedade não-florescente foi dividida em três lotes e sofreu o tratamento seguinte: no lote A, a cana foi desolhada, cortada e deixada no campo; no lote B, desolhada e deixada no campo; no C, deixada no campo sem qualquer tratamento. Em cada tratamento, verificaram-se quatro respostas. Para determinar a taxa de deterioração da cana queimada em função das condições de moagem, foram desolhadas e cortadas cerca de 2 toneladas de C.A.C. 117; o corte roi feito logo depois da queima e o transporte efetuou-se para a usina da Universidade.

As amostras compostas dos diversos lotes sofriam análise diaria até o fim das experiencias. As canas foram esmagadas em separado na moenda manual do Colegio, analisando-se o caldo, com determinação do Brix e percentagem de polarização, para isso muito contribuindo a colaboração do sr. Leopoldo J. Villanueva, do Departamento de Química Agrícola. Dos dados acima, foram deduzidos a pureza aparente e os **piculs** (1) de açucar por tonelada de cana, servindo a tabela de Warren do "Controle Químico das Fábricas de Açucar", publicado em 1921 pela "Associação dos Técnicos Hawaianos em Açucar". Para a determinação da perda de peso na cana queimada, foram pesados exatamente 200 quilos de cana P.S.A. 14 recentemente desolhada e cortada e deixada no campo. Tais canas eram pesadas todos os dias até o término das experiencias.

---

(1) — Peso usado em Java, equivalente a 62,5 quilos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sumarizo os resultados colhidos em 6 quadros. No primeiro, estão expostos a análise e o rendimento em açucar por tonelada de cana das diversas variedades sob tratamento diferentes. Pode ser constatado nesse quadro que, regra geral, não houve alterações sensiveis na pureza do caldo e no rendimento em açucar por tonelada de cana, durante os primeiros quatro dias, sendo a cana cortada ou deixada no campo. Cinco dias após a queima, já podiam ser verificadas ditas alterações nas quatro variedades submetidas aos diversos tratamentos. Tais achados corroboram, aliás, o que Locsin encontrou (1923) a uma perda de 26,47 por cento de açucar, 5 dias depois da queima. O autor, em 1935, para canas queimadas, desolhadas e deixadas no campo, dava uma cifra de 32,1 por cento, como a media da perda em **piculs** de açucar por tonelada de cana ao cabo de 5 dias.

O quadro n. 2 ocupa-se do rendimento medio relativo em **piculs** de açucar por tonelada de cana, evidenciando a ausencia de diferenças acentuadas àquele respeito em canas queimadas, desolhadas, cortadas ou deixadas no campo. Constata-se que uma vez queimada, uma variedade florescente não apresenta diferenças sensiveis nas perdas de açucar, quer tenha sido cortada ou deixada no campo. Atribue-se tal fato à pouca ou nenhuma inversão da sacarose resultante de processos metabólicos e especialmente do desenvolvimento de brotos, porque as células da cana são rompidas e dilaceradas pelo calor do fogo. E' fora de dúvida que o calor gerado pelo fogo matou algumas ou possivelmente todas as células e brotos da cana.

No quadro n. 3, procede-se ao estudo da cana P.S.A. 14 no tocante ao rendimento em açucar por tonelada de cana. E' interessante constatar que, mesmo depois de 11 dias da queima da cana, não houve alterações dignas de nota naquele rendimento. Isto deve ser devido ao fato de não produzir dita cana muito palhiço e, por conseguinte, não ficarem os colmos inteiramente queimados, ao contrario do que se passou com as quatro variedades florescentes estudadas até aqui. De fato, 11 dias depois da queima, o mofo, encontrado tão comumente nas variedades florescentes, não foi encontrado nos colmos da P. S. A. 14. Nos quatro primeiros dias após a queima não se registou alteração sensivel quanto ao rendimento em açucar nas canas queimadas, mas já para os cinco dias, a perda de açucar da cana deixada no campo foi maior do que a das canas desolhadas e cortadas ou das desolhadas e deixadas como estavam. Pode-se dizer que as diferenças àquele respeito entre as canas desolhadas e cortadas e desolhadas e deixadas de pé, de um lado, e as canas deixadas no campo sem qualquer tratamento, por outro, foram, depois de cinco dias a partir da queima, realmente significativas. Tudo leva a crer que desolhar e cortar logo após a queima previne a deterioração rápida da cana, a qual está na dependencia de ênzimas presentes na parte tenra do vegetal. Tais resultados concordam com os achados de Hind, (1921), que já assinalara ser menos rápida a deterioração quando se cortava a cana do que deixando-a com as olhaduras ligadas ao colmo. Tanto para a usina como para o plantador o corte da cana queimada representa uma vantagem, uma vez que a perda em açucar é menor do que deixando as canas no campo. Registe-se, todavia, que a diferença no rendimento em açucar por tonelada é quase nenhuma entre as canas desolhadas e cortadas e as desolhadas e deixadas no campo.

No quadro 4, há uma análise comparativa das canas queimadas, desolhadas e cortadas — sob a condição de serem deixadas no campo ou no pateo da usina. Tanto numa como noutra condição convem verificar que houve diminuição na pureza aparente do caldo e em **piculs** de açucar por tonelada de cana, 5 dias decorridos da queima; as proporções de pureza e qualidade são mais favoraveis para a cana deixada no campo.

O quadro 5 demonstra um maior rendimento em açucar por tonelada de cana, quando esta é deixada no campo, em relação com a acumulada no pateo da usina. E' razoavel atribuir o fenômeno ao calor gerado dentro das grandes pilhas de cana no pateo das centrais, com consequente aumento de unimade e diminuição da aeração, condições essas que só podem favorecer o desdòbramento da sacarose em hexoses fermentaveis, reação devida à ação de formações bacterianas e fungoides da cana e ênzimas do caldo.

O quadro 6 mostra a perda de peso da cana queimada, desolhada e cortada. As cifras oscilaram de 3,5 a 20,5 por cento.

Cumpre acentuar que todas as tentativas do trabalho, ora apresentado, limitam-se à determinação das alterações sofridas pela

CIGARRINHAS VERMELHAS DA CANA DE AÇUCAR

A' consulta de um lavrador de Três Pontas, Estado de Minas, o chefe da Secção de Plantas Extrativas e Industriais do Serviço de Fomento e Produção Vegetal do Ministerio da Agricultura, dr. Adrião Caminha Filho, deu a seguinte resposta:

"Recebi a carta de V. S., de 22 do corrente, acompanhando exemplares de insetos que estão atacando os canaviais de sua propriedade e bem assim alguns colmos de canas dos mesmos retirados.

Trata-se de cigarrinhas vermelhas da cana de açucar (Tomaspis liturata Lep. et Serv.). Os danos são causados pelas larvas da cigarrinha, que se localizam no colo da cana, nas raizes, e penetram no solo pelas fendas, alcançando até as raizes mais profundas. O período larval é de cerca de 45 dias, e a vida do inseto, do nascimento da larva à morte da cigarrinha, é de 57 dias para a fêmea e 50 para o macho, mas, em condições favoraveis, podem viver 70 dias.

As canas do canavial infestado apresentam as folhas amarelecidas, perdem a sua posição erecta, curvam-se para o solo e, quando vergadas, não quebram, como sucede com as canas sãs, suportando a flexão como uma vara flexivel.

Os meios de combate aconselhados são os seguintes :

a) — delimitação dos talhões atacados e corte imediato. As canas podem ser aproveitadas na industria ou na alimentação dos animais, de vez que a parte alta da cana não oferece perigo de monta. Somente nas folhas caidas no chão e nas bainhas das folhas aderentes à parte baixa das canas, junto ao chão, há ovos, e, portanto, devem ser queimadas ;

b) — arrancamento e destruição, pelo fogo, das touceiras dos talhões atacados ;

c) — tombamento dos terrenos em apreço, que devem ficar expostos à soalheira durante uns 25 a 30 dias, antes de ser feito o novo plantio ;

d) — limpeza cuidadosa dos aceiros, dos canaviais, do capim e ervas daninhas ;

e) — queima dos canaviais velhos e abandonados, e consequente tombamento do terreno. (Os canaviais abandonados são os maiores focos, constituindo-se viveiros da cigarrinha) ;

---

cana queimada, por ocasião da colheita; cerca de 70 toneladas de cana, florescente ou não, foram utilizadas, o que torna perfeitamente razoaveis as conclusões tiradas de tão copioso material.

RESUMO E CONCLUSÕES

1 — Desde que sofra o corte e seja deixada no campo, até o quarto dia após a queima, poucas alterações sofre a cana de açucar no que concerne à pureza de seu caldo ou ao seu rendimento em açucar por tonelada. Cinco dias após se ter ateiado fogo ao canavial, ditas alterações foram presentes em todas as variedades florescentes aqui estudadas.

2 — Feita a queima, uma variedade florescente de cana sofre perdas de açucar insignificantes desde que seja desolhada, cortada e deixada no campo.

3 — Numa variedade não florescente, as diferenças quanto à perda de açucar entre os varios tratamentos, durante os primeiros quatro dias após a queima, são diminutas; cinco dias depois, porem, já as perdas eram dignas de nota: muito maiores para a cana deixada no campo em comparação com as da cana desolhada e cortada ou desolhada e deixada no campo simplesmente.

4 — No campo, quer desolhada, queimada ou cortada, a cana dá maior pureza de caldo e melhor qualidade do que a empilhada no pateo da usina.

5 — Queimada, desolhada ou cortada, sofre a cana de açucar uma perda de peso que varia de 3,5 a 20,5 por cento.

(De "The Philippine Agriculturist", n.º 8).

O SUPLICIO DOS LAVRADORES DE CANA NA TERRA GOITACA' NO SECULO XVII

Alberto Lamego

III

Festejavam os lavradores de cana a memoravel jornada de 21 de maio de 1748, aclamando com entusiasmo as duas fazendeiras, as duas mulheres varonís que deixaram nos nossos fastos a suave e doce recordação da coragem e abnegação: — Benta Pereira e sua filha Mariana Barreto — que chefiaram o movimento, quando emissarios de Martim Correia, abafadamente, protegidos pela escuridão da noite, sem que lhes pudesse picar a saída, levaram ao conhecimento do governador do Rio de Janeiro a noticia do levante.

Sem perda de tempo, o Tenente Mestre de Campo, General João de Almeida e Sousa, recebeu instruções de aprestar o contingente militar preciso para sufocar a revolta e fazer cumprir as prerrogativas do Visconde de Asseca.

As ordens foram executadas com presteza e aos 30 de maio, com derrota a Macaé, desaferravam do porto do Rio de Janeiro embarcações com 200 soldados e respectivos oficiais — 3 capitães, 3 alferes, 1 ajudante — sob o seu comando, com artilharia grossa e munições — 18 caixões de granadas, 12 barrís de pólvora e chumbo. Cinco dias depois, as sumacas unhavam as âncoras em Macaé, onde já se achavam os escravos do Visconde, providenciando sobre o transporte do material bélico.

A esse tempo, Manuel Manhães Barreto, embora ferido, convocou os lavradores de cana e mais patriotas para uma reunião em casa de sua mãe Benta Pereira.

Tornou conhecido o apoio dado pelo governador Gomes Freire à causa do Visconde e a próxima chegada de numerosa força armada; achando-se, completamente, esgotadas as munições, alvitrou o abandono da vila e refugio nos invios sertões.

Mariana de Sousa Barreto não se afracou e, reconhecendo, embora, a impossibilidade da resistencia, mas ouvindo a voz do seu coração, com o olhar faiscante, como o do galo em briga, declarou que era desdouro do seu sangue e dos seus feitos, fugir de medo e que em sua fazenda aguardaria a cólera encandecida dos partidarios do donatario, que nefariamente haviam urdido a vinda "de tanta pinha de soldados".

Poucos acompanharam-na no conceito e, entre estes, devemos mencionar os lavradores Antonio de Oliveira Furão, Francisco Vieira, José da Silva Rangel e Tomé Alvares Pessanha, que tiveram parte saliente nos acontecimentos.

Acondicionadas as peças e munições, foi dada ordem de marcha e, aos 13 de junho seguinte, "toda essa gente armada" dava entrada na vila de S. Salvador, que se havia despido de quase todos os seus moradores.

Os soldados foram aboletados nas casas abandonadas e tiveram o cuidado de saquear tudo o que nelas encontraram.

O general hospedou-se na **fazenda do Visconde**, e alí permaneceu até à chegada do

---

f) — quando não se possa, por qualquer motivo, queimar as touceiras e palhiços dos talhões condenados, torna-se necessario fazer o enterramento, em valas de um metro de profundidade ;

g) — a inspeção posterior dos canaviais, para eliminação, e de qualquer foco que possa ser encontrado.

Cabe-me acentuar que são essas as medidas únicas e aconselhaveis, e convem por em prática com toda a brevidade possivel, caso contrario, a infestação se irradiará de modo a causar prejuizos consideraveis, com a agravante de dificultar a erradicação completa da praga, muito mais facil no seu início.

Saudações cordiais — (As.) — **A. Caminha Filho** — Chefe da Secção de Plantas Extrativas e Industriais".

dr. Mateus Nunes José de Macedo, Ouvidor Geral do Espírito Santo, que fora convidado para devassar os acontecimentos e assistir à posse do donatario.

O Ouvidor chegou à vila de S. Salvador em 8 de julho, acompanhado de 20 soldados da guarnição da Capitania do Espírito Santo.

Já então se encontravam sob os ferros d'el-rei Mariana Barreto, enviada para os ergástulos de Benguela e os mais lavradores que quiseram compartilhar da sorte da esquecida heroina, cujo nome será lembrado com carinho pelos vindouros, que repararão assim a ingratidão das gerações que lhe sucederam.

Residia na vila o velho fazendeiro Agostinho de Azevedo Monteiro, ardoroso amigo da sua terra, mas que não tomara parte no levante, por causa da sua avançada idade de 80 anos. Deliberou tomar a defesa dos seus colegas foragidos e embargar a posse, enviando no mesmo dia, à tarde, uma carta ao general, em que dizia: "que por circunstancias que tinha, se lhe fazia preciso tirar uma justificação no juizo do corregedor, para provar que a premeditada posse se dava violenta e forçosamente e que os moradores da capitania, por quererem apresentar os seus embargos de obrepção e sub-repção, se viam oprimidos e fugidos e ele sem outro recurso, vendo desterradas as regalias de S. Maj. e seus reais interesses, lhe pedia que não impedisse os meios de defesa que queria por em prática".

O general Almeida, depois de conferenciar com os procuradores do Visconde, mandou prender o missivista em uma casa que servia de corpo da guarda, com sentinela à vista e ao pagem que o acompanhava ordenou que se descalçasse, sendo tambem, sequestrado em sua liberdade. Alí esteve o venerando ancião 24 dias, sempre apoleado, até quando, incluido no rol dos revoltosos, foi enviado para "a casa forte do Castelo" no Rio de Janeiro e dalí para os calabouços da Baía, onde jouve miseravelmente, até que a morte pôs termo aos seus sofrimentos. Já a sua fazenda, gado e escravos tinham sido sequestrados e vendidos em hasta pública!

A posse de Martim Correia de Sá, como representante do Visconde, teve lugar em 15 de julho, tomando-se, antecipadamente, "todas as bocas das ruas abertas para a casa do Senado".

Depois de deixar na vila, à disposição do Ouvidor, 80 soldados comandados pelo capitão João Pinto de Távora, partiu o general no dia 21 para a **fazenda do Visconde**, com o resto da tropa e aí permaneceu até o dia 25.

Foram 4 dias de folga para os soldados, bem aproveitados no acondicionamento dos despojos do saque feito às casas dos foragidos, "que sofreram execrandas hostilidades, quebrando-se-lhes as portas das suas pousadas, roubando-se as alfaias delas, criações caseiras, bois e cavalos e tudo o mais que encontraram, pelo desamparo dos lavradores, que estavam pelos matos, com se fossem régulos ou traidores à Coroa de S. Maj., fugidos de um país teatro de tantas tragedias".

Durante todo o tempo que o general permaneceu na terra goitacá, de 13 de junho até 25 de julho, para sustento dos seus soldados, foram abatidas 146 rezes e fornecidos 252 alqueires de farinha por conta dos lavradores revoltados, que tiveram ainda de sustentar o destacamento que ficara na vila, sob o comando do capitão Távora e mais a escolta que acompanhara o dr. Macedo.

Empossado o procurador do Visconde de Asseca, o dr. Mateus de Macedo deu inicio à devassa sobre os acontecimentos referidos, com parcialidade manifesta.

Lançou uma finta de 14 mil cruzados para diversos culpados, na maior parte lavradores de cana, apontados como inimigos dos Assecas, mandando intimá-los para entrarem "incontinenti", com as quantias que lhes tinham sido arbitradas, 200$000 e 500$000 e como muitos estavam foragidos e outros não podiam pagar, foram os seus bens penhorados e vendidos em hasta pública e assim muitas engenhocas foram parar nas mãos dos amigos do Visconde. Mais de 70, quase todos lavradores, foram pronunciados e se todos não seguiram sob grilhões, para as masmorras da Baía, foi porque preferiram a vida errante nas selvas à ignominiosa prisão.

Dos envolvidos nas malhas da devassa e que conseguiram fugir para os sertões, merecem lugar distinto: Benta Pereira, seus filhos Manuel Manhães Barreto, Francisco Manhães Barreto e Pascoa de Sousa, seu genro João de Andrade Leitão e seu cunhado João Francisco Travassos. Este último e Francisco Manhães Barreto, ambos lavradores, faleceram "em um deserto, quase alienados".

Da familia de Benta Pereira foram criminadas 11 pessoas: ela, dois filhos, duas filhas, dois genros e quatro netos.

No rol dos culpados achava-se tambem o capitão-mor Domingos Alvares Pessanha, um dos principais fazendeiros da capitania e que de há muito trazia no foro da vila diversas demandas com a Casa Asseca. Era avô do eminente e ilustrado bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho e sogro do desinteressado advogado dos campistas Sebastião da Cunha Coutinho Rangel que à sua custa partira para Lisboa, afim de tomar a defesa dos que foram pronunciados, que lhe lhe custara grandes desgostos e prejuizos, sendo mesmo incluido no rol dos levantados, quando se soube da sua viagem, sequestrado o seu gado para despesas judiciais e sustento dos soldados e inutilizados os seus canaviais.

Pessanha fora pronunciado com um genro e dois filhos, sendo condenado em 400$000 para as despesas judiciais. Para pagamento dessas despesas, o Ouvidor mandou "tirar a boiada mansa do engenho e a pôs em praça" e, vendo sua mulher que ficava com a safra perdida, empenhou e vendeu algum ouro e prata, afim de solver aquela quantia, "mas de nada lhe serviu, porque o escrivão recebeu o dinheiro e não passou recibo, sendo, afinal, vendidos os bois".

Como tinha demandas com a Casa Asseca e estava impossibilitado de comparecer em juizo, o Ouvidor mandou expedir editais de intimação e, sumariamente, o procurador do Visconde requereu a penhora em 73 vacas, para pagamento de 230$000, principal e custas do imposto lançado em seu engenho de açucar, durante 7 anos que trabalhava, à razão de 32$000 cada ano e pedindo vista o seu advogado, para embargar a execução, sob o fundamento que o dito engenho tinha sido construido ao tempo que a capitania pertencia à Coroa, em virtude de sequestro feito e mais, não ser permitido ao exequente por sua Carta de Doação, impor e cobrar tributos aos engenhos de açucar, a vista lhe foi negada e o gado vendido, comprando-o "um famoso mulato da Casa do Visconde, por 3$520 a cabeça, quando havia quem desse mais".

Ainda a pretexto do sustento da infantaria, mandou o Ouvidor tirar dos pastos da sua fazenda mais 12 bois mansos, "que foram mortos e vendidos por sua conta no açougue da vila". Pessanha, acabrunhado de desgostos faleceu no exilio que procurou, para não cair nas garras dos seus algozes.

Já então se achava em Lisboa o defensor dos sublevados Sebastião da Cunha Coutinho Rangel, que apresentou uma longa e brilhante defesa dos campistas, "que viviam mergulhados na opressão e consternação" e, depois de desenrolar todos os fatos ocorridos na terra goitacá, durante o tempo do governo dos Assecas, suplicou a el-rei que livrasse os míseros vassalos daquela parte de seus dominios das vexações que experimentavam das justiças do donatario, perdoando-lhes as culpas que o dr. Macedo lhes formara e oferecendo 20 mil cruzados para a compra da capitania.

Juntou quantiosa documentação, provando a parcialidade monstruosa desse magistrado, "que se locupletara com mais de 20 mil cruzados e com o produto de uma boiada que mandara vender no Rio de Janeiro, arrancada dos desgraçados lavradores de cana".

O país, dizia, "que é um dos mais ferteis e melhores do Brasil, por ser uma continua primavera, defendido por natureza por costas e barras do inimigo, está sendo destruido".

Exportava para o Rio de Janeiro e Baía, só em gado vacum, 15 mil cabeças, em cavalar, 4 mil, em mantimentos 80 mil alqueires

de farinha e algumas centenas de caixas de açucar, no valor de 400 mil cruzados.

"Dele se poderá formar um imperio e fabricar as melhores e mais ricas fazendas de açucar, taboados e outros efeitos por ser fertil em todo gênero de madeiras brasílicas, mantimentos e pescado".

As terras "são as mais deliciosas por serem de massapês legítimos, extensas, planas, cercadas de rios e lagoas que facilitam o comercio".

Afinal, depois de ouvidos os procuradores regios e Conselho Ultramarino, resolveu el-rei em 26 de Agosto de 1752: "Os procuradores da Fazenda e Coroa ajustem com o donatario a compra dessa capitania e me deem parte pelo Conselho, o qual mandará passar as ordens necessarias ao Chanceler da Relação do Rio de Janeiro que faça suspender o procedimento contra todos os réis, porque pela minha real clemencia hei por bem perdoar-lhes e esta ordem se comunicará ao Chanceler da Relação da Baía".

Já havia decorrido quase um lustro; muitos deles tinham morrido nos cárceres, degredos e no exilio.

A LUZ — FATOR QUE INFLUENCIA O CRESCIMENTO DAS CANAS

E. W. Brandes e J. I. Lauritzen escrevem, no boletim do Ministerio da Agricultura dos Estados Unidos, que nos paises montanhosos — particularmente nos climas tropical e subtropical, adaptados à cultura da cana — ocorrem frequentemente contrastes violentos dos dois lados de uma montanha no que se refere à distribuição das nuvens, sucedendo que de um lado o tempo se mostra chuvoso e nublado, enquanto do outro o sol brilha livre de nuvens. Muitas vezes, o contraste entre as temperaturas não é tão agudo quanto o que se observa nas horas de duração e na intensidade da luz solar. Em algumas areas tropicais, a época dos aguaceiros é geralmente nevoenta, ao passo que em outras as chuvas são seguidas de horas de sol intenso.

Nas experiencias de estufa que os referidos autores realizaram em Arlington Farm, foram estabelecidas condições de temperatura semelhantes às que a cana de açucar pode encontrar dos dois lados de uma cadeia de montanhas. Cultivaram-se dois lotes de cana a 78° F. — normal para um bom crescimento — e um lote a 60° — demasiado frio para o melhor crescimento. Um dos lotes da estufa quente recebeu luz em quantidade moderada, o outro recebeu luz quase equivalente ao tempo nevoento. Na estufa de temperatura mais baixa, a luz fornecida foi em quantidade igual ao deste último.

Os resultados foram os seguintes: na estufa de temperatura mais alta, a cana, com luz mais abundante, cresceu rapidamente; na estufa de temperatura mais baixa, a cana permaneceu sadia, sendo o seu crescimento, porem, um pouco lento; o terceiro grupo de canas, cultivado em temperatura mais elevada e com luz reduzida, não apresentou o crescimento intermedio que se podia esperar. Muitas destas canas não chegaram a germinar, outras morreram poucas semanas depois de uma fraca germinação. Evidenciou-se que a maior quantidade de calor em nada ajudou essas plantas e quando lhes faltava luz o calor tornava-se uma desvantagem. As plantas, notou-se, precisam claramente que haja equilibrio entre a luz e a temperatura e não podem tolerar altas temperaturas quando a quantidade de luz é fraca. Essas experiencias podem ter utilidade prática, indicando aos plantadores que devem restringir as suas culturas nas areas, onde não houver equilibrio entre a distribuição das nuvens e as condições de temperatura. Podem tambem sugerir aos geneticistas pesquisas no sentido da descoberta de variedades menos sensiveis a esse equilibrio entre as condições de iluminação e temperatura.

O MERCADO DO AÇUCAR EM 1940

Por E. Romolini

No seu número correspondente a janeiro deste ano, que só em março nos chegou às mãos, inseriu o "Bulletin Mensuel de Statistique Agricole et Commerciale", publicado pelo Instituto Internacional de Agricultura, o artigo que abaixo reproduzimos, por ser uma síntese interessante do mercado açucareiro mundial no ano findo, tomando como ponto de referencia o mercado de Nova York.

Nos anos precedentes, em minha exposição habitual sobre o movimento de preços do açucar, durante o ano solar, considerei os mercados de Nova York, Londres, Praga, Paris, Magdeburgo e Soerabia, mas neste ano devo limitar-me apenas ao mercado de Nova York, porque os outros mercados de cotações deixaram de existir ou são controlados pelos governos.

Sobre o mercado de Nova York os preços do açucar denotam, no começo de janeiro de 1940, um ligeiro movimento ascencional, em seguida à decisão do governo de restabelecer os contingentes de importação e as quantidades admitidas para o consumo interno do país, limitando assim de um modo sensivel uma e outro.

O aumento dos preços continuou até à segunda década; logo depois, as cotações começaram a acusar um ligeiro declinio, que prosseguiu até os primeiros dias de abril, salvo uma pausa temporaria no fim de fevereiro, quando a Secretaria de Agricultura reduziu a quantidade de açucar já estabeletacidada para as exigencias de consumo nos Estados Unidos em 1940. Essa diminuição gradual dos preços não foi o resultado de fatores externos, mas determinada pela raridade da procura, especialmente de açucar refinado.

Na primeira quinzena de abril os preços do açucar subiram 13 pontos, como consequencia da extensão do conflito na Europa, mas a animaçaço do mercado, talvez indiferente às crescentes complicações européias, não durou muito tempo, e o afrouxamento das cotações retomou sua marcha até o fim da segunda década de agosto, quando elas atingiram o nivel mais baixo do ano.

Depois se observa uma ligeira tendencia à alta, que continua até ao fim do ano, e cujo movimento reflete, principalmente, as flutuações normais da oferta e da procura; além disso, exerceram alguma influencia sobre a formação dos preços as decisões do fim de agosto do Departmento de Agricultura, no sentido de reduzir ainda as quantidades de açucar admitidas para consumo e, por ato de 1 de outubro, prorrogar até 31 de dezembro de 1941 a lei sobre o açucar de 1937 ("Sugar Law" 1937), concernente a diversas restrições da importação e do consumo do açucar nos Estados Unidos.

Considerados no seu conjunto, os preços do açucar em 1940 se mantiveram nos limites dos de 1939, sem se ressentir praticamente dos efeitos da guerra européia; assim se realizou o que já se havia pressentido, quando do exame, publicado em nosso "Boletim" em janeiro do ano passado, sobre o estado e as perspectivas do mercado do açucar no fim de 1939, em comparação com as condições de inicio e durante a guerra mundial de 1914-1918. Têm-se notado as diferenças substanciais entre as condições da situação açucareira de então e a de agora, dentre as quais as principais são: o emprego dos estoques iniciais de açucar nos paises beligerantes ou não, muito mais importantes que no começo da guerra mundial; as medidas governamentais para a limitação do consumo, desde o principio da guerra; a moderna aparelhagem industrial que permite aumentar, num tempo relativamente curto, a produção de açucar, sobretudo nos paises em que se cultiva a cana, e, enfim, o fato de que a guerra atual não irrompeu inopinadamente, dando assim a todos os governos o tempo de se preparar devidamente.

Mas a razão essencial por que os preços não aumentaram na América e nos paises açucareiros dos outros continentes é constituida pelas dificuldades, que os paises produtores de açucar encontram, no escoamento do produto para os mercados europeus usuais por causa da guerra, que entravou o movimento dos transportes para a Europa.

Para dar uma idéia da importancia da absorção do açucar mundial de parte da Europa, organizei os quadros anexos, em que

são insertas as cifras da produção açucareira. nas cinco últimas safras, da exportação na Europa para os paises extra-europeus, bem como as percentagens relatvas à produção pelos principais paises que exportam para a Europa, a saber: Cuba, Guiana Britânica, Haití, Indias Ocidentais Britânicas, Perú, República Dominicana, Java, Mauricio, União Sul-Africana e Ilhas Fijí.

Algumas vezes se verifica que, durante certas safras, as cifras da exportação superaram as da produção, mas evidentemente não se trata, aqui, senão do escoamento dos estoques ficados, não vendidos precedentemente.

Ressalta desses quadros que o maior exportador para a Europa é a América, graças especialmente a Cuba que, nas últimas cinco safras, até 1938-39, enviou à Europa uma media de 8 milhões de quintais por safra e nada menos de 9,6 milhões, durante a safra anterior à guerra. Depois da América, os mais importantes continentes exportadores são a Africa e a Oceania, com uma media por safra de 4 milhões de quintais para cada continente, respectivamente, e, enfim, a Asia, sem Java.

As exportações de Java se dirigem, em grande parte, para a Asia e a Australia; não obstante, Java figura nesses quadros porque, nas duas safras precedentes à guerra, as suas vendas para a Europa tinham assumido consideravel amplitude.

Se se considerarem os totais gerais da quantidade de açucar encaminhada para a Europa, encontra-se uma media de pouco menos de 25 milhões de quintais e uma cifra de 29 milhões em 1933-39, isto é, mais de um terço dos referidos paises.

Nos mesmos períodos as exportações para o Reino Unido atingiram 20,6 e 22,9 milhões de quintais.

Ora, máu grado o bloqueio e o contra-bloqueio, que fecham a Europa, pode-se afirmar certamente que as quantidades de açucar, que antes eram vendidas aos paises europeus, ficaram retidas, na sua totalidade, nos depósitos dos paises exportadores, após o desencadeiamento da guerra. As vendas continuaram e o seu aumento é talvez superior ao que se pensa, mas se verifica uma sensivel limitação e o açucar não vendido pesa nos mercados mundiais.

Os estoques que se têm acumulado, e que se acumularão durante a guerra, não permitem uma alta de preço, e há razão de crer que o seu peso se fará sentir ainda durante a safra em curso.

PREÇO DO AÇUCAR EM NOVA YORK (*)

DATA	Cuba centrifugado 96° c & f Cêntimos por libra	DATA	Cuba centrifugado 96° c & f Cêntimos por libra	DATA	Cuba centrifugado 96° c & f Cêntimos por libra
4-1-40	1.93	2-5-40	1.90	5-9-40	1.80
11-1-40	1.90	9-5-40	1.90	12-9-40	1.80
18-1-40	2.00	16-5-40	1.93	19-9-40	1.77
25-1-40	1.95	23-5-40	1.80	26-9-40	1.85
1-2-40	1.90	29-5-40	1.80	3-10-40	1.85
8-2-40	1.90	6-6-40	1.80	10-10-40	1.88
15-2-40	1.92	13-6-40	1.80	17-10-40	1.88
21-2-40	1.93	20-6-40	1.80	24-10-40	1.90
29-2-40	1.95	27-6-40	1.80	31-10-40	1.97
7-3-40	1.93	3-7-40	1.85	7-11-40	2.00
14-3-40	1.91	11-7-40	1.80	14-11-40	2.00
21-3-40	1.90	18-7-40	1.75	20-11-40	2.00
28-3-40	1.90	25-7-40	1.76	28-11-40	1.95
4-4-40	1.87	1-10-40	1.73	5-12-40	1.95
11-4-40	1.93	8-10-40	1.75	12-12-40	2.03
18-4-40	2.00	15-10-40	1.75	19-12-40	2.00
25-4-40	1.95	22-10-40	1.71	26-12-40	2.03
		29-10-40	1.80		

(*) — Como a media do cêntimo por libra, no ano de 1940, foi de 1,88, e a do valor do dolar, no mesmo ano, em moeda brasileira, de 19$786, os preços acima correspondem à media de 47$840, por saco de 60 quilos, no nosso país.

EXPORTAÇÃO PARA EUROPA DE AÇUCAR BRUTO DOS PRINCIPAIS PAISES EXPORTADORES EXTRA-EUROPEUS (+)

(MILHÕES DE QUINTAIS)

CLASSIFICAÇÃO	1934 1935	%	1935 1936	%	1936 1937	%	1937 1938	%	1938 1939	%	1939 1940
Cuba											
Produção	26,2	100	26,3	100	30,6	100	30,7	100	28,0	100	28,4
Exportação :											
Para a Europa	7,3	27,8	8,4	32,1	6,8	22,3	8,2	26,8	9,6	34,3	.....
" outros paises	2,2	8,3	1,3	5,0	0,7	2,2	0,8	2,5	0,9	3,2	.....
Total da exportação (1)	9,5	36,1	9,7	37,1	7,5	24,5	9,0	29,3	10,5	37,5	.....
Goiana Britânica											
Produção	1,8	100	2,0	100	1,9	100	2,0	100	1,9	100	1,6
Exportação :											
Para a Europa	0,5	27,8	0,7	35,9	0,9	45,9	0,5	24,9	0,8	42,0	.....
" outros paises	1,2	63,9	1,0	48,5	0,9	47,9	1,4	67,9	1,0	53,8	.....
Total da exportação	1,7	91,7	1,7	84,4	1,8	93,8	1,9	92,8	1,8	95,8	.....
Haití											
Produção	0,4	100	0,4	100	0,4	100	0,4	100	0,4	100	0,4
Exportação :											
Para a Europa	0,3	85,6	0,3	76,1	0,3	74,4	0,2	45,7	0,2	55,0	.....
" outros paises	0,0	5,4	0,1	16,8	0,0	15,2	0,1	32,2	0,2	43,4	.....
Total da exportação	0,3	91,0	0,4	92,9	0,3	89,6	0,3	77,9	0,4	98,4	.....
Indias Ocidentais Britânicas											
Produção	2,2	100	2,9	100	3,2	100	2,9	100	3,5	100	2,7
Exportação :											
Para a Europa	0,8	38,8	1,8	64,4	2,7	85,6	1,9	64,0	2,6	75,8	.....
" outros paises	....	....	....	....	....	....	....	...	....	...	.....
Total da exportação	....	....	....	....	....	....	....	...	....	...	.....
Perú											
Produção	4,0	100	4,1	100	3,9	100	3,6	100	3,7	100	4,5
Exportação :											
Para a Europa	2)1,6	39,0	2)1,6	38,5	1,5	37,4	0,7	20,7	0,6	16,7	.....
" outros paises	2)1,6	40,5	2)1,7	40,8	1,8	46,3	2,0	55,1	2,1	56,5	.....
Total da exportação	2)3,2	79,5	2)3,3	79,3	3,3	83,7	2,7	75,8	2,7	73,2	.....
República Dominicana											
Produção	4,3	100	4,6	100	4,5	100	4,3	100	4,4	100	4.5
Exportação :											
Para a Europa	2)2,6	59,2	2)4,5	99,3	2)3,2	70,0	3,1	72,1	3,0	67.4	.....
" outros paises	2)0.8	18,4	2)0,4	9,7	2)1,2	25,8	0,8	18,3	1,1	25 8	.....
Total da exportação	2)3,4	77,6	2)4,9	109,0	2)4,3	95,8	3,9	90,4	4,1	93,2	.....
Java											
Produção	5,1	100	5,7	100	13,8	100	13,8	100	15,7	100	15,3
Exportação :											
Para a Europa	0,5	9,9	0,0	0,0	0,3	1,9	1,7	12,5	1,8	11,7	.....
" outros paises	10,7	210,4	8,7	151,9	11,0	79,6	9,2	67,1	9,9	63,1	.....
Total da exportação	11,2	220,3	8,7	151,9	11,3	81,5	10,9	79,6	11,7	74,8	.....
Mauricio											
Produção	1,8	100	2,8	100	3,0	100	3,1	100	3,2	100	2,3
Exportação :											
Para a Europa	1,6	89,2	2,5	88,6	2,7	90,0	2,8	89,0	3,2	98,3	.....
" outros paises	0,0	0,8	0,2	9,1	0,6	21,0	0,0	0	0,0	0	.....
Total da exportação	1,6	90,0	2,7	97,7	3,3	11,0	2,8	89,0	3,2	98,3	.....

(+) — Os dados provêm, em grande parte, do "Annuaire Internacional de Statistique Agricole" e do "Statistical Bulletin of the International Sugar Council".

(1) — Com exclusão dos Estados Unidos (2) Ano solar.

EXPORTAÇAO PARA EUROPA DE AÇUCAR BRUTO DOS PRINCIPAIS PAISES EXPORTADORES EXTRA-EUROPEUS (+)

CLASSIFICAÇÃO	1934 1935	%	1935 1936	%	1936 1937	%	1937 1938	%	1938 1939	%	1939 1940
União Sul Africana											
Produção	3.6	100	4.2	100	4.5	100	5,1	100	5,3	100	5,3
Exportação :											
Para a Europa	1)1.0	26.4	1)1.7	39.4	1.9	41.6	2.1	41,1	2,2	42.4	.....
" outros paises	1)0.2	5.0	1)0.3	8,1	0.1	2.9	0.0	0	0.2	3.1	.....
Total da exportação	1)1.2	31.4	1)2.0	47.5	2,0	44,5	2.1	41,1	2,4	45.5	.....
Australia											
Produção	6.5	100	6.6	100	8.0	100	8,2	100	8,4	100	9,5
Exportação :											
Para a Europa	2 7	42.0	3,0	46.2	3,9	49,6	3,7	45.1	3,9	46,1	.....
" outros paises	0,6	8.7	0,1	1,8	0,7	9,0	0,4	4,3	0,8	9,6	.....
Total da exportação	3.3	50 7	3,1	48,0	4,6	58,6	4,1	49,4	4,7	55,7	.....
Ilhas Fiji											
Produção	1,2	100	1,4	100	1,3	100	1,3	100	1,2	100	1,0
Exportação :											
Para a Europa	0,7	58.3	0,7	45.5	0,9	68,9	0,7	52,0	0,7	61,9	.....
" outros paises	0.5	44.6	0,8	52.6	0,5	35,4	0,6	48,5	....	...	.....
Total da exportação	1.2	102,9	1,4	98.1	1,4	104,3	1,3	100.5	....	....	.....
RECAPITULAÇÃO											
America											
Produção dos paises referidos	38,8	100	40.2	100	44,5	100	43,8	100	41,9	100	42,3
Exportação :											
Para a Europa	13.0	33,6	17.4	43.3	15,3	34.5	14,6	33,3	16,9	40.2	.....
" outros paises	7.6	19.5	6.5	16.1	6.5	14,6	7,0	15,9	6,9	16,5	.....
Total da exportação	20,6	53,1	23,9	59,4	21.8	49,1	21,6	49,2	23,8	56,7	.....
Asia											
Produção dos paises referidos	5.1	100	5.7	100	13.8	100	13,8	100	15,7	100	15,3
Exportação :											
Para a Europa	0.5	9.9	0.0	0.0	0.3	1,9	1,7	12.5	1.8	11,7	.....
" outros paises	10.7	210.4	8.7	151.9	11.0	79,6	9.2	67,1	9.9	63,1	.....
Total da exportação	11.2	220.3	8.7	151.9	11,3	81,5	10,9	79,6	11,7	74,7	.....
Africa											
Produção dos paises referidos	5.4	100	7.0	100	7,5	100	8,3	100	8,5	100	7,6
Exportação :											
Para a Europa	2.5	47.2	4,1	59,1	4,6	61.0	4,9	59,3	5,4	63.6	.....
" outros paises	0.2	3.6	0,6	8.5	0,8	10,1	0,0	0	0.2	1,9	.....
Total da exportação	2.7	50,8	4.7	67,6	5,4	71,1	4,9	59,3	5,6	62,5	.....
Oceania											
Produção dos paises referidos	7.7	100	8.0	100	9,3	100	9,6	100	9,6	100	10,5
Exportação :											
Para a Europa	3,4	44.5	3.7	46,1	4,9	52,3	4,4	46,0	4.6	48.1	.....
" outros paises	1.1	14.2	0.9	10,9	1.2	12.8	1,0	10,5	...	....	.....
Total da exportação	4,5	58.7	4,6	57.0	6,1	65,1	5,4	56.5	....	....	.....
Totais gerais											
Produção	57,0	100	60,9	100	75,0	100	75,4	100	75,4	100	75,6
Exportação :											
Para a Europa	19.5	34,2	25.2	41,4	25,1	33,3	25,6	33,9	28,7	37,9	.....
" outros paises	19,6	34,4	16.7	27,4	19,4	25,9	17,2	22,8	....	....	.....
Total da exportação	39.1	68,6	41.9	68.8	44.5	59.2	42,8	56,7	....	....	.....

(+) — Os dados provêm, em grande parte, do "Annuaire Internacional de Statistique Agricole" e do "Statistical Bulletin of the International Council".

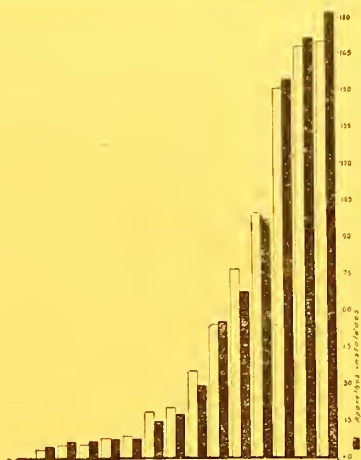
(1) — Ano solar

Les Usines de Melle

SOCIÉTÉ ANONYME AU CAPITAL DE FRS. 17.000.000

Anciennement: DISTILLERIES des DEUX -- SÈVRES -- MELLE
(Deux - Sèvres) - FRANCE

PROCESSOS AZEOTRÓPICOS DE DESHIDRATAÇÃO E FABRICAÇÃO DIRETA DO ALCOOL ABSOLUTO

Desenvolvimento mundial dos processos azeotrópicos

INSTALAÇÕES NO BRASIL

	Litros
Usina Catende — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor: Etablissements Barbet	30.000
Usina Santa Terezinha — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor: Estabelecimentos Skoda	30.000
Usina Timbó Assú — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Etablissements Barbet	5.000
Distilaria Presidente Vargas — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Estabelecimentos Skoda	60.000
Usina Cucaú — 4ª técnica — Construtor: Estabelecimentos Skoda	15.000
Usina Trapiche — 4ª técnica — Em montagem — Construtor: Est. Barbet	15.000
Usina Santo Inacio — Aparelho novo — 2ª técnica — Em montagem pelos Estabelecimentos Skoda	5.000
Usina Tiúma — Aparelho novo — 4ª técnica — Construida pela filial dos Est. Barbet no Brasil	21.000
Usina Nossa Senhora das Maravilhas — Aparelho novo — 2ª técnica — Em funcionamento — Etablissements Barbet	15.000
Usina Pumati — 4ª técnica — Em construção — Est. Barbet	20.000
Usina Serra Grande — Aparelho novo — 4ª técnica — Em montagem — Estabelecimentos Skoda	12.000
Usina Brasileiro — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento pelos Estabelecimentos Barbet	15.000
Usina Paineiras — Aparelho sistema Guillaume, transformado em 4ª técnica pelos Est. Skoda — Em montagem	5.000
Distilaria Central do Estado do Rio — 2 aparelhos mistos — 2ª e 4ª técnicas — Em funcionamento — Construida pelos Estabelecimentos Barbet	60.000
Conceição de Macabú — Em funcionamento — Aparelho Barbet transformado em 2ª técnica pelos mesmos Estabelecimentos	9.000
Companhia Engenho Central Laranjeiras — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica pelo Est. Barbet — Em funcionamento	6.000
Cia. Usina do Outeiro — Em funcionamento Aparelho Sistema Guillaume, transformado em 4ª técnica — Construtor: Barbet	5.000
Usina do Queimado — Em funcionamento — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica — Construtor: Barbet	6.000
Usina Santa Cruz — Aparelho sistema Barbet, transformado pelos Est. Skoda — Em funcionamento	12.000
Usina São José — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor Est. Skoda	20.000
Companhia Engenho Central Quissaman — Aparelho novo — 4ª técnica — Em montagem — Construtor: Est. Barbet	15.000
Usina Barcelos — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica pelos Est. Skoda	10.000
Usina Santa Maria — Aparelho 4ª técnica construido pela filial dos Est. Barbet, no Brasil	10.000
Usina Pontal — Aparelho 4ª técnica construido pela filial dos Est. Barbet, no Brasil	10.000
Usina Cambaíba — Aparelho 4ª técnica construido pela filial dos Est. Barbet, no Brasil	10.000
Distilaria de Ponte Nova — Aparelho novo — 4ª técnica — Em construção pelos Est. Skoda	20.000
Usina Amalia — F. Mattarazzo Jr. — Retificador Barbet, transformado em 4ª técnica pelos Estabelecimentos Barbet — Em funcionamento	10.000
Usinas Junqueira — Aparelho de distilação — Retificação continua, transformado em 4ª técnica pelos Estabelecimentos Skoda — Em funcionamento	20.000
Usina Miranda — Aparelho 4ª técnica, fornecido pela Aluminium Plant and Vessel Co. — Em montagem	10.000

Para todas as informações dirija-se a **GEORGES P. PIERLOT**

Avenida Beira Mar, 210 — Tel. 42-8607 — Caixa Postal 2984

RIO DE JANEIRO

Les Usines de Melle

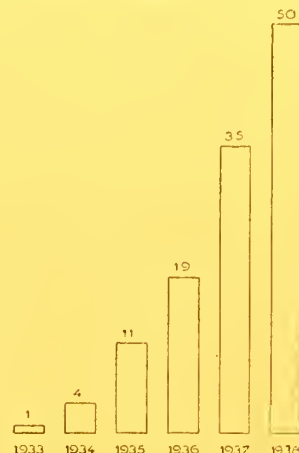
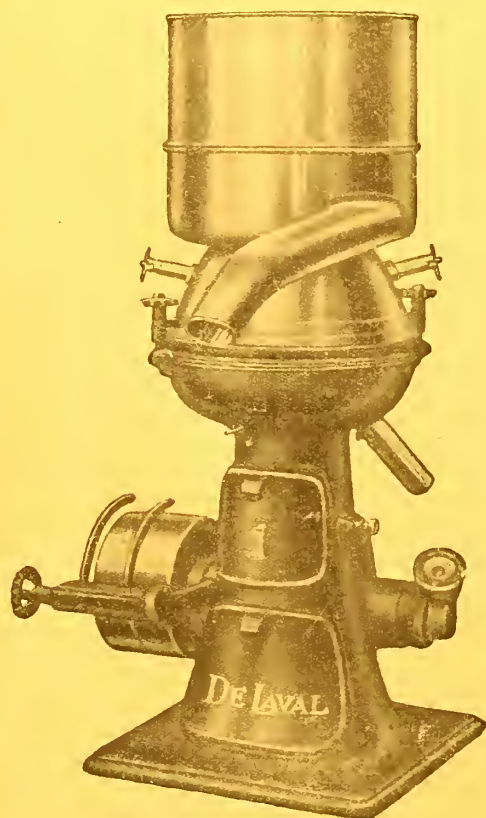
SOCIÉTÉ ANONYME AU CAPITAL DE FRS. 17.000.000

Anciennement: DISTILLERIES des DEUX-SÈVRES - MELLE (Deux-Sèvres) FRANCE

DISTILARIAS APLICANDO O NOVO PROCESSO DE FERMENTAÇÃO DAS USINES DE MELLE

(PATENTEADO EM TODOS OS PAISES)

Mais de 50 instalações na Europa: em França, Alemanha, Austria, Belgica, Italia, Suiça, Tchecoslovaquia, realizando uma produção diaria de 1.000.000 de litros de alcool.

Gráfico do desenvolvimento do processo de fermentação

Capacidade de produção diaria em litros

INSTALAÇÕES NO BRASIL

Amalia (Em funcionamento)	10.000
Barcelos "	10.000
Catende "	30.000
Laranjeiras "	4.000
Outeiro "	5.000
Piracicaba "	15.000
Porto Feliz "	20.000
Santa Bárbara "	6.000
Santa Cruz "	15.000
Utinga "	10.000
Vassununga "	3.000
Vila Raffard "	20.000
São José "	22.000
N. S. das Maravilhas "	15.000
Cucaú "	15.000
Pureza "	5.000
Brasileiro "	15.000
Serra Grande "	12.000
Timbó Assú "	5.000
Quissaman "	10.000
Usina Miranda (Em montagem)	3.000
Santa Maria "	20.000
Pumatí "	15.000
Trapiche "	20.000
Ponte Nova "	15.000
Pontal "	10.000
Cambaíba "	10.000
Conc. de Macabú "	10.000

O novo processo de fermentação das **USINES DE MELLE** proporciona as seguintes vantagens:

- Notavel aumento do rendimento de fermentação.
- Aumento da capacidade de produção das instalações de fermentação.
- Grande segurança e funcionamento tornando quase automático o trabalho.
- Melhor qualidade do alcool fabricado.

Usineiros e distiladores, peçam informações a **G E O R G E S P. P I E R L O T**

Avenida Beira Mar, 210 — Tel. 42-8607 — Caixa Postal 2984

R I O D E J A N E I R O

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo do I. A. A. Na secção "Diversas Notas", damos habitualmente extratos das atas desses organismos, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sobre os principais assuntos discutidos pelos mesmos.

COMISSÃO EXECUTIVA

10.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otavio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes, Moacir S. Pereira e Alde Sampaio.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Balanço — Foram lidos o balanço do I.A.A., levantado em 31 de dezembro do ano passado, e o balancete, levantado em 31 de janeiro deste ano, os quais foram encaminhados ao C. Consultivo.

11.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otavio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes e Moacir S. Pereira.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Usina Conceição de Macabú — E' lido o relatorio dos funcionarios Lourenço de Matos Borges e Carlos La Rocque Almeida, prestando contas da diligencia pelos mesmos realizada na Usina Conceição de Macabú e na qual constataram uma sonegação de 11.244 sacos de açucar, tendo sido lavrado o competente auto de infração.

Caixa de Empréstimos — E' lido um relatorio do Contador, solicitando aumento da verba destinada a constituir os fundos da Caixa de Empréstimos aos funcionarios do I.A.A., sendo aprovada a proposta no sentido de ser adiantada a importancia de 200 contos para aquele fim.

Usina Santa Helena — E' deferido o pedido da Usina Santa Helena, para efeito de se cobrar a taxa e multa sobre 1.325 sacos, no valor de Rs. 17:357$500, **à vista,** e a indenização relativa a 880 sacos, ao preço de venda do açucar, na Usina, no valor indicado, de 43:205$000, em três prestações anuais, mediante emissão, pelo devedor, de promissorias, à ordem do I.A.A.

Exposição Feira do Brasil em Montevidéu — E' aprovado o ato do sr. presidente, concedendo uma contribuição de 15 contos para a Exposição-Feira do Brasil em Montevidéu

Usina Serra Grande — E' aprovado o parecer da Secção de Estudos Econômicos a propósito da carta em que a Usina Serra Grande S/A comunicou ao I.A.A. o aumento da capacidade da sua distilaria de alcool anidro.

Excessos de produção — E' aprovada a seguinte providencia relativamente aos excessos de produção em usinas que disponham de distilarias de alcool anidro: "As Usinas, com distilarias de alcool anidro proprias, terão direito à bonificação concedida à produção de alcool anidro, na correspondencia de 1$000 por saco de açucar, até 10% dos respectivos limites, se não produzirem açucar extra-limite para consumo. Não se considera extra-limite a produção que concorrer ao rateio do saldo do Estado".

Aproveitamento da quota — E' aprovado o parecer da Gerencia para o fim de se permitir o aproveitamento, na presente safra, da quota do engenho "Serro d'Agua" na Usina Camaragibe, Alagoas.

Inscrição de engenhos — E' autorizada a inscrição do engenho São Sebastião, Alagoas, de propriedade do sr. José Lopes Ferreira, e fixada ao mesmo a quota de 1.950 sacos por safra.

Transferencia de fábrica — E' indeferido o requerimento do sr. Luiz Fiod, solicitando a transferencia da quota de produção do engenho de sua propriedade, situado em Igarapava, para o nome do sr. Antonio Ribeiro Malta.

Incorporações de quotas — Com a exigencia mencionada no parecer da Secção Jurídica é aprovada a transferencia da quota do Engenho turbinador Rio Grande, Minas Gerais, ao limite do Engenho turbinador "Tamboril".

— Com a redução de um terço, é aprovada a incorporação da quota do Engenho "Recurso" ao limite da Usina Capela, Sergipe.

Idêntica resolução é tomada quanto aos pedidos de incorporação das quotas do engenho do sr. Ricardo Stolf à Usina Costa Pinto, e do engenho do sr. Emilio Godoi para a Usina Varjão.

— São indeferidos os pedidos de incorporação das quotas do engenho do sr. Antonio Rodrigues da Cunha à Usina Pedrão, e do engenho do sr. Amaro Gonçalves de Mesquita à Usina Boa Vista.

12.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio, J. I. Monteiro de Barros, Moacir S. Pereira, Alvaro Simões Lopes, Tarcisio d'Almeida Miranda e Otavio Milanez.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Estimativa da safra de Pernambuco — E' lido um telegrama da Delegacia Regional de Pernambuco, dando informações sobre a situação da safra naquele Estado.

Financiamento — E' aprovada uma proposta da Delegacia Regional de Pernambuco, no sentido de ser elevada para 100.000 sacos, por semana, a retirada de açucar de retrovenda destinada aos mercados internos.

"Semana do Transporte" — E' concedido um auxilio de 5:000$000 e 10.000 litros de alcool carburante para realização da "Semana do Transporte", no Recife.

Financiamento de entre-safra — Lida uma proposta do sr. Moacir Soares Pereira sobre o financiamento da entre-safra aos banguezeiros de Alagoas, toma-se, a respeito, a seguinte resolução:

1.º — Autorizar, desde já, a abertura de um crédito de Rs. 1.000:000$000, afim de atender à realização da operação de financiamento de entre-safra à Cooperativa Agrícola dos Banguezeiros e

Plantadores de Cana de Alagoas, para utilização da importancia creditada, à medida da realização dos empréstimos aos seus associados;

2.º — O Instituto concede a redução das taxas de juros deste empréstimo, de 4 1/2% para 3% ao ano, nas condições que lhe faculta o art. 53, do Decreto-Lei n.º 1.831;

3.º — A redução da taxa de juros obrigará a Cooperativa a uma redução, pelo menos, equivalente, nos juros a cobrar de seus associados sobre empréstimos que lhes proporcionar.

Inscrição de fábrica de aguardente — De acordo com os fundamentos do parecer da Secção de Estudos Econômicos, é indeferido o requerimento do sr. Manuel Gomes da Silva, pedindo inscrição de uma fábrica de aguardente no municipo de Campos.

Transferencia de engenho — Considera-se prejudicado o pedido de transferencia do Engenho Santa Brígida para a firma Nicolla de Cillo & Irmão.

Aproveitamento de materia prima — E' autorizada a moagem das canas do Engenho Bom Conselho, Alagoas, na Usina Conceição do Peixe, na proporção real das canas fornecidas e a fornecer, mediante transferencia provisoria da quota de 2.973 sacos do Engenho (menos os 200 sacos de produção propria), e até o máximo da intercorrencia do saldo da quota, circunscrita a concessão expressamente, à presente safra de 1940-941.

Transferencia parcial de quota — E' aprovado um parecer da Secção Jurídica para o efeito de não se conceder a transferencia de 1.000 sacos da quota do engenho Providencia, Alagoas, para o Engenho Riacho do Imburí.

Usina Altamira — E' aprovada a transferencia das quotas dos engenhos Gia, Caimbé e Cajueiro, num total de 597 sacos, ao limite da usina Altamira, Baía, ratificadas as exigencias do parecer da Secção Jurídica.

Usina Boa Vista — Com redução de um terço, é aprovada a transferencia da quota do engenho de propriedade de Roque Xiles Teixeira ao limite da Usina Boa Vista, Minas Gerais.

Usina Costa Pinto — Com a redução de um terço, é aprovada a transferencia das quotas dos engenhos de propriedade de Filipe Crema & Filho e Luiz Degaspari & Irmãos ao limite da Usina Costa Pinto, São Paulo.

13.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio, J. I. Monteiro de Barros, Moacir Soares Pereira, Otavio Milanez e Alvaro Simões Lopes.

Substituição e assentamento de maquinario — E' indeferido o requerimento em que a firma J. Santiago & Cia. solicitou autorização para instalar num engenho de sua propriedade uma turbina e substituir um aparelho Weste por um vacuo.

Usina Três Bocas — E' deferido o pedido de majoração de 20% da quota da Usina Três Bocas, por se tratar de transformação de Engenho em Usina, e por não ter havido majoração nas quotas desse engenho.

Autos de apreensão — Considera-se insubsistente o auto de apreensão lavrado contra a Usina Bom Retiro sobre 890 sacos de açucar, na safra 1935-36.

— Idêntica resolução é adotada com relação ao auto lavrado contra a mesma usina sobre 2.042 sacos.

— De acordo com o parecer da Secção Jurídica, resolve-se enviar para São Paulo, afim de que tenha o seu curso legal o processo relativo ao auto de apreensão lavrado contra a Usina Santa Clara.

14.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otavio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes, Moacir Soares Pereira e Alde Sampaio.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Tanque n.º 3 no Brum — E' lido um telegrama da Delegacia Regional do Recife, comunicando ter sido inaugurado o serviço do tanque n.º 3, no Brum.

Exportação para o Uruguai — E' lido um telegrama do embaiaxdor Batista Luzardo, congratulando-se por ter o Instituto conseguido que se realizem os embarques de açucar para o Uruguai em navios do Lloyd Brasileiro.

Cooperativa dos Banguezeiros de Alagoas — E' lido um telegrama da Cooperativa dos Banguezeiros de Alagoas, agradecendo a realização do empréstimo de mil contos de réis, destinado a atender ao financiamento de entre-safra dos banguezeiros e plantadores de cana do Estado. A Cooperativa comunica ainda que reduzirá a taxa de juros dos empréstimos feitos aos seus associados à mesma taxa que à Cooperativa fixou o Instituto.

Pagamento de taxa em dobro — De acordo com o parecer da Gerencia, é deferido o requerimento do proprietario da Usina Três Barras, para o fim de se lhe conceder o prazo de seis meses para pagamento da taxa em dobro sobre 231 sacos de açucar, sonegados nas safras 1938-39 e 1939-40.

Exportação de açucar mascavo — E' indeferido o pedido do sr. Carlos Moura, no sentido de lhe ser concedida uma bonificação de 1$500 por saco, correspondente à taxa de defesa, sobre o açucar mascavo exportado pelo mesmo para o exterior.

Sonegação de taxa — E' aprovado o parecer da Gerencia no processo de interesse da Usina Monte Alegre, permitindo-se que a referida fábrica recolha, independente de autuação, as importancias relativas às taxas de defesa sobre 381 sacos de açucar da safra 1940-41, que haviam sido sonegadas.

Pagamento de bonificações — Em face do parecer da Gerencia, é autorizado o pagamento à Usina São José da importancia de 44:757$000, correspondente a 1$000 por saco sobre a quota de excesso de materia prima que lhe fixou o Instituto.

E' tambem autorizado o pagamento da bonificação de 22:758$000 à Usina Santa Cruz.

— Na forma do parecer da Gerencia, é autorizado o pagamento à Usina Quissamã do reajustamento do preço e da bonificação do açucar entregue à Distilaria de Martins Lage, no valor de Rs. 83:300$000, indeferindo-se o pedido de pagamento de qualquer bonificação sobre os 9.773 sa-

cos de açucar, convertidos em alcool na distilaria da propria Usina.

Inscrição de engenho — E' aprovada a inscrição do engenho de propriedade de José Martins dos Santos, dependendo a fixação da quota do mesmo do parecer a ser dado pela Gerencia.

Transferencia de quotas — E' autorizada a transferencia da quota integral da Usina São José ao limite da Usina Pedras, ratificadas as exigencias do parecer da Secção Jurídica.

— Com redução de um terço, é autorizada a transferencia da quota do Engenho "Estevinha" ao limite da Usina Costa Pinto.

— Nas mesmas condições, é autorizada a transferencia da quota do Engenho Retiro para a Usina Curangí.

15.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio, Tarcisio d'Almeida Miranda, Moacir Soares Pereira, Alvaro Simões Lopes, J. I. Monteiro de Baros e Otavio Milanez.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Financiamento de açucar banguê — E' lido um telegrama do sr. Helio Coutinho, diretor da Cooperativa dos Banguezeiros de Pernambuco, comunicando ter sido paga, por conta do débito da Cooperativa, a importancia de Rs. 661:210$000.

Cancelamento de opção de compra de açucar — Devendo ocorrer a 23 de outubro vindouro o vencimento do prazo da opção de compra de açucar, concedida pelo Instituto à Remolacheras y Azucareras del Uruguay S/A, por contrato epistolar de 23-10-939, propõe a Gerencia seja cancelada a referida opção, ao expirar o respectivo prazo. Indicando o contrato que a sua denuncia deverá ser avisada com antecedencia de seis meses, impõe-se a realização dessa providencia, sem mais demora. O sr. Presidente expõe à Casa que ao Instituto interessa a denuncia do contrato, conforme proposta da Gerencia, uma vez que já dispõe, em Montevidéu, de delegado proprio para tratar das vendas de açucar brasileiro no Uruguai. A Comissão Executiva aprova a proposta de denuncia do contrato de opção, em apreço, autorizando o sr. presidente a tomar, a respeito, as devidas providencias.

Usina Santa Clara — De acordo com o parecer da Gerencia, é aprovada a imposição à Usina Santa Clara das penalidade constantes do referido parecer, resolvendo-se ainda que seja arquivado o processo relativo à saida de 191 sacos de açucar.

Engenho Cambuí — E' indeferido o pedido do sr. Francisco Fontes da Silva Lima, para produzir mel no engenho Cambuí, destinado à fabricação de aguardente, determinando-se outrossim que sejam tomadas as providencias necessarias no sentido da desmontagem dos aparelhos e paralização definitiva das atividades do engenho questionado.

Revisão de limite — E' deferido o requerimento do sr. Antonio Brandão de Rezende e retificada a quota do Engenho Paraiso, de propriedade do mesmo, a qual é fixada em 667 sacos anuais.

Incorporação de quotas — Com redução de um terço e ratificadas as exigencias do parecer da Secção Jurídica, é aprovada a incorporação da quota do Engenho Flor da Serra ao limite da usina Oricurí.

— Idêntica resolução é tomada em relação ao pedido de incorporação da quota do engenho do sr. Antonio Mucci Daniel ao limite da Usina Ana Florencia.

—E' tambem aprovada a utilização do saldo da quota da Usina Regalia (3.000 sacos) ao limite da Usina Cucaú.

16.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio, Tarcisio d'Almeida Miranda, Moacir Soares Pereira, Otavio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Vagões Tanques — O sr. Presidente comunica à Casa que se está realizando a entrega dos vagões tanques, para alcool e melaço, encomendados pelo Instituto à Cia. Geral de Material Rodante, no Rio de Janeiro, e Cia. Sorocabana de Material Ferroviario, em São Paulo. Referem-se ainda aos entendimentos entre o I.A.A. e o sr. Alberto Clulow para aquisição de um navio tanque, bem assim a uma proposta que recebeu para transporte de alcool anidro e outros carburantes, pelo prazo de cinco anos.

Distilaria Central do Estado do Rio — São aprovadas as medidas tomadas para imediato funcionamento da distilaria de Martins Lage.

Açucar velho — telquel — De acordo com a sugestão da Gerencia, autoriza-se a vender para mercados exteriores, desde que se possa apurar um preço mínimo de 11$000 por saco, em terra, o açucar cristal extra-limite da safra passada de Pernambuco.

Devolução de caução — E' autorizada a devolução da caução depositada pela Empresa de Construções Gerais Limitada, relativa às obras da distilaria de Ponte Nova.

Usina Tanguá — E' deferido o requerimento da Empresa Agrícola e Industrial Fluminense, para o fim de poder a mesma converter em alcool, na distilaria da Usina Tanguá, o volume de açucar extra-limite, que se encontra molhado e deteriorado, nos depósitos da mencionada Usina.

Distilaria de Ponte Nova — E' aprovado o parecer da Secção Técnica, de 3-4-941, relativo à construção dos aparelhos das secções de distilação e fermentação da Distilaria de Ponte Nova, segundo a proposta n.º 6.809, de 16-8-940, de Skoda Brasileira S.A.

Auto de infração — E' considerado insubsistente o auto de apreensão de 12.369 sacos de açucar de produção extra-limite da Usina Itaquerê.

Usina Central — E' deferido o requerimento do sr. Manuel dos Santos Silva, para efeito de se permitir a transformação em alcool de 124 sacos de açucar das Usinas São João e Paraiso na Usina Central, mediante restituição das taxas e sobre-taxas pagas, mas sem compensação por liberação de açucar extra-limite correspondente da safra 1940-1941.

Engenho Pedra Lisa — Com relação ao processo de interesse do engenho Pedra Lisa, toma-

UM ITALIANO SENHOR DE ENGENHO

Francisco Pettinati

"Não seria demais deduzir que a cana de açucar tenha sido introduzida no Brasil por genoveses. E' lícito afirmar que seus introdutores foram os Adorno — um dos quais ficou na Historia do Brasil, como bandeirante, e cujos descendentes ainda vivem em Pirassununga, segundo me informa o dr. Fernando Costa, ministro da Agricultura. Nas suas "Memorias Históricas e Políticas da Provincia da Baía", refere o austero Acioli que, ao passar pela Baía em 1531, a esquadra de Martim Afonso de Sousa — que, em tal data, só podia ter passado para o sul, onde andou perdida por muito tempo — seus capelães casaram uma filha de Diogo Alvares e de Catarina, ou seja de Caramurú e Paraguassú, com Paulo Adorno, "fidalgo genovês", que já estivera em São Vicente, onde praticara um assassinato. Nem seria razoavel que, fugindo à justiça, Paulo Adorno se refugiasse na esquadra do exator máximo, Martim Afonso, subindo com ele para o norte. E', portanto, provavel que os Adorno já estivessem no Brasil antes da chegada de Martim Afonso. Ora, sendo os genoveses os maiores entendidos em açucar, e sabendo-se que os Adorno o fabricavam na Madeira, poder-se-ia inferir que, mudando-se para o Brasil, houvessem trazido consigo a sua industria. Alem disso, em 1526 — ano das primeiras exportações de açucar brasileiro — só havia no Brasil uma colonização, a de Cristóvão Jaques. Teriam vindo com ele os Adorno".

Assim escreve Luiz Amaral na sua monumental "Historia Geral da Agricultura Brasileira". Os futuros colonizadores do Brasil, Giuseppe, Francesco e Páolo, emigrados em virtude dos acontecimentos políticos que culminaram com a fuga do último doge Antonioto Adorno, perseguido por Andréia Doria, acompanharam a Lisboa um seu tio, ilustre e culto prelado pertencente à Companhia de Jesus. Acolhidos cordialmente, não somente pela colonia italiana alí domiciliada, como tambem pelos círculos da Côrte, os irmãos Adorno, principalmente Giuseppe, que pôde logo fazer ressaltar os seus dotes não comuns de financeiro e de organizador, conseguiram logo formar um ambiente dos mais simpáticos.

Tornando-se amigos dos filhos de Bartolomeu Marchionni, Giuseppe Adorno foi empregado dos célebres armadores, a principio, como inspetor dos navios e depois como diretor de uma grande feitoria que os mesmos possuiam na ilha da Madeira, onde continuando as tradições de Malfante e de Centurione, haviam iniciado sobre vasta escala a cultura da cana de açucar e completado, depois, a instalação de numerosos engenhos. A industria do açucar, era, naquela época, graças à atividade da marinha portuguesa, uma das principais fontes da economia do país.

Mas aos Marchionni e aos socios lusitanos não passava despercebida a importancia das novas terras sobre as quais Cabral e Vespucio haviam hasteado a bandeira portuguesa. Através de seus navios e dos seus homens

---

se a seguinte resolução: 1.° — Fixar em 690 sacos de açucar, por safra, o limite do Engenho Pedra Lisa, de José Martins dos Santos; 2.° — não considerar o pedido de majoração de 20% da quota fixada, a menos que o interessado faça prova real da capacidade de moendas do Engenho, na época e nas condições previstas na Resolução de 20-3-934, da Comissão Executiva do I.A.A.

Incorporação de quotas — Ratificadas as exigencias do parecer da Secção Jurídica e com redução de um terço, é aprovada a incorporação das quotas dos engenhos de João Davino e Artur Fragoso de Melo ao limite da Usina Conceição do Peixe.

— Nas mesmas condições, é aprovada a incorporação da quota do engenho de Antonio Faustino dos Santos ao limite da Usina Ouricurí; das quotas dos engenhos de Miguel de Vasconcelos Neto e Crispim de Oliveira Rocha ao limite da Usina Uruba; dos engenhos de Francisco Fontes da Silva Lima e Everaldino de Oliveira Brito ao limite da Usina Cinco Rios; do engenho de Antonio Gonçalves Vieira ao limite da Usina Tanguá; do engenho de Augusto Pinto de Rezende ao limite da Usina Paredão.

— E' tambem aprovada a incorporação da quota integral do engenho de Francisco Alves Cintra ao limite da Usina Costa Pinto.

— Ratificadas as exigencias do parecer da Secção Jurídica, é aprovada a transferencia da quota integral do engenho de Joaquim Moreira Filho ao limite do Engenho Bititinga, Alagoas.

tinham estabelecido com o Brasil fecundos contactos, cujos eloquentes resultados confirmavam as suas ousadas previsões. "Naquelas terras — vinham de há muito afirmando — teremos o que a India não nos pode dar". Por todos os meios e em todas as circunstancias, procuraram fazer chegar até a Côrte o seu modo de ver com relação ao Brasil, sustentando com afinco a corrente que se formara na Côrte para induzir o monarca a seguir uma política diferente.

Segundo um cronista do tempo, Giuseppe Adorno, diferentemente dos irmãos, era de estatura alta, olhar penetrante, palavra facil e atividade incessante. Conhecedor dos clássicos e muito versado nos estudos de latim, foi durante longos anos o companheiro predileto de Anchieta e de Nóbrega, com os quais passava dias inteiros, lendo os poemas latinos, os escritos de S. Tomaz de Aquino e o poema dantesco.

Anchieta, na sua carta histórica ao superior da Ordem da Companhia de Jesus, D. Diogo de Laynes, escrita a 8 de janeiro de 1569, refere-se com viva admiração ao nobre genovês, de quem acentúa a ótima cultura humanística e a retidão do carater. Na casa de Giuseppe Adorno, construida nas proximidades do atual morro do Fontana, reuniam-se de preferencia os intelectuais e os missionarios da aldeia vicentina, realizavam-se leituras e comentarios, constituindo enfim, um verdadeiro e autêntico cenáculo. O primeiro volume da "Divina Comedia" foi trazido ao novo continente, com toda probabilidade, por Giuseppe Adorno. Evocando São Paulo de fins do século XVI, Batista Pereira fala das principais familias do tempo, e traça a figura de Dona Suzana Rodrigues, que guardava como tesouro inestimavel "o livro de um certo italiano que descera ao inferno Dona Suzana ocultava a todo mundo esse Códice exquisito, que tambem falava do paraiso, de medo que a noticia chegasse aos ouvidos dos padres que lho podiam levar a mal".

Na sua permanencia na Madeira, os irmãos Adorno tinham adquirido largo conhecimento da cultura da cana de açucar, à qual dedicaram todos os seus esforços mal desembarcaram em S. Vicente.

O mais jovem dos irmãos, Paulo, diferentemente de Giuseppe e de Francesco era de carater violento e irrequieto, não consequindo nunca ambientar-se. Envolvido em doloroso drama, do qual jamais se conheceram as verdadeiras causas, mas entre as quais não são de excluir-se os movimentos em favor de Cosme Fernandes, injustamente perseguido pelo Governo da Metrópole e obrigado a afastar-se violentamente de São Vicente, Paulo Adorno, após haver cometido um homicidio, dirigiu-se para as regiões do norte, numa pequena embarcação, desembarcando na Baía, onde desposou a filha de Caramurú e Paraguassú, realizando assim o primeiro cruzamento de sangue italiano com sangue indio-português e dando inicio a um dos mais nobres troncos baianos, difusamente descritos por Jaboatão. Um dos filhos ou netos de Paulo Adorno, tambem chamado Paulo, é lembrado pelos historiadores como um dos mais intrépidos comandantes das bandeiras, que entravam no coração do sertão septentrional. A bandeira de Paulo Adorno conseguiu penetrar numa profundidade até então nunca atingida, voltando com cerca de 7.000 indios capturados em uma importante colheita de minerais e pedras preciosas.

Francesco Adorno viveu ao lado de seu irmão Giuseppe até 1.572, época em que, riquíssimo, se retirou para Portugal, onde acabou tranquilamente os seus dias.

Giuseppe ficou fiel à Patria de adoção e depois de ter iniciado de fato a fundação de Santos, em companhia de Braz Cubas, Domingos Pires e Pascoal Fernandes, desenvolveu de maneira impressionante a industria açucareira, tornando-se uma das mais conspicuas figuras financeiras da nova cidade e um dos pioneiros principais do "ciclo do açucar", que foi a base fundamental da economia agrícola da nova colonia.

Casando-se com uma nobre dama portuguesa, Dona Catarina Monteiro, de cujo consorcio houve quatro filhas, Giuseppe Adorno era por volta de 45 a 50 o mais rico habitante de Santos e São Vicente, e as suas terras — as mais vastas e mais bem cultivadas, segundo afirmação de Simão de Vasconcelos — reuniam o maior número de escravos.

A sua longa e avisada obra de colonizador, a confiança no futuro do país, em que aplicava todos os seus lucros, alargando cada vez mais a esfera das suas industrias e das suas culturas — os Matarazzo, os Crespi, os Morganti deviam imitá-lo séculos depois — davam-lhe direito às honras de cidadão benemérito de Santos. Nada, parém, se fez para honrar a sua memoria e premiar os copiosos e benéficos frutos da sua obra, sendo perfeitamente justificado o movimento de reivin-

dicação a cuja frente se colocou o jovem escritor Francisco Martins dos Santos, que apontamos à gratidão dos italianos, pela obra altamente benemérita que vem desenvolvendo em favor das reivindicações dos ilustres pioneiros. Francisco Martins dos Santos foi-me guia precioso na investigação de documentos de cujo exame é possivel ter-se uma idéia precisa sobre a complexa atividade desenvolvida pelos três genoveses, especialmente Giuseppe, o maior, autêntico tipo de pioneiro, ousado e incansavel, mas lembrado como figura secundaria por algum historiador ou, como na maioria dos casos, completamente esquecido !

Contra o inexplicavel silencio que perdura em torno dos Adorno insurgiu-se recentemente Martins dos Santos, por ocasião da comemoração do centenario de Ubatuba. Numa carta que reproduzimos integralmente, por delicada deferencia, carta dirigida ao conhecido escritor Plinio Airosa, Martins dos Santos enfrenta resolutamente a questão, o que faz prever que para o futuro outra será a atitude dos cultores dos estudos históricos em relação à familia Adorno.

"Santos, 17 de novembro de 1937.

Respeitavel amigo Plinio Airosa.

Acompanhei cá de longe, do meu canto, as comemorações feitas em torno do 3º centenario de Ubatuba, e vi com satisfação que o distinto Mestre foi feito presidente da Comissão Oficial representando o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Duas coisas, entretanto, notei entre tais comemorações que intimamente me desgostaram (quase levando-me a escrever algumas linhas para o jornal daí) e foram elas :

O fato de não aproveitarmos a ocasião para restaurar o primitivo nome da praia histórica — Iperoig — por meio de uma placa que o contivesse e ensinasse a sua conservação aos locais, e o esquecimento em que deixaram o nome veneravel de José Adorno, o fidalgo genovês e o "genovês" de alcunha, que à sua custa, com seus barcos e com o risco voluntario de sua vida, conduziu os dois jesuitas imortais ao ambiente exaltado dos antropófagos confederados para realização do armisticio de Iperoig.

Como há de reconhecer, para quem escreve a historia da terra mais com o coração do que com os dedos, mais com a alma que com o cérebro, isso é um símbolo, não deve ser riscado — José Adorno é um monumento, não pode ser derrubado ou siquer esquecido.

Adorno para mim cumpriu, naquela ocasião, um apostolado real a que não estava obrigado como homem do mundo, como comerciante e industrial e todos os historiadores sabem que o perigo de vida para o civilizado que costeasse as nossas praias naqueles tempos começava desde a Bertioga, apertava em Boracea, avultava em Maembique (São Sebastião), e desenganava inteiramente da volta em Caraguatuba, e tal circunstancia não pode deixar de abranger em grande forma o vulto de José Adorno (sob o testemunho de Anchieta), nos merecimentos do grande feito do naraino e do português, conquistados no local onde mais tarde se levantaria Ubatuba.

Mas "delenda Adornos" parece ser a preocupação dos historiadores contemporaneos. Os nobres genoveses de tão larga atuação na primeira colonização do Brasil, parecem estar condenados pelo bem que nos fizeram, e José Adorno, com especialidade, se foi esquecido por sua participação na fundação da cidade de Santos, e na fundação da cidade do Rio de Janeiro, com mais razão deveria ser esquecido por seu papel no armisticio de Iperoig, que salvou, por assim dizer, a grande obra portuguesa no Brasil de 1562 a 1563.

Infelizmente, meu caro dr. Plinio, historia vem sendo um divertimento de prosadores em ferias, e não a ciencia, a matemática, o apostolado que deveria ser, e eu quase descreio de sua respeitabilidade em nossa terra.

Não leve a mal este arroubo, é um desabafo que nem sempre se tem a quem fazer.

Sempre seu servidor e amigo—(a.) **Francisco Martins dos Santos".**

* * *

As pesquisas orientadas por Martins dos Santos e o exame severo de documentações inéditas nos arquivos da Câmara Municipal de Santos, de São Vicente e de São Paulo, nas Bibliotecas e nos Arquivos históricos, permitiram estabelecer que Pascoal Fernandes e o "Genovês" eram duas pessoas distintas. O "Genovês" citado pelos cronistas como um dos fundadores principais da vila de Santos era Giuseppe Adorno. Escreve o citado historiador :

"De fato, Pascoal Fernandes e Domingos Pires foram, como Braz Cubas, Luiz de Góes, José e Francisco Adorno e Mestre Bartolo-

meu Fernandes, os primeiros homens que se instalaram na terra onde se fez a cidade de Santos".

E mais adiante :

"Quanto ao sobrenome "Genovês", que frei Gaspar e todos os outros que têm tratado dos primeiros sesmarios acrescentam que é Pascoal Fernandes, refere-se a José Adorno chamado O GENOVÊS por sua origem, companheiro de Pascoal Fernandes e Domingos Pires na primeira exploração do local, como é facil de supor. Ainda hoje, quando alguem monta um engenho, e esta foi sempre a organização dos Engenhos, estabelece um trato com os vizinhos para a moagem da sua produção, ficando o proprietario com uma percentagem do açucar ou alcool obtidos, que varia ou variou sempre entre 40 a 50 por cento.

Sabendo que José Adorno fundou junto às terras de Pascoal Fernandes o grande engenho de São João, facil é admitir a referida sociedade, a exemplo, aliás, do que fez em 1534 o proprio Martim Afonso com João Verniste, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves, determinando que as canas necessarias à alimentação do Engenho situado na atual região do Matadouro fossem fornecidas pelas roças de Rui Pinto, que ficavam para os lados do Cubatão.

Pascoal Fernandes, como se vê em varios sesmarios e papeis da época, sempre teve apenas estes dois nomes, e José Adorno, personagem principal da colonização, ficou confundido desta forma dentro do proprio nome do companheiro, e pela simples razão de o chamarem sempre com a determinação de origem — o "Genovês" — como acontecera há anos com o bacharel, de quem já tratamos, chamado pelo título".

Baseado, pois, em documentos inatacaveis, Martins dos Santos, não só afasta definitivamente o confusionismo que se criara entre Adorno e Fernandes, em prejuizo do primeiro, mas ao reconstruir minuciosamente os primeiros passos de Santos, coloca em sua verdadeira luz Giuseppe Adorno, considerando-o francamente o — "personagem principal da colonização e um dos principais fundadores da cidade".

A máscula figura do fidalgo genovês dominou por mais de meio século a vida de São Vicente e de Santos e, consequentemente, de Santo André da Borda do Campo, São Paulo de Piratininga e do Rio de Janeiro.

Não houve episodio de certa importancia em que ele não aparecesse, ora como colaborador, ora como protagonista, desde a chegada do primeiro donatario até às investidas dos corsarios ingleses. A fundação do Engenho de São João, seguindo rigorosamente a técnica dos moageiros genoveses e o criterio da plantação intensiva dos canaviais e organização das primeiras olarias, são exclusivas obras da sua perseverança, inteligencia e boa vontade. O indígena encaminhado com amor e paciencia aos trabalhos agrícolas regulares, e mais tarde aproveitado com êxito na construção dos primeiros casebres que surgiram na vila de Santos, enquanto as incursões dos outros indígenas rebeldes se tornavam mais frequentes e perigosas a ponto de desanimar a maioria dos europeus, foi em grande parte uma conquista de Giuseppe Adorno. A construção da primeira capela ao lado do hospital erigido por Braz Cubas e, em seguida, a iniciativa da construção do primeiro templo digno desse nome, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, no coração da vila, foram frutos da sua atividade incessante. Quando chegaram os primeiros representantes da Companhia de Jesus, cuja obra monumental constitue um dos capítulos mais gloriosos da formação do Brasil, os trabalhos de aproximação e educação dos indios haviam dado bom resultado graças ao espírito altruista de Giuseppe Adorno. Anchieta e Nóbrega nunca deixaram de reconhecê-lo embora os historiadores, com raras exceções, persistam ainda em querer ignorá-lo.

Embora a documentação conhecida não se refira às relações entre Giuseppe Adorno e João Ramalho, não é de excluir-se que entre os dois pioneiros existisse uma amizade íntima e fecunda, fruto de solidariedade nas lutas e nos interesses comuns. O povoador português, patriarca da colonização e primeiro sertanista, viveu muitos anos em assíduo contacto com o povo de São Vicente e da vila de Santos e teve vultosos interesses a defender em todo momento no pequeno porto rudimentar. A aproximação dos dois foi coisa inevitavel mas, juntos, que pensaram e projetaram ? Que realizaram ? Teria o genovês deixado de subir a serra para uma natural expansão do seu comercio, ou pela simples curiosidade de ver o que se estava realizando no planalto ? Um espírito empreendedor, inquieto, vulcânico como Giuseppe Adorno não podia restringir a sua atividade ao plantio da cana, ao comercio de açucar e aos lentos negocios marítimos que o ancora-

douro de São Vicente começava a oferecer. Com toda a certeza Giuseppe Adorno manteve relações estreitas com João Ramalho e seus descendentes e deve ter tido — é fatal — a sua parte, infelizmente desconhecida, na fundação e desenvolvimento de São Paulo, como teve-a na fundação do Rio de Janeiro. Anchieta, mais de uma vez, nas suas cartas refere-se, como dissemos, a Giuseppe Adorno, enaltecendo-lhe os "magníficos sentimentos cristãos", a nobreza do carater, a coragem e o espírito empreendedor. E' o mesmo Anchieta quem afirma que se não foram a iniciativa e os meios de que dispunha Giuseppe Adorno, não teria sido possivel a expedição às praias de Iperoig para conclusão do famoso armisticio que permitiu evitar a destruição da obra colonizadora iniciada por Martim Afonso. Os dois gigantes dessa obra, os jesuitas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, conseguiram através de esforços inauditos convencer os guerreiros indígenas, que todos os recantos, influenciados pelos franceses instalados na Guanabara, se haviam concentrado para investir contra as vilas de Santos e São Vicente, com o propósito de tudo arrazar. Os detalhes desse feito importantíssimo, os perigos tremendos aos quais se expuseram todos os componentes da minúscula e arrojada expedição, mas principalmente os dois jesuitas que estiveram inúmeras vezes na iminencia de serem sacrificados pelos selvagens, todo o trabalho, enfim, penoso e exaustivo desenvolvido para impedir o massacre do já florescente nucleo colonizador da Capitania de São Vicente, constitue uma das páginas mais empolgantes da primeira fase do Brasil colonial. Não se pode pois, esquecer ou diminuir a contribuição poderosa de Giuseppe Adorno, o "cristão de sentimentos nobres e de virtudes plenas", que atendendo ao apelo dos dois missionarios mobilizou o pessoal do seu engenho e da sua olaria, os mestres carpinteiros dos rudimentares estaleiros da ponta da praia, preparando e armando em poucos dias o bergantim que numa viagem fatigante, através de tempestades violentíssimas, aproximou-se da praia onde os Tamoios haviam improvisado seu quartel general.

Não foi menos importante, o papel desempenhado pelo fidalgo genovês, pouco depois, por ocasião das investidas contra os franceses na Guanabara. Nesta última ocasião, — conclue Martins dos Santos — solicitado o seu concurso por Estacio de Sá, José Adorno reuniu um numeroso exército de santistas e vicentinos, indios e portugueses, quase armados à sua custa e, entregando-os ao comando do feitor do seu engenho, o valente e famoso Eleodoro Eobano, fazendo-os acompanhar pelo padre Manuel da Nóbrega, provincial jesuita, Anchieta e Pedro Martins Namorado, juiz da vila de Santos, seguiu com eles em bergantins e canoas de guerra para a Guanabara distante, onde fez o triunfo de Estacio de Sá, expulsando os huguenotes e realizando por fim a fundação da atual capital do Brasil, como se vê de uma das cartas de Anchieta, e em Simão de Vasconcelos, na "Crônica da Companhia de Jesus", e na "Vida do padre Anchieta".

O açucar utilizado na alimentação é totalmente aproveitado pelo organismo sem deixar resíduos ou cinzas como acontece com as substancias graxas e proteicas, e não produz fadiga organica pelo pouco trabalho que dá ao estomago a sua digestão. Dr. Adrião Caminha Filho.

PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO, ESTOQUES E PREÇOS

Secção de Estatística — I.A.A.

Safra de 1940 - 1941, em confronto com as anteriores.

TOTAL DOS TIPOS DE AÇUCARES DE USINAS
Unidade : Saco de 60 quilos

Abril

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final	Preço m/ no D. Federal — Cristal s/60 ks.	Preço m/ no D. Federal — Refinado p/quilo
Abril de 1941	4.830.449	299.747	—	—	1.139.818	3.990.378	N/	1$100
Abril de 1940	3.854.463	677.759	—	420.593	1.113.558	2.998.071	N/	1$100
Abril de 1939	3.163.431	257.366	—	50.800	1.003.218	2.366.779	56$500	1$100
Abril de 1938	3.484.915	50.075	—	20	725.903	2.809.067	55$500	1$100
JUNHO/ABRIL								
1940/41	2.139.629	13.425.290	—	176.979	11.397.562	3.990.378	—	—
1939/40	1.490.848	14.078.461	—	988.504	11.582.734	2.998.071	—	—
1938/39	1.589.395	12.472.067	—	776.320	10.918.363	2.366.779	—	—
1937/38	1.681.811	10.879.986	—	1.562	9.751.168	2.809.067	—	—

PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES

TOTAL DE TODOS OS TIPOS DE AÇUCARES DE USINAS E ENGENHOS

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final
Abril de 1941	5.088.167	589.144	—	400	1.489.629	4.187.282
Abril de 1940	3.986.965	768.794	—	420.843	1.195.526	3.139.390
Abril de 1939	3.302.938	296.561	—	50.800	1.031.762	2.516.937
Abril de 1938	3.569.366	83.713	—	520	775.471	2.877.088
JUNHO/ABRIL						
1940/41	2.256.585	19.649.391	—	177.829	17.540.865	4.187.282
1939/40	1.600.537	19.304.174	—	1.011.532	16.753.789	3.139.390
1938/39	1.628.851	18.108.962	—	779.486	16.441.390	2.516.937
1937/38	1.764.335	16.692.483	—	5.462	15.574.268	2.877.088

NOTA : — Consumo — refere-se a saídas para consumo.
Preços — referem-se ao último dia do mês.
Refinado — refere-se ao gênero de 1.ª qualidade no varejo.

PRODUÇÃO TOTAL DE AÇUCAR E ALCOOL

(Usinas e Engenhos)
MOVIMENTO DA SAFRA DE 1940/41
(POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL)

Instituto do Açucar e do Alcool | **Secção de Estatística**

ESTADOS	A Ç U C A R (sacos 60 quilos)				ALCOOL (Litros)
	Produção autorizada	Estimativa	Total das Usinas	Total das Usinas e Engenhos	
Acre	7.738	10.000	—	8.745	—
Amazonas	8.404	8.000	—	6.881	—
Pará	28.878	64.000	5.811	54.448	7.561
Maranhão	56.496	70.000	4.423	81.873	—
Piauí	53.161	52.500	2.150	90.317	—
Ceará	320.397	320.000	15.820	513.728	—
Rio Grande do Norte	165.389	220.000	40.054	212.092	—
Paraíba	530.165	600.000	257.927	576.081	439.274
Pernambuco	5.361.213	6.200.000	4.636.579	5.285.529	30.661.116
Alagoas	1.940.306	2.300.000	1.415.377	1.920.761	5.810.337
Sergipe	789.575	960.000	837.688	873.703	271.177
Baía	1.213.366	1.450.000	710.355	1.362.492	55.630
Espírito Santo	81.226	160.000	50.000	128.739	350.193
Rio de Janeiro	2.131.991	2.750.000	2.497.733	2.638.913	26.540.243
Distrito Federal	—	—	—	—	—
São Paulo	2.302.217	3.080.000	2.330.194	2.725.099	34.163.083
Paraná	12.942	15.000	—	15.089	—
Santa Catarina	335.795	340.000	60.103	379.685	313.249
Rio Grande do Sul	13.635	30.000	—	35.108	—
Minas Gerais	2.075.516	2.750.000	534.448	2.544.663	3.047.735
Goiaz	88.776	135.000	985	159.889	—
Mato Grosso	33.715	37.000	25.643	32.556	205.592
TOTAL	17.550.901	21.551.500	13.425.290	19.649.391	101.865.190

ESTOQUES DE AÇUCAR NOS ESTADOS

Secção de Estatistica — I.A.A.
Ano de 1941

Unidade: Saco de 60 quilos

Posição em 30 de abril

ESTADOS	Gran-fina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	Total discriminado por localidade		
								Capitais	Usinas	Interior dos Estados
Rio G. do Norte	—	1.525	—	—	—	—	1.525	—	1.525	—
Paraíba	—	26.178	—	—	—	1.584	27.762	3.399	21.230	3.133
Pernambuco	98.743	1.568.211	144.121	—	3.360	114.527	1.928.962	1.615.128	203.834	110.000
Alagoas	2.710	191.340	158.724	—	98	62.517	415.389	299.700	115.689	—
Sergipe	—	305.340	11.858	—	11.505	—	328.703	243.555	22.959	62.189
Baía	—	217.514	—	—	—	846	218.360	171.934	46.426	—
Rio de Janeiro	—	227.267	108.540	—	—	—	335.807	2.340	333.467	—
D. Federal	—	59.068	—	—	—	3.430	62.498	62.498	—	—
São Paulo	—	612.493	—	16.000	—	14.000	642.493	220.000	393.559	28.934
Minas Gerais	—	175.301	4.863	—	13.961	—	194.125	14.300	179.825	—
Demais Estados	—	31.658	—	—	—	—	31.658	—	31.658	—
TOTAL	101.453	3.415.895	428.106	16.000	28.924	196.904	4.187.282	2.632.854	1.350.172	204.256

TOTAIS POR ESTADOS

EM IDENTICOS PERIODOS

ESTADOS	1939	1940	1941
Rio G. do Norte	5.361	14.132	1.525
Paraíba	37.037	111.440	27.762
Pernambuco	1.227.876	1.324.832	1.928.962
Alagoas	294.192	191.347	415.389
Sergipe	163.528	409.586	328.703
Baía	124.196	273.876	218.360
Rio de Janeiro	123.782	165.204	335.807
D. Federal	94.078	71.654	62.498
São Paulo	409.237	510.465	642.943
Minas Gerais	36.071	56.673	194.125
Goiaz	1.309	—	—
Demais Estados	—	10.181	31.658
TOTAL	2.516.937	3.139.390	4.187.282

COTAÇÕES

DURANTE O MES DE ABRIL

Instituto do Açucar e do Alcool

Secção de Estatística

PRAÇAS	1940			1941		
	Cristal	Demerara	Bruto	Cristal	Demerara	Bruto
João Pessoa	51$000 — 51$000	—	27$000 — 27$000	55$000 — 55$000	—	30$000 — 30$000
Recife	48$000 — 48$000	37$200 — 37$200	22$000 — 24$800	49$000 — 49$000	37$200 — 37$200	22$000 — 24$800
Maceió	47$000 — 47$000	41$000 — 41$000	18$800 — 22$000	47$000 — 47$000	40$000 — 40$000	16$400 — 22$400
Aracajú	44$000 — 45$000	—	18$000 — 18$000	37$000 — 40$000	—	18$000 — 18$000
Salvador	54$000 — 54$000	—	39$000 — 39$000	48$000 — 48$000	—	18$000 — 20$000
Campos	56$000 — 58$000	—	—	52$000 — 54$000	—	—
D. Federal	N/	50$000 — 51$000	37$000 — 39$000	N/	50$000 — 51$000	37$000 — 39$000
São Paulo	64$000 — 65$000	—	40$000 — 41$000	62$000 — 63$000	—	39$000 — 40$000
B. Horionte	66$000 — 66$000	—	—	67$000 — 67$000	—	—

MEDIAS MENSAIS

PRAÇAS	1940 Cristal	1940 Demerara	1940 Bruto	1941 Cristal	1941 Demerara	1941 Bruto
João Pessoa	51$000	—	27$000	55$000	—	30$000
Recife	48$000	37$200	23$400	49$000	37$200	23$400
Maceió	47$000	41$000	20$400	47$000	40$000	19$400
Aracajú	44$500	—	18$000	38$500	—	18$000
Salvador	54$000	—	39$000	48$000	—	18$148
Campos	56$600	—	—	53$611	—	—
D. Federal	N/	50$500	38$000	N/	50$500	38$000
São Paulo	64$500	—	40$500	62$500	—	39$500
B. Horizonte	66$000	—	—	67$000	—	—

ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Secção de Estatística

A CANA DE AÇUCAR COMO FORRAGEM

D. Bento Pickel

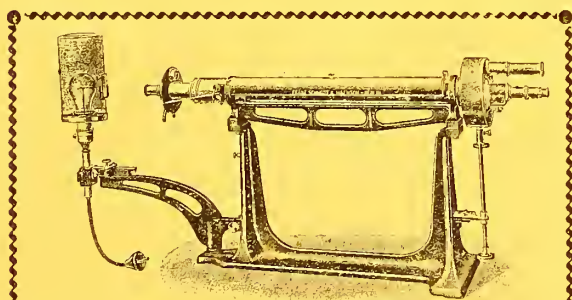
No Noroeste brasileiro as gramineas são as únicas forragens disponiveis durante a estação seca, se excetuarmos as forragens arbóreas, com que contam, nessa época, os criadores sertanejos. As poucas gramineas cultivadas para forragem são o capim de planta (Panicum barbinode Trin. conhecido tambem como Panicum numidianum Lam. e chamado pelos americanos "Pará-grass"), o capim catingueiro ou de cheiro (Melinis minutiflora Beauv.), o capim elefante (Pennisetum purpureum Schum.) e outras. Há tambem uma especie de cana forrageira, a Ubá ou cana Taquara e a Kassoer, que, pelos colmos finos e duros, não se presta bem para a industria açucareira sendo, por isso, cultivada, no Sul do País, para a alimentação do gado.

A cana de açucar, entretanto, planta-se unicamente para fins industriais, mas é certo que substitue com vantagem as outras gramineas. Na colheita da cana cortam-se as extremidades ou seja o ramilhete de folhas do topo (parte esta chamada no Nordeste de "bandeira" ou "olho"). O gado devora com avidez essas partes, porque são doces e nutritivas e, assim, constituem recurso precioso na falta de outra forragem. A colheita coincide justamente com o tempo seco, em que escasseiam as forragens e, como se prolonga por 6 a 8 meses consecutivos, há alimento abundante para o gado durante este período. As folhas de cana são, em muitas regiões, a única forragem que o gado tem e, no sertão, nem isto. Apesar disso, deixam desperdiçar-se ou perder-se a maior parte das palhas safrejadas que ficam no campo e são queimadas... Não seria melhor, aproveitar as "bandeiras" dando-as ao gado ou guardando-as em silos para utilização futura, uma vez que a a cana é boa forragem e a única abundante no tempo da estiagem ? !

E' verdade, que se abandonam as "bandeiras" no campo devido à falta de condução, pois, no período da colheita o transporte restringe-se necessariamente aos colmos ou canas e, tambem, não existem silos permanentes. Estes fatos, porem, não justificam o esbanjamento dessa preciosa forragem e a sinecura dos criadores. Com o progresso da zootequinia nordestina, hão de utilizar-se as canas integralmente, seja em estado fresco ou ensilados, seja como farelo, pois, tambem, o bagaço pode ser utilizado. Desta maneira, obtem-se mais estrume e assim as folhas voltam ao campo com real beneficio das futuras plantações.

No Nordeste, onde a estiagem se prolonga por muitos meses degenerando periodicamente em seca com todo o seu cortejo de horrores e desastres na criação, faz-se mister preparar o futuro, para não ser alcançado de improviso pelo flagelo da seca. Urge, pois, construir silos e fazer feno, afim de obviar a calamidade da mingua de forragem nos anos menos beneficiados pelas chuvas.

Mediante a silagem e a fenação estaria resolvido, em grande parte, o problema da seca para o fazendeiro ou criador.

Se até hoje ainda não se pôs em execução este postulado, que todos reconhecem como imprescindivel é porque a mãe-natureza não obriga ao criador acumular forragem para o inverno, como nos paises nórdicos, onde nada cresce nesse tempo, e, porque o

criador não se pode decidir a deixar a rotina já em uso há tantos séculos, rotina que dele exige um mínimo de esforços e trabalhos.

Insistimos no aproveitamento da cana como forragem, não só para evitar o esbanjamento dos residuos da colheita, como ainda, porque é um alimento rico, como se pode ver das análises de forragens realizadas no Instituto Agronômico de Campinas, publicadas em 1930, no Bol. 1.

Eis as ditas análises :

NA SUBSTANCIA UMIDA ENCONTRA-SE

Nomes vulgares	Materia					
	Agua %	Azotada %	Graxa %	Não-azotada %	Fibrosa %	Mineral %
Cana taquara (inteira)...........	85,88	0,66	0,40	7,86	4,40	0,80
Cana taquara (Brotos novos)........	85.39	1,34	0,35	5,62	5,90	1,40
Cana de açucar (Folhas)...........	70,56	1,42	0,45	8.48	7,99	2,10
Cana de açucar (Pontas)...........	84,42	0,76	0,30	8,62	4,83	1,07
Cana de açucar (Bagaço)...........	72,67	0,95	0,63	12,65	12,47	0,63

Pela comparação das análises supra verifica-se que, de um lado a cana é rica em materia não azotada, quer dizer em hidratos de carbono, motivo por que não se deve perder este alimento. Do outro lado, é pobre em materia azotada, e, portanto, uma forragem incompleta, exatamente como as outras gramineas. Por este motivo, as gramineas não devem constituir o alimento exclusivo do gado. Os novilhos, de maneira nenhuma, se podem contentar com alimentação deficiente, na qual faltam as substancias azotadas, porque sofreriam grande prejuizo no crescimento e desenvolvimento. Eles necessitam da materia azotada que lhes deve ser dada em forragem complementar.

O gado adulto, ao invés, pode, sem prejuizo sensivel, suportar tal alimentação unilateral, porque necessita principalmente de alimento muscular ou seja materia hidrocarbonada, que a cana lhe fornece e, ainda, pode transformar, em parte, essa materia suprimindo o que lhe falta.

O dr. Athanassof, ao estudar a cana de açucar na alimentação dos animais domésticos, faz p. i. muitas restrições no aproveitamento incondicional dessa forragem, provando a sua insuficiencia principalmente como alimento do gado de raça e leiteiro, motivo porque se deve completar com feno, farelo, mandioca, milho, etc.

Para corroborar a nossa opinião transcrevemos, em parte, as considerações deste técnico, publicadas já nesta Revista (Vol. 17, pg. 180 — 1941):

"A cana como forragem é melhor aproveitada durante a época da seca e principalmente na alimentação das espécies bovina, cavalar e muar.

a) Na alimentação do gado novo (bezerros e novilhos). A cana não é forragem adequada para nutrir o gado muito novo, notadamente em período de crescimento, sobretudo se as doses forem elevadas e as rações não forem completadas com bons fenos e alguns farelos. Os resultados negativos, obti-

dos por alguns criadores no emprego da cana na alimentação do gado muito novo, devemos atribuir à sua pobreza em proteinas, materias graxas e sais minerais, especialmente, em sais de calcio e fósforo. Quando as doses de cana não são exageradas (6-7 kgs.) e as rações completadas com alguns farelos e fenos de gramineas ou de alfafa, os resultados são melhores.

b) Na alimentação dos touros e gado adulto. A cana deve ser aproveitada, completando sempre as rações com bons fenos de gramineas ou leguminosas, alem de alguns alimentos concentrados, tais como o milho desintegrado e os farelos finos de arroz, de algodão, de trigo, de raspas de mandioca, etc. As doses de cana em media podem oscilar entre 10-20 kgs.

c) Na alimentação das vacas leiteiras. Tambem se pode aproveitar a cana como forragem. Muitos criadores a consideram como ótima ração e, em geral, as vacas aceitam bem a cana picada ou desfibrada fresca e em doses moderadas. Sendo a cana uma forragem volumosa e pobre em proteinas e sais minerais, convem completar as rações com alimentos concentrados e mesmo um pouco de bom feno (alfafa). A cana como único alimento para as vacas leiteiras é insuficiente e pode determinar uma forte diminuição na produção do leite por falta de proteinas. Melhores são os resultados quando as rações são completadas com outros alimentos. As doses que convem distribuir diariamente não devem exceder de 20 kgs. por cabeça, se bem que na prática observamos as vacas consumirem até 33 kgs."

Em experiencias bromatológicas o dr. Athanassof verificou que as vacas leiteiras aceitam bem a cana, mas, em confronto com a mandioca por exemplo, não produzem a mesma quantidade de leite, embora mantenha a mesma riqueza em gordura e qualidade. Em conclusão escreve :

"Verifica-se pelos dados acima que a cana introduzida nas rações das vacas leiteiras na base de 21 kgs. por dia, em confronto com a mandioca e o capim fino, mostrou-se menos favoravel à produção do leite, porem manteve o peso das vacas. Mas daí não se deve concluir que a cana como forragem deve ser excluida das rações das vacas leiteiras, porque do ponto de vista econômico, ela ainda pode levar vantagem. Em muitas zonas, por exemplo, o criador, não dispondo na época da seca de outras forragens, a cana pode ainda prestar bons auxilios para o sustento do gado leiteiro, contanto que as rações tenham uma boa dose de farelos."

Como dissemos acima, tambem o bagaço de cana, em estado de farelo, pode entrar na alimentação do gado. Com efeito, o Exército brasileiro autorizou a utilização deste alimento como forragem de substituição, como se lê nesta Revista (Vol. 16, N.º 2, pg. 95. 1940). O tenente-veterinario dr. Osvaldo Castro recomenda o emprego deste farelo, com algumas restrições e conclue seu parecer dizendo :

"O farelo de cana de açucar pela sua pobreza em proteinas, não pode ser utilizado isoladamente e sim de mistura com outros alimentos que a possuam em teor elevado. Pela sua riqueza em hidratos de carbono foi empregado na substituição parcial do milho, em razão do seu pouco peso. Com efeito, a substituição total iria prejudicar o animal pelo grande volume de farelo que lhe seria necessario ministrar, provocando destarte uma sobrecarga do tubo digestivo.

Em um grupo de animais magros e caquéticos submetidos ao uso do referido farelo, verificou-se, ao cabo de um mês e meio, uma melhora geral e acentuada no seu estado de nutrição. Durante este período não foram constatadas perturbações digestivas devidas ao uso do referido alimento.

Tendo em vista sua composição pode perfeitamente substituir o milho pelo menos em parte, com todas as vantagens econômicas decorrentes de seu preço inferior."

O motivo por que recomendamos aquí o uso da cana como forragem é unicamente para evitar o esbanjamento dessa preciosa gramínea e inculcar a vantagem de guardar forragem para necessidades futuras, prática esta que pode prevenir grandemente os efeitos desastrosos da seca que é o espetro do criador nordestino.

Um quilo de açucar desenvolve no corpo 3.938 calorias e proporciona 112% da energia que um homem necessita diariamente para o desenvolvimento geral de suas atividades. Dr. Adrião Caminha Filho.

PUBLICAÇÕES

Mantendo o Instituto do Açucar e do Alcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionarios e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à industria do açucar e do alcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contem ainda obras sobre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção.

ANNUAIRE STATISTIQUE DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS — 1939-1940.

Não obstante as perturbações internacionais decorrentes da guerra, a Secretaria da Sociedade das Nações, com sede em Genebra, continua a manter as suas atividades técnicas. Prova-o a publicação, entre outras, do seu "Anuario Estatístico", correspondente a 1939-40, aparecendo justamente no momento em que, por força dos acontecimentos em curso, se intensifica a curiosidade universal por informações fiéis dos paises envolvidos no gigantesco conflito.

Essa nova edição do importante trabalho compreende cifras referentes não só ao ano de 1939, como ao primeiro semestre do de 1940, para um grande número de assuntos e para todos os paises do mundo. E os dados relativos às mais recentes modificações territoriais, bem como às medidas de ordem monetaria, tomadas após o começo das hostilidades, demonstram o carater de atualidade da obra.

As estatísticas demogáficas ocupam no "Anuario" lugar de relevo, esclarecendo tanto o estado atual da população mundial como a sua evolução e as suas perspectivas. Vem a propósito registrar que, segundo o Serviço de Estudos Econômicos da Sociedade das Nações, a população do globo era avaliada, no fim de 1938, em 2 bilhões e 145 milhões de almas, das quais 450 milhões são atribuidas à China. Recentemente, foram efetuados recenseamentos em três grandes paises: a U.R.S.S. contava, em janeiro de 1939, 170,5 milhões de habitantes e os Estados Unidos, em abril de 1940, 131,4 milhões, ao passo que a população do Reich alemão se elevava, em maio de 1939, a 79,7 milhões. Essa última cifra não compreendia nem os 7 milhões de habitantes do "Protetorado da Boemia e Moravia" nem os 10,5 milhões dos territorios incorporados desde o inicio da guerra.

Outro aspecto da época bem focalizado pelos quadros do "Anuario" é o movimento ascendente da produção industrial, que principiou em alguns paises nos meiados de 1938 e continuou até o rompimento das hostilidades. Essa tendencia prosseguiu no curso do seguinte semestre de 1939, notadamente nos Estados Unidos e no Canadá. As estatísticas relativas à U.R.S.S. são às vezes discordantes, mas acusam forte aumento da produção industrial e, em certos casos, tambem da produção agrícola, no correr dos últimos anos.

As estatísticas internacionais demonstram ainda que os progressos da industria, favorecidos por uma política autárquica, têm permitido a substituição crescente de diversos produtos por outros. Assim é que o benzol, o alcool e a essencia sintética substituem em muitas aplicações a essencia derivada do petroleo.

Finalmente, a historia monetaria dos últimos anos, condensada nos quadros estatísticos da notavel publicação, faz ressaltar a extensão e a natureza de controle do cambio, aplicado em quase todos os paises do mundo, com exceção dos Estados Unidos. Como é facil de prever, as despesas públicas, tanto quanto são divulgadas, cresceram rapidamente. A dívida pública, notadamente a dívida interna, acusa uma ascenção contínua. E a circulação fiduciaria mostra, em quase todos os paises, uma tendencia à alta, acompanhada em certos casos de um aumento do encaixe dos bancos de emissão.

VITAMINA C EN EL JUGO DE UVA CONGELADO — Luiz A. Aragone — Montevidéu.

A Estação Experimental de Frio, da Faculdade de Agronomia do Uruguai, está empenhada no estudo da conservação frigorífica da produção frutícula nacional, afim de determinar o seu comportamento nas câmaras de conservação. Entre os trabalhos realizados com esse objetivo se destaca o procedido pelo engenheiro-agrônomo Luiz A. Aragone, e que é o assunto de interessante publicação com o título acima, concluindo por constatar a presença da vitamina C em suco de uva congelado e conservado à temperatura entre 8.°C e 5°C, durante mais de 30 días.

LUCHA BIOLÓGICA CONTRA LAS MOSCAS DE LAS FRUTAS — Henneth J. Hayward.

Já há alguns anos, a Estação Experimental Agrícola de Tucuman vem estudando os melhores métodos para o controle das moscas que parasitam as frutas, porque esses insetos causam grandes perdas na producão frutícola da zona. Entomólogo da referida Estação, o sr. Henneth J. Hayward resume neste trabalho o que é a luta biológica contra as moscas das frutas, expondo o dispositivo que permite a saída dos parasitas beneficiados do poço onde se lança a fruta atacada.

ÍNDICE DE LAS RIQUEZAS Y POSIBILIDADES NATURALES Y ECONOMICAS QUE OFRECE LA REPUBLICA DOMINICANA — Trujillo- 1940

Por iniciativa do genenral Rafael Leonidas Trujillo Molina, presidente da República Dominicana, foi criado na Secretaria do Estado de Agricultura, Industria e Trabalho um corpo de carater técnico, que se ocupa de elaborar um plano de ordenação industrial e de estudo e valorização das diversas riquezas naturais do país, o qual permitirá utilizar de maneira racional e coordenada todas as atividades e fontes de energia nacional. O "Indice" que recebemos é a primeira parte dessa obra de planificação e nele aparecem notas sucintas sobre a geologia econômica, produtos agrícolas, animais e manufaturados e as industrias em exploração em São Domingos.

BOLETIM ESTATISTICO DO PIAUI — Março de 1941

O Departamento Estadual de Estatística do Piauí continua a manter o seu "Boletim" mensal, que é um repositorio interessante de informações sobre a vida econômica, financeira e administrativa daquele Estado. O correspondente a março último é dedicado à exportação do Piauí, que tem aumentado de ano para ano, sendo de 31.000 contos o acréscimo de seu valor em 1940 sobre o de 1939.

O CÔCO BABAÇU' E O PROBLEMA DO COMBUSTIVEL — S. Fróes de Abreu — Rio — 1940.

O presente trabalho é a segunda edição do substanciado estudo realizado pelo químico S. Fróes de Abreu e publicado com o título acima em 1929. Mas apresenta diversas modificações, porque se destina a examinar o babaçú especialmente do ponto de vista industrial, como combustivel para a metalurgia.

Trata-se de uma publicação que, como assinala o prefacio desta edição, já se tornou clássica na literatura técnica nacional. Filia-se à serie mantida pelo Instituto Nacional de Tecnologia, do qual é diretor o dr. E. L. da Fonseca Costa, representando valiosa contribuição para o aproveitamento de babaçú como combustivel.

RELATORIO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS — 1940

Esse relatorio não se limita a narrar as múltiplas atividades da Associação Comercial do Amazonas no ano social de 1940. Refere-se tambem aos principais problemas econômicos daquele Estado, esclarecendo a interferencia, na solução de cada um, da entidade representativa do comercio amazonense.

Dentre as iniciativas tomadas pela Associação Comercial do Amazonas se destaca o inquérito sobre as atuais condições e necessidades dos seringais da Amazonia, do qual distribuiu 5.000 exemplares aos proprietarios de seringais, por intermedio das firmas aviadoras de Manaus. E' evidente que os resultados desse inquérito poderão concorrer grandemente para orientar a ação do proprio governo em favor da borracha.

RELATORIO DO BANCO DE MINAS GERAIS — 1940.

Apresentado pelo presidente do Banco de Minas Gerais S/A., coronel Bernardo Ferreira Guimarães, à assembléia geral de acionistas, realizada a 31 de março último, esse relatorio começa por uma das mais lúcidas e incisivas exposições da situação econômico-financeira do país decorrente da guerra atual. E, através do balanço e de outros documentos, demonstra a próspera situação daquele estabelecimento de crédito, no exercício de 1940, quando obteve o lucro líquido de 1.631:620$000, que permitiu a distribuição do dividendo de 12%.

GESTÃO FINANCEIRA DA BAÍA — 1940.

O Governo da Baía mandou publicar em folheto uma exposição minuciosa da gestão financeira daquele Estado, nos anos de 1938, 1939 e 1940 (até julho). E' um trabalho interessante pela abundancia de dados e informações sobre esse setor da administração baiana, demonstrando os esforços do interventor Landulfo Alves e de seus auxiliares, no sentido de melhorar a situação financeira do Estado e dos municipios.

DOIS ANOS DE GOVERNO — Baía — 1940.

Com esse título foi publicado em folheto o discurso proferido pelo interventor Landulfo Alves, no dia 31 de março de 1940, em Jiqué, instalando o 3.º Congresso Regional de Criadores. Nesse discurso o interventor baiano passa em revista os dois anos decorridos de sua administração, destacando os atos e serviços principais com que tem procurado incentivar a riqueza e o progresso da Baía.

O CAFE' COMO BEBIDA E FONTE DE OUTROS PRODUTOS — Cândido Fontoura — Rio — 1941.

O Departamento Nacional do Café teve a iniciativa de divulgar, em "plaquette" de elegante aspecto, a conferencia que o dr. Cândido Fontoura realizou, por ocasião de sua posse na Academia Nacional de Medicina. Trata-se de uma publicação util, porque não só reproduz as opiniões abalisadas de cientistas reputados sobre a deliciosa bebida, exaltando preferentemente as suas propriedades terapêuticas, como porque demonstra a nenhuma procedencia de quanto escreveram os inimigos da rubiacea, a propósito dos males que ela poderia acarretar à saude. Além disso, estuda os produtos e sub-produtos do café e o seu aproveitamento, lembrando as experiencias nesse sentido do saudoso químico brasileiro Pedro Batista de Andrade.

PUBLICAÇÕES DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL AGRICOLA DE TUCUMAN

Recebemos mais dois apreciaveis trabalhos da Estação Experimental Agrícola de Tucuman,

fruto das pesquisas e estudos do seu brilhante corpo de funcionarios técnicos. Aliás, os dois a que nos referimos são do mesmo autor, o entomólogo Kenneth Hayward, versando um sobre "La largata rosada del algodonero" (Pectinophora gosypiella-Saunders) e outro sobre "Instruciones para la recoleccion y envio de muestras vegetales y animales para su examen".

AS DISPONIBILIDADES DE AGUA NO SOLO — Alcides Franco — Rio de Janeiro.

Professor da cadeira de Geologia Agrícola da Escola Nacional de Agronomia, o dr. Alcides Franco afirma a sua capacidade técnica através de um trabalho erudito, em que estuda as disponibilidades de agua no solo. Esse estudo examina particularmente as relações entre o solo e as plantas, baseando-se em conhecimentos profundos da materia, que o autor esclarece exuberantemente, do ponto de vista teórico.

AÇÃO DA POTASSA COMO ADUBO DA CANA DE AÇUCAR E DETERMINAÇÃO DO "OPTIMUM" DE SUA APLICAÇÃO — Tetsuzo Saito — Formosa.

O sr. Tetsuzo Saito, em relatorio apresentado à Estação Experimental de Cana de Açucar de Tainan, em Formosa, realiza detalhado estudo sobre as verdadeiras possibilidades fertilizadoras da potassa em terrenos canavieiros, apreciando sobretudo o gráu de equilibrio químico do solo e as repercussões da aplicação daquele adubo sobre o rendimento em cana, em açucar, sem se falar nos demais aspectos de crescimento, fortalecimento, etc., do vegetal. O trabalho contem pequena mas selecionada bibliografia, na sua maioria alemã, documentação fotográfica de raizes, brotos, colmos em varias fases de sua evolução, alem de tabelas comparativas dos resultados dos três anos-safras, tomados para o estudo em apreço. Infelizmente, como está redigido em japonês, idioma de conhecimento restrito entre nós, grande parte do trabalho daquele técnico não pode ser apreciado nos seus melhores detalhes; um resumo em lingua inglesa apresenta, entretanto, algumas conclusões de ordem prática, sobretudo para aqueles que cultivam a cana de açucar. A esse respeito, ocupamo-nos mais pormenorizadamente noutro local desta revista, evidenciando justamente o valor da contribuição do pesquizador nipônico no cultivo racional da cana de açucar.

DER VIERJAHRESPLAN

Recebemos dois exemplares de **Der Vierjahresplan,** (O Plano Quatrienal), excelente publicação de propaganda da industria alemã, a qual obedece à orientação do dr. Kurt Petersen. A parte gráfica confirma o alto conceito a que sempre fez jús a imprensa da grande nação e a intelectual se situa no mesmo plano. Os dois números, que a Embaixada alemã no Brasil nos fez chegar às mãos, inserem longos e documentados artigos sobre economia planificada no norte e no sudeste da Europa, alem duma secção especializada contendo todos os decretos do ministro-presidente marechal Goering relativos ao plano quatrienal para o desenvolvimento da economia alemã. Há a ressaltar, ademais, o corpo de colaboradores, onde se vêem nomes da maior projeção no mundo da finança e da economia germânicas, como os drs. Kurt Lange, vice-presidente do Reichsbank, Walther Stothfang, Franz Rudolph, Otto v. Franges, autoridade iugoslava, Max Winnkler e outros peritos em setores especializados da finança, da agricultura, da industria, quer na Alemanha quer noutros paises do velho continente, especialmente escandinavos e do sudeste: fatores, como se vê, que fazem de **Der Vierjahresplan** uma leitura das mais proveitosas.

DIVERSAS

BRASIL — "Revista do Serviço Publico", n. 3; "Revista Brasileira de Estatística" n.º 4; "Boletim do Sindicato Médico Brasileiro", ns. 143/4; "Boletim da Associação Paulista de Imprensa" n. 2; "Boletim Estatístico" ns. 4/17; "A Ordem" n. 3; "Revista do Instituto do Café de São Paulo" n. 168; "Vitoria" n. 385; "Revista Bancaria Brasileira" n. 99; "Boletim da Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio de Pernambuco" n. 1; "Rural", n. 18; "Boletim do Ministerio das Relações Exteriores" ns. 1 e 2; "Boletim da S.A.I.C.T. de Minas Gerais" n. 8; "Hamann" n. 37; "Economia" n. 22; "Tecnologia Brasileira" n. 1; "Boletim de Informações da Bolsa de Mercadorias de São Paulo" n. 65; "Revista de Agricultura de São Paulo" ns. 1-2; "Revista Comercial de Minas Gerais" n. 40; "Imposto de Consumo" n. 23; "Boletim da Escola Nacional de Agronomia" n. 3; "Revista do I.R.B." n. 6; "Revista de Ciencias Econômicas" n. 1; "Revista Agronômica" n. 51; "Boletim da Cooperativa do Instituto de Pecuaria da Baía" n. 27; "Revista da Associação Comercial do Maranhão" n. 188; "Boletim Semanal da Associação Comercial do Rio de Janeiro" n. 263; "Revista Comercial do Pará" n. 46; "Boletim do Círculo de Técnicos Militares" n. 6; "Mundo Automobilístico" n. 4; "Boletim do Conselho Federal de Comercio Exterior" n. 12; "Boletim da Associação Comercial de Pernambuco" n. 55.

ESTRANGEIRO — "Bulletin mensuel de Statistique Agricole et Commerciale" n. 12; "Facts About Sugar" n. 3; "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" n. 14; "Foreign Commerce Weekly" n. 8; "L'Organizzazioni Scientifica del Lavoro" n. 12; "Gaceta Algodonera" n. 206; "Bulletin mensuel de Renseignements Techniques" n. 1; "Revista de Agricultura da Rep. Dominicana" n. 133; "The Sugar Journal" n. 9; "Camara de Comercio Argentino-Brasileña" n. 305; "Revista de la Camara de Comercio Uruguayo-Brasileña" n. 23; "Circular de la Estacion Experimental e Agricola de Tucuman" n. 95; "Brasil Today" n. 5; "Cuba Economica y Financiera" n. 179; "Revista de Agricultura, Industria y Comercio de Puerto Rico" n. de Dezembro de 40; "Revista Industrial y Agricola de Tucuman" ns. 7-9; "The International Sugar Journal" n. 504; "Sugar News" n. 2; Sugar Beet Journal" n. 6; Revista Vinicola" n. 135; "Revista di Politica Economica" n. 12; "Revista del Comercio Exterior" n. 1; "The Australian Sugar Journal" n. 11; "Boletin del Consorcio de Centros Agricolas de Manabi" n. 19; "O Noticioso" n. 129; "Revista de la Union Industrial Uruguaya" n. 40; "La Industria Azucarera" n. 569; "The Philippine Agriculturist" n. 9; "The International Sugar Beet Review" n. 507; "Travalers Guide" n. 2; "Estacion Experimental e Agricola de Tucuman" circulares ns. 90-93.

COMENTARIOS DA IMPRENSA

A transcrição de notas e comentarios da nossa imprensa, nesta secção, não significa, convém deixar bem claro, concordancia, da nossa parte, com os conceitos neles exarados.

CREDITO AGRICOLA

A rede cooperativista, cada dia mais se vai ampliando nos meios rurais brasileiros. De todos os pontos do país chegam-nos notícias novas dos progressos realizados em tal sentido. E a mais recente veiu-nos de Alagoas, onde os banguezeiros, desde a crise açucareira que ameaçou a existencia dos engenhos, resolveram congregar-se para a defesa do seu patrimonio econômico. Lutando contra toda especie de adversidade, reivindicando direitos e reunindo energias dispersas, conseguiram evitar sobreviessem consequencias graves para o seu destino.

Agora, os antigos "senhores de engenho" alagoanos, amparados pelo Instituto do Açucar e do Alcool, obtiveram a primeira prestação de mil contos do financiamento destinado ao custeio da safra deste ano. Essa operação de crédito vem auxiliar uma grande e laboriosa classe de produtores antigos do Estado. Por outro lado, ela demonstra a confiança que esses agricultores-industriais souberam inspirar ao governo e tambem a importancia que as suas atividades têm na economia nacional.

Merece ainda destaque esse financiamento porque a Cooperativa dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas, que recebeu auxilio a juros de 3% anuais e poderia distribuí-lo aos seus associados a 7%, preferiu fazê-lo com os mesmos 3%, desprezando qualquer lucro.

Assim agindo, a organização alagoana deu um exemplo do verdadeiro sentido cooperativista. E, num país onde o dinheiro é tão caro, esse gesto inédito mostra o caminho a seguir para que venhamos a ter no Brasil aquilo a que na realidade se possa chamar crédito agricola.

("Correio da Manhã", 13-4-41)

CARBURANTES

Poucos meses depois de investido na chefia do Governo Provisorio, o sr. Getulio Vargas teve sua atenção dirigida para o problema do abastecimento nacional de carburantes. As experiencias que vinham sendo realizadas, desde 1918, no sentido do uso do alcool nos motores de explosão e que pouco interesse tinham despertado nos meios governamentais, foram retomadas de maneira intensiva. A idéia não era somente reduzir a importação da gasolina e dessarte aliviar a balança de pagamentos, mas, principalmente, promover o reajustamento da economia canavieira, profundamente depauperada por um longo regime de superprodução e de "quotas de sacrificio".

O ponto de partida da política do alcool-motor não foi criar recursos novos para alicerçar a independencia econômica do país. O objetivo em vista, o motivo central a determinar a ação governamental, foi salvar o parque açucareiro. Em vez de exportar açucar, abaixo do preço de custo, para restabelecer o equilibrio entre a produção e o consumo, os esforços foram orientados no sentido de transformar em alcool as quantidades excedentes às necessidades do mercado interno.

Os resultados obtidos por aquela política são os mais auspiciosos. A ação do Instituto do Açucar e do Alcool restaurou a prosperidade num setor da economia nacional que vivia em crises sucessivas. Estabilizando o preço de venda do açucar, fixando a quota de produção de cada usina, incentivando a transformação dos excedentes em alcool anidro, regulamentando a mistura desse produto com a gasolina, o I.A.A. realizou uma obra, na verdade, habil e proveitosa, atendendo, de maneira feliz, os interesses da coletividade nacional.

Aquele Instituto sabe que não encontram justificativa as manobras de alguns interessados no sentido da elevação do preço do açucar e a elas vem resistindo, apesar da pressão crescente exercida através de relatorios e exposições cheias de cifras e estatísticas, mas distantes da realidade.

Resolvida a situação do parque canavieiro, é de esperar que o Instituto não limite suas atividades à mera rotina burocrática: fixação de quotas, fiscalização das mesmas e publicação de boletins estatísticos. Um largo campo se abre às suas atividades no estu-

do dos problemas ligados ao uso do alcool como carburante e na sua solução.

Hoje não há mais quem duvide da excelencia do carburante obtido misturando-se, em determinadas proporções, o alcool anidro à gasolina. Aliás, aquela mistura é de uso corrente no país e não mais se ouvem as críticas e as queixas que eram tão constantes há alguns anos atrás. Estudos científicos demonstraram, ao contrario, que a introdução de uma certa percentagem de alcool melhora as qualidades da gasolina.

Num dos últimos números da revista do Instituto do Açucar e do Alcool, vem publicado trabalho de autoria do diretor da Estação Experimental A. de Tucuman, sr. William E. Cross, no qual se examinam as soluções dadas ao problema do alcool-motor nos diversos países do mundo. Aquele técnico acentua, entre outras, as seguintes vantagens da mistura em apreço, na proporção de 20 a 30% de alcool anidro: a) evita a "detonação" no motor; b) evita a formação de depósito de carvão; c) o motor se aquece menos; d) maior economia de oleo; e) desenvolve maior força, o que se nota ao subir encostas fortes ou arrastando cargas mais pesadas; f) maior número de quilômetros por litro de combustivel; g) menores transtornos produzidos no motor no caso de entrar uma pequena quantidade dagua no combustivel.

("Diario Carioca", 20-4-41).

O AÇUCAR

A grande industria açucareira, criadora da usina moderna, vai extinguindo, progressivamente, entre nós, o antigo "banguê", produtor de açúcares inferiores e de rapaduras.

Essa consequencia é uma fatalidade econômica, em que perece o mais fraco e triunfa o que mais e melhor produz. E se o "banguê" ainda subsiste, no país, é exclusivamente devido à preferencia, cada dia mais reduzida, de certas categorias de consumidores rurais, de baixissimo "standard" de vida, pelos açúcares brutos e a rapadura. Esses mercados, porem, tendem a diminuir, até que desapareçam totalmente. Será, então, o fim do "banguê".

Enquanto esse fenômeno se completa, a usina vai absorvendo o "banguê", do que é sintoma claríssimo a constante incorporação, àquela, das quotas de produção destes últimos, o que se observa pela leitura das atas da Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool, publicadas no "Brasil Açucareiro", orgão oficial daquela organização para-estatal.

Com efeito, essa absorção é um fato inevitavel, porquanto falece autoridade legal ao Instituto para recusar essas incorporações, expressamente permitidas em lei.

Ainda assim, se dessa faculdade resultasse tão só o aumento da atividade industrial da usina, por efeito de supressão equivalente da produção do "banguê", nada haveria que objetar, sendo forçoso aceitar o fato como de contingencia inelutavel.

Mas não é esse, apenas, o efeito da ocorrencia em apreço. Na realidade, a usina adquirente da quota não se limita a avolumar, com ela, a propria produção industrial; vai alem, e transporta para as suas terras a parcela de lavoura canavieira correspondente à quota transferida; isso com esta dupla consequencia:

1.ª — de suprimir a plantação nas terras do "banguê", excedente da quota, ficando o mesmo sem ter a quem vender as proprias canas, tornando-se as respectivas terras, por isso mesmo, improdutivas;

2.ª — de passar a usina a utilizar braço assalariado, na sua plantação equivalente.

Resulta, daí, outra dupla consequencia, de efeito positivamente desastroso, quer do ponto de vista econômico, como sobretudo do político-social, a saber:

1.ª — a supressão do labor agrícola por parte do proprietario do "banguê" que, para subsistir e fazer subsistir a sua gente, tem de enfrentar esta dolorosa alternativa: emigrar ou converter-se em assalariado da usina;

2.ª — a formação, em torno destas, de imensos latifundios, povoados de massas proletarias rurais, sem teto, nem terras proprias, contrariamente aos mais elementares principios do moderno aperfeiçoamento social.

Não pode o Poder Público, evidentemente, deixar de atentar no perigo que essa situação comporta, pelo menos nas regiões canavieiras do Brasil, a exigirem uma grande reforma, que é, fundamentalmente, de natureza agraria e estreitamente ligada à solidez do "substractum" da propria paz social brasileira.

Na verdade, o assunto, aliás considerado de um modo amplo, porque não adstrito à lavoura canavieira, já levou o chefe da Nação a declarações mui significativas e, na que respeita aquela lavoura, mereceu do sr. Amaral Peixoto declarações não menas categoricas, feitas de público, aos plantadores de cana na Estado da Ria de Janeiro.

Urge, tadavia, passar das palavras aos atos, das promessas às realizações, da teoria à prática. E já que existe, entre nós, o Instituto do Açucar e da Alcool, instrumento naturalmente indicado para esse fim, há que ampliar-lhe a ação e a âmbita desta, por forma a habilitá-lo a tutelar, não apenas certas categorias de interesses ligados à cana de açucar, como sucedeu até agora, mas sim o conjunto das respectivas atividades econômicas, mesmo as indiretas.

De fato, não há como negar que o Instituta haja prestado inestimaveis serviços à economia nacional; mas como tudo evolue e se modifica, aliás em ritmo vertiginoso nos tempos que correm, nãa menos certo é que, dentro da sua organização atual e com as atribuições que a legislação vigente lhe conferiu, esse organismo autárquico deixau-se distanciar, pelos acontecimentos, e se encontra, aa presente, muito aquem do que se faz necessario para atender ao conjunto das finalidades que deveria abranger.

Com efeito, a tarefa do Instituto deveria ir do amanho da terra à distribuição dos produtos e sub-produtos da cana, "sem exceção de um só", estendendo a sua solicitude a todos os aspectos da questãa, sejam eles técnico, econômico, social, comercial, bancario, caoperativista ou, até mesmo, cultural.

* * *

Em verdade, par outro lado, sendo o problema de natureza nacional, una forçosamente deve ser a respectiva solução, não compartando esta, por isso mesmo, soluções regionais, contrariamente ao que vem ocorrendo, ultimamente, à falta de aparelhamento legal, é certo, mas tambem, sejamos francos, devido a certa displicencia do proprio Instituto, cuja organização se impõe, por tudo isso, em bem dos grandes interesses que controla e articula, por demais incompletamente, no presente.

("Correio da Manhã", 3-5-41).

TRATAMENTO DE SEMENTES POR AGUA QUENTE

Em vista da ocorrencia da chamada doença das listas amarelas (cholorotic streak disease) nos canaviais da Luisiana, a Estação Experimental desse Estado levou a efeito algumas experiencias para controle do mal por meio do tratamento por agua quente dos roletes destinados ao plantio, processo que em Hawai deu os melhores resultados.

Essas experiencias mostraram: (a) que a agua quente destroi aparentemente a molestia; (b) que as canas afetadas pela "chlorotic streak" e não tratadas pelo referido processo às vezes germinam fracamente e os rebentos não se desenvolvem satisfatoriamente; (c) que o efeito do tratamento por agua quente das canas não afetadas pelo mal parece depender das condições de tempo no inverno seguinte. Notou-se que em alguns anos se obtêm melhores resultados, ao passo que em outros esses resultados não são satisfatorios.

O tratamento com agua quente a 52.º C. deu os melhores resultados, parecendo que uma temperatura mais alta é prejudicial à vitalidade da cana. As variedades Co. 281 e Co. 290 são as que mais sofrem com as temperaturas elevadas. Observou-se que a semente tratada germina mais rapidamente, exceto quando o plantio se faz tardiamente.

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GENERAL CAMARA N. 19 7.º AND. - S. 12

TELEFONE: 23-6252 — CAIXA POSTAL, 420

OFICINAS — RUA MAYRINK VEIGA, 22 — TELEFONE 23-3990

DIRETOR — **Miguel Costa Filho**
Redator principal — **Joaquim de Melo**
Redatores — **Gileno Dé Carli, Teodoro Cabral, José Leite e Renato Vieira de Melo**

Assinatura (anual), para o Brasil	**25$000**
Assinatura (anual), para o exterior	**35$000**
Número avulso............................	**3$000**

Acham-se esgotados, para venda avulsa, os números de março, abril e maio de 1934, abril e junho de 1935 e janeiro e março de 1936.

Vendem-se, porem, coleções desde o 3.º volume, encardenadas, por semestres.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açucar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Esta Revista foi composta e impressa na Gráfica Rio-Arte — S/A J. Lucena — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro